

FACULDADE OU ESCOLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

CARLOS EDUARDO FERREIRA MELCHIADES

**UM SUPERPODER SEM SUPER-HERÓI: LICENCIAMENTO ARQUEOLÓGICO PARA
QUE(M)?**

Porto Alegre
2022

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

UM SUPERPODER SEM SUPER-HERÓI:

Licenciamento Arqueológico para que(m)?

Aluno: Carlos Eduardo Ferreira Melchiades

Professor Orientador: Dr. Klaus Hilbert

Porto Alegre, abril de 2022.

CARLOS EDUARDO FERREIRA MELCHIADES

UM SUPERPODER SEM SUPER-HERÓI:

Licenciamento Arqueológico para que(m)?

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito final para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Dr. Klaus Hilbert

Porto Alegre, abril de 2022.

Ficha Catalográfica

M518s Melchiades, Carlos Eduardo Ferreira

Um superpoder sem super-herói : Licenciamento arqueológico para que(m)? / Carlos Eduardo Ferreira Melchiades. – 2022.

204 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Klaus Peter Kristian Hilbert.

1. Extroversão do conhecimento. 2. Arqueologia. 3. Licenciamento. I. Hilbert, Klaus Peter Kristian. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

CARLOS EDUARDO FERREIRA MELCHIADES

UM SUPERPODER SEM SUPER-HERÓI:

Licenciamento Arqueológico para que(m)?

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito final para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Dr. Klaus Hilbert

Aprovado em: ___ de _____ de 2022.

Banca de Avaliação:

Prof. Dr. Lucio Lemes

Prof. Dra. Fernanda Schneider

Prof. Dr. Klaus Hilbert

Prof. Dr. Marlon Borges Pestana

Prof. Dra. Fernanda Codevilla

Porto Alegre, março de 2022.

Esta obra é dedicada a todos que participaram do processo.

Minha mãe, apoiadora costumaz de minhas loucuras.

Minha vó, iluminação divina que me observa de onde estiver.

Meus amigos, parte fundamental da minha construção.

Somos um time diferente, mas nem por isso menos eficiente.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de uma sucessão de processos ao longo da minha vida. Muitas foram as mudanças neste interim e todos que passaram comigo por elas tem seu papel aqui, sejam os que lembrei, sejam os que esqueci.

Agradeço ao programa de bolsas para doutorado da CAPES, que possibilitou e viabilizou esta pesquisa.

Primero agradecimento é para minha mãe, Isabel Rodrigues da Silva. Sem ela nada disso seria possível. Não existe pessoa melhor para me entender no mundo.

Meu muito obrigado ao meu orientador Klaus Hilbert. Tu és parte fundamental do processo por saber quando puxar e quando soltar, por entender meus prazos malucos e minhas argumentações. Principalmente por me dar a liberdade de escrever e ser quem sou. No final deste processo longo e penoso, tenho em ti um amigo.

Ao apoio de um novo amor, Bibiana. Te agradeço por entender os surtos e apoiar as ideias e métodos mais malucos que desenvolvi. Tu és mais parte disso do que imaginas.

Meu pai, Dolmy, por me mostrar que nem só de força vive a pessoa. Às vezes é bom desabar também. Fazes parte da minha vida muito mais do que achas.

Minha querida e falecida vó Vera. Inspiração para minha dedicação. Era pra ti que eu queria entregar este diploma. É por ti que busco ser uma pessoa melhor, para quem sabe chegar perto do que foste pra mim.

Aos meus amigos que fizeram parte deste processo, nem que seja só para tomar uma e me ouvir reclamar. Sérgio, Leopoldo, Victor, Diego, Mozart, Dite, Ricardo, Rafa, Martín, Gabão. Vocês são a melhor válvula de escape que eu poderia ter.

Todos do Laboratório de Pesquisas Arqueológicas, que de algum jeito ajudaram na construção disso aqui. Bruno, me fizeste aprender e entender. Duda, queria ter tua responsabilidade e foco. Joana, obrigado por me fazer rir. Julia, Mari, Geovana, Bruna, Carol, todo mundo. Sem vocês, não tinha nada disso.

Obrigado também a quem não faz mais parte da minha trajetória, mas que de algum jeito me fez ser quem está aqui hoje.

Agradeço a todo pessoal de todo futebol. Pensa numa coisa que me dá gosto de fazer.

Obrigado família, de alguma maneira todo mundo tem parte aqui. Dinda, é a melhor. Marina, não poderia ter melhor afilhada.

Léo, a pessoa com o melhor coração que eu conheço. Tu e a Pri são tão importantes na minha vida hoje que não sei explicar em palavras. Sei que vou dar o meu sangue para ser o melhor padrinho/dindo/padrinho que foi, é e será para vocês.

Meu trio ternura maravilhoso. Didi, o amigo que joga na cara o que é errado e faz pensar, isso é ruim de um jeito que não sei avaliar o quão importante te torna. Nado, o melhor melhor amigo que uma pessoa pode ter. Nunca mude.

Pessoas da Arqueologia. Todos vocês são importantes na minha construção profissional e pessoal. Alguns até repetidos. Klaus, Lucio, Bruna, Bibi, André, Marta, Mozart, Marlon, Fernanda (que grata surpresa), Joyce, Bruno, Diego, Alexandre, Matheus, Pedro. Todos os outros que esqueci. O eu arqueólogo saúda todos vocês.

Agradeço a todos que já se foram, em tempos difíceis para a saúde pública.

Agradeço a todos que não soltaram a minha mão nos melhores e principalmente nos piores momentos.

Agradeço.

RESUMO

Este trabalho pretende elaborar uma discussão sobre as práticas de extroversão do conhecimento arqueológico produzido por pesquisas vinculadas ao licenciamento. Para desenvolver a discussão e apresentar sugestões ao seu final, conduzo uma contextualização histórica do campo, balizando seu início, passando por seu desenvolvimento, suas discussões e seus problemas, tanto na forma de aplicação como no resultado final. Questões pontuais como a implicação de uma divisão na ciência arqueológica entre academia e profissional, bem como responsabilidades sociais e políticas do produtor de um conhecimento tão específico também são abordadas, auxiliando o leitor no entendimento das discussões levantadas. Por fim, exemplos de ações propositivas que podem servir de inspiração, conjuntamente às sugestões apresentadas, fecham a explanação do que considero uma tentativa de solução de problema imediato na prática.

Palavras-chave: Extroversão do conhecimento; Arqueologia; Licenciamento.

ABSTRACT

This thesis intends to elaborate a discussion on the execution of heritage education projects linked to the archaeological component of environmental licensing. To develop the discussion and raise suggestions, I conduct a historical contextualization of the field, marking its beginning, going through its development, its discussions and its problems, addressing aspects of both the application and the final results of developed projects. Specific issues such as the implication of a division in archaeological science between academics and professionals, as well as the social and political responsibilities of the archaeologists are also addressed, helping the reader to understand the discussions raised. Finally, examples of propositional actions that can serve as inspiration, assembled with the suggestions presented, close the explanation of what I consider an attempt to solve an immediate problem of practice in this field.

Keywords: Heritage education; Archaeology; Environmental licensing.

LISTA DE SIGLAS

AC: Arqueologia de Contrato

AID: Área de Influência Direta

AI-5: Ato Institucional número 5

AKA: Também conhecido como

AP: Antes do Presente

CAPES: Coordenação De Aperfeiçoamento Pessoal De Nível Superior

CEDUC: Coordenação de Educação Patrimonial

CEPA: Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas

CIMI: Conselho Indigenista Missionário

CNA: Centro Nacional de Arqueologia

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAMA: Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPT: Comissão Pastoral da Terra

DEMU: Departamento de Museus e Centros Culturais

DEPAM: Departamento de Patrimônio Material de Fiscalização

EIA: Estudo de Impacto Ambiental

ES: Espírito Santo

FURG: Universidade Federal do Rio Grande

GEE: Gases de Efeito Estufa

IBCP: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

IN: Instrução Normativa

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPA: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

IPCC: Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LEPAN: Laboratório de Ensino e Pesquisa em Arqueologia e Antropologia

LI: Licença de Instalação

LO: Licença de Operação

LP: Licença Prévia

MAST: Museu de Astronomia e Ciências Afins

MEC: Ministério da Educação

MJT: Movimento Justiça e Terra

MPEG: Museu Paraense Emílio Goeldi

MPF: Ministério Público Federal

PIB: Produto Interno Bruto

PIEP: Projeto Integrado de Educação Patrimonial

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PT: Partido dos Trabalhadores

PRONAPA: Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica

PRONAPABA: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica

PSAU: Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai

PUCRS: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

QG: Quartel-general

RIMA: Relatório de Impacto ao Meio Ambiente

RS: Rio Grande do Sul

SAB: Sociedade de Arqueologia Brasileira

SC: Santa Catarina

SEI: Sistema Eletrônico de Informações

SIG: Sistema de Informação Integrada

UFPR: Universidade Federal do Paraná

USP: Universidade de São Paulo

UHE: Usina Hidroelétrica

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Sumário

INTRODUÇÃO	5
1. SOBRE UM EXEMPLO E UMA DISCUSSÃO	9
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	9
1.2. A ESCOLHA DO PARÂMETRO	11
1.3. BREVE HISTÓRICO DO PROJETO	12
1.4. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO LICENCIAMENTO E DA ARQUEOLOGIA NO PERÍODO	14
1.4.1. O CONTEXTO ESPECÍFICO DA ARQUEOLOGIA DO PARANÁ	17
1.4.2. A CRIAÇÃO DE UM QUARTEL GENERAL ACADÊMICO	18
1.5. BASES CIENTÍFICAS, OU COMO O SUPER-HERÓI SE PREPARAVA PARA ATUAR.....	19
1.6. A HISTÓRIA DO QG UFPR.....	26
1.7. O MEIO DE OPERAR.....	27
1.8. ITAIPU.....	28
1.8.1. RELATÓRIO 1975/1976.....	28
1.8.2. RELATÓRIO 1976/1977.....	32
1.8.3. RELATÓRIO 1977/1978.....	34
1.8.4. RELATÓRIO 1978/1979.....	36
1.8.5. RELATÓRIO 1979/1980.....	38
1.8.6. RELATÓRIO 1980/1981.....	39
1.8.7. RELATÓRIO 1981/1983.....	40
1.9. QUAIS AS RAZÕES QUE LEVAM AO QUESTIONAMENTO	41
2. AS DÉCADAS DE 1980 E 1990	42
2.1. BREVE HISTÓRICO DO MUSEU, OU O QG DA AMAZÔNIA.....	42
2.2. O SUPERPODER APLICADO	46
2.3. AS PESQUISAS NA SERRA DOS CARAJÁS.....	47
2.3.1. HISTÓRICO DE PESQUISAS.....	47
2.3.1.1. A PRIMEIRA FASE DE PESQUISAS – 1983/1987	47
2.3.1.2. A SEGUNDA FASE DE PESQUISAS – 1993/1998	48
2.3.2. FORMAÇÃO DA REGIÃO E O SUPERPODER APLICADO.....	49
2.4. A ARQUEOLOGIA DO LICENCIAMENTO	51
2.5. O USO DO SUPERPODER NO BRASIL EM GERAL.....	61
3. OS ANOS 2000 EM DIANTE. AGORA VAI! SERÁ?	65
3.1. PROBLEMÁTICAS COM A LÓGICA DE MERCADO E A FUNÇÃO DA EXTROVERSÃO DO CONHECIMENTO	68
3.2. A PROPOSIÇÃO E A EXECUÇÃO, OU ALGUÉM ESTÁ USANDO ESSE SUPERPODER?.....	70

3.3.	A PESQUISA NO SEI (SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES) DO IPHAN E A PASTEURIZAÇÃO DE UM SUPERPODER.....	72
3.4.	A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO E O IMPACTO CAUSADO	75
4.	O ARQUEÓLOGO E O SEU SUPERPODER	79
4.1.	UM SUPERPODER NÃO USADO – OS REMANESCENTES DE ITAIPU	92
4.2.	A ARQUEOLOGIA DE GRANDES EMPREENDIMENTOS – RAMIFICAÇÕES DO NÃO DITO.....	97
4.3.	O USO, O DESUSO E A PROMESSA DE USO	101
5.	UMA IDEIA COM UM PROBLEMA, MAS NEM TUDO ESTÁ PERDIDO	106
5.1.	AS TEORIAS E AS SUGESTÕES	106
5.2.	EXEMPLOS DE IDEIAS BOAS.....	112
5.2.1.	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ALTO HORIZONTE, GOIÁS	113
5.2.1.1.	BASE TEÓRICA.....	113
5.2.1.2.	AÇÕES REALIZADAS	114
5.2.2.	PROJETO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM MONTES CLAROS DE GOIÁS E ARAGARÇAS, GOIÁS	116
5.2.2.1.	BASE TEÓRICA.....	117
5.2.2.2.	AÇÕES REALIZADAS	117
6.	CONCLUSÃO	122
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125
	ANEXO: TABELAS E GRÁFICOS DE ITAIPU.....	135

INTRODUÇÃO

Este trabalho vem de uma inquietação do autor. E o resultado final dele somente aumentou esta inquietação. Desde já, aviso ao leitor que não se encontram aqui respostas definitivas, mas propostas de discussão e questionamentos, com uma pitada de sugestões. Também já podemos deixar combinado que, por diversas vezes, incluindo esta introdução, o texto será, ainda que científico, mais informal. É assim que a confusa cabeça deste autor funciona, e é assim que ela produziu este trabalho. Agradeço sua compreensão.

“Numa toca no chão vivia um hobbit. Não uma toca nojenta, suja, úmida, cheia de pontas de minhocas e um cheiro de limo, nem tampouco uma toca seca, vazia, arenosa, sem nenhum lugar onde sentar ou onde comer: era uma toca de hobbit, e isso significa conforto” (TOLKIEN, 2013, p.01).

É assim, citando meu autor preferido, que este que vos fala se sentia depois do seu mestrado. Em uma zona de conforto, mas sentindo que aquela zona era um buraco. Embora não possa reclamar nem da formação acadêmica nem da profissional, sentia que precisava dar vazão às inquietações que a vivência em Arqueologia me despertava.

Aqui cabe uma pequena explicação. Sabedor de discussões a respeito do preconceito inerente ao machismo que se aplica no uso do pronome masculino quando designação de grupo, optei, para dar maior vazão gramatical, em utilizar esta designação neste texto. Compreendo sua problemática, porém a opção se faz por este autor conseguir, devido à peripécias de nossa maravilhosa língua portuguesa, raciocinar desta forma.

Este trabalho trata, portanto, disto, inquietações. No decorrer da evolução da ideia desta pesquisa, tive a certeza de que queria falar de como acredito que o conhecimento arqueológico produzido sobretudo na Arqueologia aplicada a programas de licenciamento esteja sendo subutilizada. E é sobre isso que irei falar.

Não que outros temas não me causem desconforto, especialmente após a regulamentação da profissão de Arqueólogo em 2018. Mas esse tema em especial me incomoda faz tempo, e não vejo o problema diagnosticado como solucionado neste período. Vamos então à apresentação desta tese de doutoramento:

- Capítulo 1: No primeiro capítulo será levantada a discussão. Primeiramente, explícito o enfoque primário do debate, o tal do método. A pretensão é de que se

consiga explicar qual método será observado e debatido. A partir desta explanação, segue uma breve contextualização. Primeiramente, histórica, me servindo de autores como Abreu, Motta, Wasserman, Guazzelli e Donato. Com a contextualização histórica feita, parto para a Arqueológica, localizando a pesquisa a ser analisada no espaço/tempo da Arqueologia no Brasil. Para tanto, me utilizei de escritos de Prous, Funari, Oliveira, Pestana, Hilbert, Ceccon, Barreto, Caldarelli, entre outros. Contextualizado o objeto, parto para uma análise prática do trabalho executado, que é o programa de licenciamento arqueológico da Hidrelétrica de Itaipu. Aqui pretende-se contemplar todos os processos e resultados do trabalho, explicitando as razões que levam a ser desempenhado da maneira que foi. Para finalizar, levanto algumas discussões sobre o que ficou do trabalho arqueológico, ou as ramificações de um licenciamento que hoje chamamos de cultural. O objetivo aqui é demonstrar que, para a época, o Arqueólogo fez o melhor, mas que o melhor da época talvez não se mostre suficiente sob enfoque atual.

- Capítulo 2: O capítulo dois segue a mesma linha de abordagem em trabalhos de campo exemplares, porém com um avanço na linha temporal. Se o caso de Itaipu se destaca na década de 1970 até o início de 1980, pesquisas realizadas em projetos no Museu Emílio Goeldi é marco nas duas décadas vindouras, 1980 e 1990. Para além destas pesquisas, julgo importante estabelecer um panorama metodológico sobre a incipiente Arqueologia do licenciamento, com uma análise sobre artigos publicados por um expoente da Arqueologia brasileira no período e até hoje, Solange Caldarelli. No momento que se pretende analisar as mudanças de abordagem da Arqueologia em projetos de pesquisa desvinculados de Universidades e centros de pesquisa, este trabalho exemplifica tais mudanças. Porém, o principal objetivo aqui é demonstrar as diferentes abordagens quanto à devolução social do conhecimento produzido, se é que elas existem. Para realizar esta pesquisa, os textos base a serem analisados serão os relatórios produzidos pelas pesquisas de campo e os artigos opinativos embasados cientificamente por quem está na linha de frente do licenciamento no período. Como complementações a esses, serão usados textos de pesquisadores envolvidos nos projetos, como Pereira, Barreto, Caldarelli, Neves e Simões. Neste capítulo serão levantados os dados dos projetos e seus resultados, no que diz respeito à produção e devolução do saber Arqueológico no meio em que ele é produzido.

- Capítulo 3: O capítulo de número três talvez seja o com maior quantidade de dados absorvidos, mas não necessariamente divulgados. Será apontada, aqui, uma extensa pesquisa no banco de dados do IPHAN, sob o sistema SEI integrado, para identificar os processos de licenciamento arqueológico da década de 2000 a 2010, pela equipe de pesquisadores da PUCRS. No decorrer desta década, muitos projetos de licenciamento em Arqueologia foram executados e a coleta de dados aqui proposta surge na dinâmica de formação e formatação de um banco de dados sobre ações de devolução do conhecimento, ou as chamadas proposições educativas. Convém também chamar, conforme a lei do licenciamento do momento (a saber, a portaria 07/1988 e a portaria 230/2002) de Educação Patrimonial. A coleta de dados visa elaborar um modelo comparativo entre proposições dos projetos e execuções explicitadas nos relatórios. A fonte primária do capítulo são os dados obtidos por essa e outras pesquisas no sistema SEI do site do IPHAN, podendo ser utilizada bibliografia suplementar na formação de um banco de dados aplicado à Arqueologia, como podemos ver em diversos autores;
- Capítulo 4: O quarto capítulo desta pesquisa, é uma reflexão a respeito dos dados e materiais abordados até então. O enfoque aplicado à interpretação destes dados se dá sob forma de uma discussão sobre a responsabilidade político/social do profissional de Arqueologia enquanto formador de um conhecimento específico e por vezes oculto do grande público. Como exemplo, a discussão sobre os remanescentes de Itaipu, baseada em autores como Koling, Piacenti e Ribeiro. Para balizar teoricamente esta discussão, serão utilizados autores que vem já a algum tempo debatendo as responsabilidades do Arqueólogo, como Funari, Lima, Ingold, Winter, Hilbert, dentre outros. A discussão pretendida aqui não é a de teorizar sobre se existe ou não uma responsabilidade político/social do profissional da Arqueologia e sim seu âmbito, limites e obrigações. Com essa discussão, pretendo levar a responsabilidade e os dados para a discussão final no último capítulo.
- Capítulo 5: Aqui pretendo dar seguimento na discussão. Com toda a análise realizada, nesta parte do trabalho irei explicar algumas teorias sobre ações que podem aumentar o alcance ou modificar a temporalidade das ações de extroversão do conhecimento. Com base nessas ações, formulo a minha sugestão para execução imediata a ser aplicada em processos de Arqueologia do Licenciamento. Após, para

finalizar, apresento dois trabalhos já realizados por empresas de Arqueologia que demonstram bons pontos a serem observados e, se possível, seguidos de exemplo;

- Conclusão: Na conclusão, espero atingir os objetivos aos quais me propus quando comecei esta pesquisa, que são basicamente colaborar para a construção e divulgação do conhecimento arqueológico, desenvolver uma ideia original para a extroversão do conhecimento produzido, gerar dados para futuras pesquisas e pensar com aplicabilidade às proposições.

Com base nessas proposições, espero que a discussão estabelecida seja suficiente ao gosto do leitor. As atividades de extroversão do conhecimento arqueológico, principalmente em processos de Arqueologia no licenciamento, são uma questão a ser debatida e melhorada.

Ainda consigo encontrar espaço aqui para justificar mais uma questão sobre este texto. O autor é emocional, apaixonado e não acha que isso seja demérito enquanto pesquisador. Seu texto reflete isso. Por vezes o tom de desabafo ou informalidade acadêmica pode soar estranho aos olhos de quem lê. Peço desculpas por isso, mas, nesse caso, não me vejo fazendo de outra forma.

Nas páginas seguintes, espero que ajude em termos da discussão.

1. SOBRE UM EXEMPLO E UMA DISCUSSÃO

Quando falamos de Arqueologia, o primeiro pensamento que vem ao grande público são os dinossauros. Explicada a confusão entre campos de estudo, passamos para a segunda imagem, a das grandes descobertas e dos tesouros. Hilbert, em sua publicação mais recente (2020) estabelece, de maneira lúdica, um paralelo entre o Arqueólogo e um herói de eras antigas. Porém, a Arqueologia que iremos tratar aqui é mundana, cotidiana e burocrática.

Ainda que envolvida em grandes realizações, seja em termos de engenharia, seja em termos arqueológicos, o assunto a ser tratado neste capítulo foge à imaginação fértil da criança e se aproxima ao dia a dia de trabalhadores. E é por isso que o exemplo vem tão bem a calhar.

Mas, além da preocupação em transformar o assunto técnico em rotineiro, se faz presente um autojulgamento, onde o escriba que vos fala entende que certos tipos de conjecturas são para mentes com maior grau de abstração. Por aqui, seguiremos com o cotidiano que nos cabe, afinal, todas as peças são necessárias para o bom funcionamento da engrenagem.

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O ano é 1974, o presidente do Brasil é o General Emílio Garrastazu Médici. Donato (2000) afirma sobre o presidente da época que “O governo Médici se distingue nitidamente tanto pelo ápice da repressão aos contestadores – e isso a ponto de vir esse período a ser cognominado Anos de Chumbo, como também pelo ápice do que se convencionou intitular de milagre econômico”. Fundamentada principalmente nos termos do Ato Institucional número 5 (que, como afere Motta (2018), “após o fatídico 13 de dezembro de 1968 a ditadura se tornou mais militar, mais autoritária, e reduziu o espaço para a atuação de aliados civis”) a administração de Médici foi repressiva e onerosa, como se viu anos mais tarde.

O início das pesquisas arqueológicas se dá justamente na troca de governo, quando Médici dá lugar ao General Ernesto Geisel, considerado também um linha dura, mas que recebe um país economicamente desgastado e vivendo uma crise de petróleo em escala mundial. Inicialmente o objetivo do governo brasileiro era a construção de uma usina exclusivamente brasileira, de forma a utilizar as águas do Rio Paraná antes que este alcançasse a fronteira com

o Paraguai. Para isso seria necessária a construção de um canal que desviaria o curso da água e depois devolvê-la ao curso natural do rio. O Paraguai não se conformou com a pretensão do projeto brasileiro, já que este lhe tiraria a possibilidade de utilizar-se do potencial energético do rio, tendo o mesmo direito que o Brasil. (MAZZAROLLO, apud Ribeiro et al 2012 p.4).

Ainda que, segundo Motta, existissem características únicas no regime militar aplicado no Brasil, é importante se ter em mente que era, sim, uma ditadura, e que, portanto, um regime com pouco diálogo me áreas como a Arqueologia. Motta afirma, nesse sentido, que

“Entre os pontos que distinguem o Regime Militar brasileiro podem ser destacados: o projeto econômico nacional-desenvolvimentista, a manutenção em vigor (embora de modo precário) de instituições liberais, o menor número de mortes e desaparecimentos provocados pela repressão política, uma taxa mais elevada de absolvições nos julgamentos de crimes políticos e uma maior tolerância com intelectuais e valores culturais de esquerda... (MOTTA, 2013, p.10)”

Para fins dessa pesquisa, é importante termos em mente que, ainda que em um regime militar, o desenvolvimentismo nacionalista acaba por, de certa forma, favorecer a pesquisa Arqueológica, ainda que por caminhos não democráticos. Na busca por grandes monumentos para “valorizar o país” foram possibilitadas pesquisas em grandes obras nacionais, como Itaipu.

Ainda sobre o governo, Donato (2000) fala especificamente sobre o General Geisel e seu momento de governo, quando comenta que “A posse ocorreu à frente de sinais denunciadores do esgotamento do “milagre econômico” e de abalo do chamado Regime Militar”. Assim, o mandato de cinco anos de penúltimo general-presidente flerta com a reabertura político social, avançando rumo à democracia em alguns poucos aspectos. Para alavancar a economia na tentativa (depois se viu que em vão) de diminuir o prejuízo causado por grandes empréstimos à época do “milagre”, Geisel “Autorizou o início (setembro, 1974) das obras da usina de Itaipu; insistiu no acordo nuclear com a Alemanha a despeito da manifesta oposição da URSS e dos Estados Unidos...” (2000, p.366). Nota-se que as obras da usina de Itaipu foram uma cartada do regime na tentativa de amenizar o prejuízo em torno de suas administrações.

Podemos ver a máquina propagandista sendo usada na defesa dos interesses governamentais, não muito diferente de dias mais modernos, por assim dizer. A construção de uma usina internacional de porte gigantesco serve aqui como material preciso a este tipo de propaganda de satisfação populacional.

Apesar da máquina a favor do governo, percebe-se, conforme Wasserman (2013) que “Se a história latino-americana registra que o autoritarismo foi predominante em relação à democracia, a respeito às elaborações intelectuais na região, pareceu ocorrer justamente o contrário”. Temos um cenário em que existe produção intelectual, aparentemente guiada pelo viés social, porém com forte aspecto nacionalista e com censura prévia. Funari cita Octávio Ianni sobre a produção intelectual acadêmica em Arqueologia da época quando cita:

“Para aqueles que controlaram o poder do Estado, desde o golpe de 1964, existia e existe (em 1978) uma necessidade de controlar, de marginalizar, de reprimir ou suprimir vozes discordantes. A política cultural no Brasil no período 1964-1978 divide os intelectuais em três categorias. Existe uma produção intelectual encorajada ou protegida; isto é, a única oficial. Para os homens no poder, esta é a única produção legítima. Então, existe a produção supervisionada e tolerada. Finalmente, existe a proibida, a censurada” (IANNI apud Funari 1994 p.28)

Prato cheio para uma pesquisa com viés político. Porém, não é o que iremos constatar na Arqueologia de Itaipu.

1.2. A ESCOLHA DO PARÂMETRO

Para se abordar um assunto complexo e amplo, nada melhor do que parametrizar. A determinação de uma base de comparação é primordial para conseguir explicar para o leitor as dimensões do que a leitura trata, principalmente quando falamos de modo de fazer algo.

Apesar da tentação de facilitar a crítica, optando por algum trabalho que seja extremamente criticável (nem posso dar garantias de que este trabalho desta época exista), opto aqui por “subir a vareta” da qualidade, utilizando como base um trabalho de referência de um profissional respeitado no meio exatamente por suas práticas ilibadas e, sobretudo, preocupadas com a ciência arqueológica.

Assim, se a linha do tempo da pesquisa o debate tem início com os primeiros contratos profissionais de Arqueologia no país, nada melhor do que começar com a pesquisa arqueológica realizada em um dos maiores monumentos de engenharia existentes no continente. Portanto, logo mais ali na frente, iremos falar do Projeto Arqueológico da Usina Binacional de Itaipu, coordenado pelo Arqueólogo Igor Chmyz. Concordando com a importância do estudo, Monticelli (2005) nos informa que “Podemos destacar, no Brasil, como trabalho pioneiro na área de Arqueologia de salvamento, aquele desenvolvido, desde a década de 1960, pelo

arqueólogo Igor Chmyz, da Universidade Federal do Paraná, na UHE Salto Grande, no Rio Paranapanema, entre os anos de 1965-1968, UHE Xavantes (1965-1968) e na parte brasileira da Usina Hidrelétrica Itaipu (1975-1983)”.

1.3. BREVE HISTÓRICO DO PROJETO

A realização de um empreendimento de tamanho porte como Itaipu faz com que surjam diversos aspectos, positivos e negativos. Negociações políticas em diferentes esferas, até mesmo internacionais tiveram e ainda tem papel preponderante na obra e na administração de tal empreendimento.

Algumas questões obtiveram maior destaque e cobertura, como a mobilização de um grande número de funcionários para trabalhar na construção da usina e o quanto essa migração acarretou em mudanças para os povoados locais. Até mesmo a criação de novos locais de habitação, com grandes alojamentos e poucas regras. Não obstante a comparação com as obras de instalação da Usina de Belo Monte são corriqueiras.

Além disso, diz-se que “As negociações privilegiaram o uso de montanhas e rios para a demarcação de limites, consagrando o princípio do direito romano do “*uti possidetis, ita possideatis*”: quem possui de fato, deve possuir de direito. Este acerto delineou os contornos aproximados do Brasil de hoje. Mas a interpretação do documento deixou imprecisas as fronteiras às margens do Rio Paraná, uma vez que se desconhecia onde ficava seu final, ou a sua foz” (ZUCCARATTO, 2015).

Ainda que a pedra fundamental da construção tenha sido inaugurada em 1973, nas palavras institucionais, “em 1973, técnicos percorrem o rio de barco em busca do ponto mais indicado para a construção da Itaipu Binacional. O local é escolhido após a realização de estudos com o apoio de uma balsa. No coração da América do Sul, brasileiros e paraguaios indicam um trecho do rio conhecido como Itaipu, que, em tupi, quer dizer “a pedra que canta”¹.

A partir da “pedra que canta”, que designava, segundo sabedoria popular, uma ilhota rochosa raras vezes não submersa, as negociações diplomáticas tomam forma maior, com

¹ <https://www.itaipu.gov.br/nossahistoria> acessado em 26/03/20

entendimento posterior entre os envolvidos, a saber, Brasil e Paraguai. Assim, abre-se caminho para o início do processo de construção.

Na “história oficial”, contada no site da própria usina, tem-se que “A construção da Itaipu Binacional – considerado um trabalho de Hércules pela revista “Popular Mechanics”, dos Estados Unidos – começou em 1974, com a chegada das primeiras máquinas ao futuro canteiro de obras”². Entretanto, um empreendimento faraônico desta magnitude não começa somente com guindastes e betoneiras, agregando ao seu início os processos de licenciamento.

No que tange a esta pesquisa, deve-se considerar que o início dos trabalhos de licenciamento arqueológico se deu concomitantemente a algumas obras, depois de outras, mas antes das grandes e principais, o que é um alento. No ano de 1975 firma-se o contrato entre a empresa Itaipu e o Governo nacional, sob figura do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Neste contrato, são previstas “pesquisas de prospecção, escavações, estudos, divulgação e exposição de peças de natureza arqueológica... (CHMYZ, 1976 p. 03).”

Neste mesmo momento, “A região começa a transformar-se num “formigueiro humano”. Entre 1975 e 1978, mais de 9 mil moradias foram construídas nas duas margens para abrigar os homens que atuam na obra. Até um hospital é construído para atender os trabalhadores. Na época, Foz do Iguaçu era uma cidade com apenas duas ruas asfaltadas e cerca de 20 mil habitantes, em dez anos, a população passa para 101.447 habitantes”³. Ou seja, a obra, as pessoas, os estudos e as pesquisas, todos aconteciam na mesma hora, não necessariamente no mesmo lugar. Os impactos que o “formigueiro humano” trouxe à cidade, bem como a obra aos moradores, serão discutidos mais à frente neste mesmo capítulo.

Com relação ao componente “equipe” que compõe a pesquisa, temos, como já citado, o Arqueólogo Igor Chmyz como coordenador do projeto, ou líder de super equipe. Seu quartel general, sala de justiça ou, formalmente chamado centro de pesquisa, era o CEPA (Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas) da Universidade Federal do Paraná.

É interessante frisar ainda que, apesar de se tratar de uma Arqueologia por contrato, sem vínculo explícito com uma universidade e seu modo de pesquisa, o empregador não se trata de ninguém mais ninguém menos do que o próprio Estado Brasileiro, na figura do órgão competente, o IPHAN. Deve-se levar em conta, também, a duração da pesquisa de quase uma década (1975 – 1983). Estamos falando de um Estado sob o regime ditatorial militar, onerando

² <https://www.itaipu.gov.br/nossahistoria> acessado em 26/03/20

³ <https://www.itaipu.gov.br/nossahistoria> acessado em 26/03/20

o próprio caixa com uma pesquisa de 9 anos, sob tutela de um Arqueólogo! Esse sim é o exemplo de super-herói presente no imaginário infantil da Arqueologia!

1.4. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO LICENCIAMENTO E DA ARQUEOLOGIA NO PERÍODO

Nosso âmbito se refere ao patrimônio. E quanto ao patrimônio, Monticelli (2005) diz que “governo militar, no entanto, alterou as estratégias antes adotadas e direcionou, no início da década de 1970, suas ações para a importância geopolítica da região, cuja propaganda oficial era “integrar para não entregar” (p.94). Ainda que não totalmente, esta expressão ajuda a entender as razões para se manter uma pesquisa deste porte.

Sobre a Arqueologia na época do projeto de pesquisa da usina de Itaipu, realizada entre os anos de 1974 e 1983, pode-se elaborar um panorama que demonstra uma estrutura precária em torno de pesquisadores qualificados diretamente nos moldes do momento. Ou seja, através de cursos e palestras realizados em parceria entre as Universidades e centros de pesquisas do Brasil com expoentes da ciência arqueológica do exterior, como os já citados aqui anteriormente Meggers, Evans, Emperaire, Orsich e Stadler.

Em artigos da época, pode-se citar Meneses (1972) quando fala sobre os centros de pesquisa do Brasil. “Em nenhum centro, atualmente, há condições satisfatórias para uma formação completa e sistemática, academicamente institucionalizada. (p.6)”, ou Schmitz (1972) quando fala sobre os objetos de pesquisa.

“A preocupação teórica mais evidente nos trabalhos é a reconstrução histórica, através do estabelecimento de fases cronológicas para as quais se procura estabelecer um mínimo de contexto (dados para indústria, assentamento, habitat), a indicação da área de ocupação, da posição cronológica e espacial com relação a outras e o estabelecimento de tradições tecnológicas ou industriais. (SCHMITZ, 1972 p.71)”

A metodologia vinda do Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica (PRONAPA) era a base para os pesquisadores. Segundo Funari (1994), “os principais atores deste período foram dois americanos. O casal Clifford Evans e Betty Meggers” (p.27). Sobre a importância do casal, Prous (1992) destaca que “Como consequência do seminário dirigido pelos Evans no Paraná, elaborou-se um grande projeto de âmbito nacional...” (p.15) se referindo ao início do PRONAPA. Já Dias (1995), salienta que “O Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas

(PRONAPA), implementado entre 1965 e 1970, pode ser considerado um marco na Arqueologia brasileira” (p.25).

Segundo Funari, neste momento “A Arqueologia brasileira estava novamente nas mãos de diretores de museus e outros funcionários burocráticos”. A análise do autor é crítica negativa, porém, é importante frisar que algumas pesquisas de grande porte, como Itaipu, ocorrem exatamente por essa circunstância. Ainda sobre o PRONAPA, sua abordagem, segundo Pestana (2011), abre horizontes ao estudante brasileiro quando expande a noção da prática Arqueológica para a chamada “de contrato” ou do licenciamento. Pestana (2011) afirma que “we are now understanding contract archaeology, and how to make money selling our knowledge. (p.93)”. Seguindo a linha de raciocínio, afirma ainda que “Brazilians were privileged by the Pronapian program, which gave us a very modern and creative tactic to comprehend our past. (p.94)”. Ou seja, pode-se ver diferentes perspectivas sobre tarefa e função do PRONAPA, porém não se pode negar importância e influência do programa na Arqueologia brasileira.

Como contraponto à abordagem focada em ideologia e política de Funari, Barreto (1999) afirma que:

Nas décadas de 1960 e 1970, enquanto o marxismo e Arqueologia Social se desenvolvem em alguns países da América latina, no Brasil, a Arqueologia, por razões analisadas a seguir, estava já bastante isolada das ciências sociais. Enquanto nas ciências sociais grupos representativos da intelectualidade brasileira se posicionavam abertamente contra o regime militar, os arqueólogos, via de regra, parecem ter ficado a margem dos eventos tanto de engajamento político aberto, como da censura e repressão política que recaíram sobre as universidades brasileiras neste período. Neste sentido, é falsa qualquer tentativa de caracterizar uma politização da disciplina para este período como o faz Funari (1992). (BARRETO, 1999. p.206)”

Ainda sobre a interpretação arqueológica e sua formação, Barreto complementa que: “No Brasil, a Arqueologia parece ter ficado soterrada sob a carapaça de uma linguagem técnica, desumanizada: fala-se em artefatos, camadas estratigráficas, e sítios arqueológicos, ao invés de culturas, períodos históricos, e assentamentos humanos” (p.208). Ainda que contrapondo a abordagem de Funari, ambos concordam que as abordagens na Arqueologia brasileira “devem ser entendidas dentro dos contextos históricos também bastante específicos de desenvolvimento da comunidade acadêmica de arqueólogos brasileiros” (p.211). Já Hilbert (2020) entende que “O Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) marca uma linha divisória importante na Arqueologia brasileira. É interessante notar como nos últimos anos a memória desse programa de pesquisas arqueológicas ganhou o privilégio de uma manutenção permanente. (1994, p.72)”

Também é presente na literatura especializada o chamado isolamento da escola arqueológica brasileira, em dissonância ao resto da América Latina. Barreto afirma que:

Mantendo-se isolada, a Arqueologia brasileira não só absorveu muito pouco dos debates e avanços teóricos do cenário internacional das últimas décadas, como também não chegou a se constituir em uma Arqueologia nacional, particularmente concebida para os problemas do passado brasileiro e, menos ainda, em uma Arqueologia nacionalista, voltada para a afirmação de ideais nacionais. A história da Arqueologia no Brasil demonstra como esta situação foi moldada por dois fatores: as circunstâncias históricas que afastaram a Arqueologia da antropologia cultural, e das ciências sociais em geral; e o uso pouco consciente, inadequado, ou ainda mal adaptado ao contexto brasileiro... (BARRETO, 1999/2000. p.49)”

Também são essenciais na formação da base metodológica da Arqueologia brasileira nomes como Laming-Emperaire, Leroi-Gourhan, Rohr, Schmitz, La Salvia, Naue, dentre tantos outros. Sendo ainda vinculada ao aprendizado do processo histórico, os manuais e livros editados no período serviram para fundamentar os campos do conhecimento arqueológico. Portanto, ainda que não sendo tão crítica quanto a abordagem do autor, concordo com Funari no resumo quando este opina que “A Arqueologia vem se desenvolvendo no Brasil há muito tempo e sua história, aqui, dependeu muito das transformações da sociedade brasileira como um todo” (1994, p.37).

Barreto (2000) também comenta, sobre o contexto arqueológico da época, que “A vinda de especialistas estrangeiros, a entrada da Arqueologia nas universidades e programas de pesquisa tais como o PRONAPA proporcionaram a formação de toda uma primeira geração de arqueólogos acadêmicos brasileiros, ainda hoje responsáveis pela direção de vários centros de pesquisa e ensino de Arqueologia no país. (p.45)”

Prous (1992) comunica que “Quase todos os arqueólogos que assumem hoje postos de responsabilidade no Brasil devem sua formação, e por vezes sua vocação, aos Emperaire, aos Evans ou a Hurt, pesquisadores cujas qualidades humanas e científicas tornaram-nos tanto amigos quanto mestres dos que trabalharam com eles” (p.14) para exemplificar a importância das missões estrangeiras na Arqueologia no Brasil.

A metodologia de campo explicitada pelo PRONAPA, segundo Dias (1995), consistia em adaptação às circunstâncias. Assim, devido a “exiguidade de tempo em relação às ambições do projeto determinou que as prospecções fossem eleitas como estratégia de campo ideal as propostas do Programa. Dentro desta perspectiva, os participantes do PRONAPA deveriam localizar o maior número possível de sítios em uma área previamente selecionada” (p.31).

Finalizando e não menosprezando a importância do PRONAPA, fica a reflexão sobre o avanço interpretativo e metodológico no complexo estudo arqueológico. Não indeferir a pesquisa anteriormente realizada, mas revisitar sob novas abordagens é o caminho para agregar interpretações e informações, nunca buscando rupturas, mas ensinamentos. Dias (1995) finaliza seu artigo analisando o caso da abordagem voltada às classificações desta forma:

No caso da abordagem pronapiana, a importância relegada aos métodos mascarou o corpo teórico que guiava seus objetivos de pesquisa, conduzindo a equívocos interpretativos quanto a sua capacidade de explicar os fenômenos arqueológicos. Assim, a aplicação dos métodos pronapianos oportunizou um conhecimento apenas aproximativo dos grupos pré-históricos brasileiros, decorrente das limitações explicativas oferecidas pela abordagem teórica que sustentava suas pesquisas. Torna-se necessário, portanto, situar e avaliar de forma detida as posturas teóricas subjacentes ao PRONAPA, para que possamos redimensionar o conhecimento arqueológico produzido pelo Programa, na busca de novas alternativas de pesquisa que rompam os limites interpretativos sob os quais este se encontra. (DIAS, 1995 p.37)”

Cabe ainda, sem menosprezar a importância, acrescentar que, no decorrer da execução da pesquisa arqueológica em questão, surge o até agora mais proeminente órgão destinado a Arqueologia no país, a Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), datada de 1980. Segundo Schaan e Bezerra (2009) “A história da Arqueologia Brasileira não se inicia com a fundação da SAB em 1980, mas sua criação configura um primeiro momento da “perda da inocência” da disciplina em nosso país.” Por mais controversa ou crítica a abordagem sobre a sociedade que ainda hoje é predominante na área, não podemos descartar sua importância, especialmente à época de sua fundação. Proposições teóricas e metodológicas foram a base das suas primeiras conversas, que contavam com maciça adesão dos profissionais de então. Falar-se-á mais sobre a SAB adiante neste trabalho.

1.4.1. O CONTEXTO ESPECÍFICO DA ARQUEOLOGIA DO PARANÁ

Nossa pesquisa em questão neste capítulo versa sobre a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, localizada no Estado do Paraná. Por isso, achei por bem compor uma breve contextualização sobre o momento de pesquisa específico do Estado, bem como a estrutura e unidade de pesquisa. A finalidade aqui é explicitar o contexto no qual estava inserido o pesquisador responsável pelo projeto em tela, Igor Chmyz.

Segundo Oliveira (2006), a Arqueologia no Paraná se concentra, à época da pesquisa, em uma discussão entre dois grupos: “De um lado estão os histórico-culturalistas, que procuram compreender os fenômenos culturais a partir de conceitos totalizantes (Tradição e Fase), independentes de contextos; e do outro, os processualistas, que entendem que o objetivo da pesquisa deve ser a busca da compreensão da diversidade humana e da particularidade dos fenômenos e contextos socioculturais” (p.1). Quando explicamos a classificação de Tradição e Fase⁴, bem como a busca pelo maior número de sítios arqueológicos em um projeto de pesquisa, em detrimento de ações mais específicas, temos em mente o contexto da pesquisa arqueológica da época, que seguia o viés da localização e salvamento do maior número de informações possível.

Ceccon (2011) sobre as abordagens arqueológicas nos estudos do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná, coordenadas pelo Arqueólogo Igor Chmyz, diz que

“observou-se a implantação de abordagens que contemplassem uma interpretação arqueológica à realidade brasileira, decorrente dos cursos. Não se quer afirmar que anteriormente não houvesse uma interpretação arqueológica, mas que diante da conjunção de diversos cursos e visões da ciência arqueológica, a constituição de um aparato teórico e metodológico específico, como as terminologias para classificação, além de recursos financeiros contínuos, permitiram estudos sistêmicos e integrados, e principalmente, por pessoal formado em instituições brasileiras atuando com maior intensidade. (CECCON, 2011. p. 07/08)”

Toda essa contextualização tem por objetivo demonstrar o modo como se praticava Arqueologia na época de Itaipu. Para se realizar uma análise na prática arqueológica, é indispensável entender os motivos das abordagens. Com esse intuito e sob esta ótica que parte essa percepção analítica.

1.4.2. A CRIAÇÃO DE UM QUARTEL GENERAL ACADÊMICO

Para que fosse construído e instruído um quartel general apropriado ao nosso super-herói arqueológico, temos primeiro que falar sobre sua base. Sabemos que para a boa atuação

⁴ Sobre uma rápida conceituação de Tradição e Fase, recomendo Documentos 05 de Schmitz (2006), Antecedentes Indígenas de Klamt e Soares (2005) ou a modesta contribuição que dei em Melchiades (2017).

de qualquer herói o local onde ele planeja e executa tarefas é de suma importância. Neste caso não é diferente, e quando falamos sobre o QG de Chmyz, falamos do Cepa da UFPR.

O super-herói arqueólogo tem em suas mãos um poder de força imensurável, que é o conhecimento. E a sua responsabilidade em como e onde usá-lo é o cerne do assunto tratado neste escrito. Porém, antes de desenvolver o uso e as aplicações deste superpoder, é preciso pensar em como ele se desenvolve, já que não é um dom natural.

A produção do conhecimento arqueológico se dá por estudos, com dedicação e seguindo normas, classificações e maneiras de agir e pensar. Tudo o que antecede o conhecimento produzido é, de certa forma, um ingrediente na receita do poder aqui tratado. Mas para esse poder ser construído e utilizado, é necessário que se entenda como se dá a produção deste poder, as noções de seu uso para o momento (visto que esse poder é mutante, variando e mudando conforme o tempo) e as bases em que ele é construído.

Para contextualizar suas funções e funcionamento, iremos abordar, primeiramente, as bases teóricas aplicadas ao estudo e método de pesquisa da época, e em um segundo momento a história e formação do local.

1.5. BASES CIENTÍFICAS, OU COMO O SUPER-HERÓI SE PREPARAVA PARA ATUAR

Nas aventuras de heróis de histórias em quadrinhos, o QG é parte integrante e pulsante da ação direta do personagem. Na vida do Arqueólogo não é diferente. A estrutura física é fundamental na construção prévia da pesquisa de campo e na sua análise posterior.

E essas atividades, prévias e posteriores, são balizadas pelos referenciais teóricos de suas épocas. E quais seriam os referenciais do Projeto Itaipu? Bom, primeiramente temos que falar sobre o que acontecia na Arqueologia brasileira no momento, ou seja, o PRONAPA.

O PRONAPA, ou Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, foi, Segundo Souza:

“O PRONAPA é considerado um marco na Arqueologia brasileira, pois propôs uma padronização metodológica através de comparações baseadas em generalizações e invariáveis sobre as culturas pré-históricas, uniformizando as técnicas e métodos de pesquisa no Brasil. (SOUZA, 1991, apud MILHEIRA 2003, p.91)”

Segundo Dias:

“O PRONAPA, desenvolvido entre 1965 e 1970, consistiu em um desdobramento, para o território brasileiro, das pesquisas de Betty Meggers e Clifford Evans quanto

às rotas de migração e difusão cultural nas terras baixas da América do Sul. O principal objetivo do Programa era estabelecer um esquema cronológico do desenvolvimento cultural no país, através de trabalhos prospectivos de caráter regional e seriações (FORD, 1962). De acordo com a proposta, sequências seriadas semelhantes para uma mesma região seriam reunidas em fases, as quais, por sua vez, formariam tradições. (DIAS, 2007. p. 02)”

Não obstante a importância deste primeiro grande trabalho de sistematização de dados arqueológicos, outros personagens ainda devem ser lembrados por sua participação, como lembra Hilbert:

“Ao lado de Betty Meggers e Clifford Evans, um outro nome importante na compreensão dos conceitos metodológicos e teóricos que direcionavam o PRONAPA foi James Ford que, na década de 1930, também frequentou as aulas de graduação de Leslie White. Em 1962, James Ford produziu um livro didático no qual ele explicou suas ideias evolucionistas sobre cultura e no qual ele afirmou que a tarefa de um antropólogo não era estudar pessoas, mas culturas. Esse manual organizado por Ford foi resultado de um seminário que aconteceu na Colômbia em julho de 1961, com apoio da National Science Foundation e do *Department of Social Affairs of the Pan American Union*. Os instrutores desse seminário, direcionado especificamente aos pesquisadores sul-americanos, foram, além de Ford, também Meggers e Evans. Fernando Altenfelder Silva foi o representante brasileiro que mais tarde integrou-se ao PRONAPA.

O método estatístico quantitativo para criar cronologias culturais, ou o "Método Ford", que reunia ideias teóricas do evolucionismo cultural sugeria um procedimento útil de colocar elementos tipológicos em linhas de tempo. Com um simples cálculo de percentagens, os dados quantitativos dos tipos, agruparam-se em padrões, que poderiam ser interpretados como processos evolutivos. (HILBERT, 2007. p. 05)”

Ou seja, para os aspectos técnico-científicos da época, o PRONAPA foi um início teórico-metodológico de estudos arqueológicos no Brasil, gerando ramificações até o momento em que esta tese é escrita. Seja criticado ou utilizado, o importante aqui é entender que dentro do programa foi criada a primeira expectativa sobre classificação ampla de materiais e culturas no país, e que os pesquisadores da época se utilizavam de suas bases como alicerce de suas pesquisas, como diria Funari:

“Logo após o golpe militar de 1964, um Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa) foi acertado em Washington D.C., em coordenação conjunta com as novas autoridades brasileiras e sob a liderança do Smithsonian Institution, sob o comando de Clifford Evan e Betty Meggers. O Pronapa estabeleceu um programa de levantamento ativo por todo o país... (FUNARI, 2013. p. 24)”

As principais produções acadêmicas, ou, sob nosso enfoque, os manuais em que nossos heróis buscavam fontes para seus superpoderes, escritas durante a época do PRONAPA eram de caráter classificatório ou sob a forma de manuais, a seguir demonstro como algumas dessas

produções designavam ao Arqueólogo meios de usar seus poderes, que acabam por gerar meios para produção e conseqüentemente uso do superpoder aqui discutido.

Essas produções podem ser consideradas, cada qual a sua maneira, como manuais de instrução de uso de alguns dos poderes que competem ao Arqueólogo. Modos de procurar, pesquisar, classificar e analisar sítios e materiais arqueológicos foram definidos e desenvolvidos de maneira a, no final de suas aplicações, otimizar ou possibilitar o uso do conhecimento produzido. Como veremos a seguir, ainda era um início da produção do conhecimento, e o modo de uso e de produção dele ainda seria bastante diferente do que se utiliza contemporaneamente.

- COMO INTERPRETAR A LINGUAGEM DA CERÂMICA – DE MEGGERS E EVANS

Esta é, com certeza, a obra mais referenciada e utilizada para este período de construção dos primeiros saberes da Arqueologia brasileira. Nesta obra, Betty Meggers, auxiliada por Evans estabelece os primeiros parâmetros científicos no Brasil para interpretação de alguma descoberta arqueológica. No caso, sua especialidade, a cerâmica.

Preocupada em contextualizar as causas de escrever um manual classificatório sem pretensão interpretativa, Meggers começa:

“A classificação é um instrumento básico para todas as ciências. Transforma o caos do mundo exterior em categorias sistemáticas, cujo comportamento pode ser observado. Quanto melhor for a classificação, melhor será a compreensão da origem, desenvolvimento e interação do fenômeno ao qual se lhe aplica. A construção de uma boa classificação é, conseqüentemente, um pré-requisito necessário para o progresso de qualquer campo científico. Um breve exame da situação das ciências físicas e biológicas, demonstrará a validade desta afirmação. (MEGERS & EVANS, 1970. p. 01)”

Sendo um dos trabalhos mais citados durante pelo menos 40 anos em estudos de cerâmica no país, esta proposição tipológica/classificatória propõe reflexões que, até então, eram inéditas no campo do estudo científico em Arqueologia brasileira. Por exemplo, a analogia famosa sobre perspectiva:

“Um dos maiores problemas que inibem o desenvolvimento de um sistema universal para classificação da cerâmica é a relativamente alta visibilidade dos detalhes. Prossequindo com a analogia da aparência da paisagem vista do ar, podemos comparar a perspectiva do físico com a vista a 7.000 metros de altitude, a perspectiva do biólogo a 700 metros, e a do arqueólogo a 7 metros. Auxiliados pela simplicidade resultante

de sua visão, os físicos inventaram métodos objetivos para identificar seus objetos. Os biólogos, em uma situação um pouco mais complicada, têm sido capazes de chegar a um acordo no tocante ao que seja uma espécie, embora persistam amplas áreas de incerteza. Os arqueólogos frente a numerosas possibilidades, embora nenhuma de significação obviamente primária, ainda não conseguiram pôr-se de comum acordo quanto ao meio de diferenciar tipos cerâmicos. Entretanto, quando relatórios arqueológicos são examinados, especialmente aqueles que utilizam o método de análise quantitativa, descrito neste manual, torna-se evidente que os conceitos teóricos subjacentes se assemelham aqueles que orientam os biólogos na classificação evolutiva das espécies. (MEGGERS & EVANS, 1970. p. 06)”

- **GUIA PARA PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA NO BRASIL – DE EVANS E MEGGERS**

Uma das mais referenciadas publicações da época, este guia trata de se propor a ser um manual de como procurar e coletar materiais arqueológicos no Brasil. Basicamente, a habilidade e conhecimento de prospecção é um dos grandes poderes do Arqueólogo super-herói. Embora nosso foco neste trabalho seja falar sobre o conhecimento produzido pelo arqueólogo, é primordial entender que sem técnicas adequadas de prospecção não se identificam sítios arqueológicos, e sem sítios arqueológicos não se produz tanto conhecimento assim...

Se pensarmos no superpoder conhecimento como um derivado da mistura e usos de todos os outros poderes que o Arqueólogo aprende, apreende e utiliza em seus estudos e pesquisas de campo, a prospecção realizada de acordo com métodos científicos tem, sem dúvidas, um papel fundamental nesta mistura de elementos.

A importância desta publicação pode ser observada em diversos escritos sobre o PRONAPA, seja demarcando sua função, como comenta Donatti:

“Betty Meggers e Clifford Evans aplicaram seus métodos de escavação e seriação em categorias de fase, subfase, tradição que foram inseridos nos laboratórios. O PRONAPA (1965-1970), coordenado por esses arqueólogos, tinha o objetivo de mapear os sítios arqueológicos. (DONATTI, 2017. p.49)”

Ou ainda explicitando seu objetivo, como afirma Bezerra:

“Os primeiros levantamentos arqueológicos desenvolvidos no Brasil em pesquisas arqueológicas contratadas seguiram a mesma diretriz do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa) (6) em sua busca de evidências de mudança cultural, qual seja: “localizar o maior número possível de sítios e coletar uma amostra estratigráfica de cerâmica e outros artefatos de cada um deles, a fim de permitir o estabelecimento de uma sequência local. (CALDARELLI; SANTOS, 1999/2000. p. 60)”

Embora já com certo grau de defasagem, principalmente tecnológica, as instruções de uso do poder “achar sítios arqueológicos” constantes nesse manual ainda servem de fonte de inspiração para muitos dos heróis contemporâneos. Principalmente quando se percebe que, apesar de mudanças metodológicas, o objetivo permanece o mesmo, nas palavras dos autores:

“A Arqueologia, em resumo, é uma disciplina científica com um papel bem definido. Os dados que ela fornece são indispensáveis para compreendermos a origem, o desenvolvimento e o funcionamento da cultura (...) com os dados bem guardados, tais coleções poderão não só dar informações sobre áreas onde nunca trabalharam arqueólogos profissionais, como identificar sítios que compensem investigações mais intensas. É particularmente urgente salvaguardar informações de sítios em vias de destruição devido a construções modernas ou outras causas, pois, uma vez destruídos, serão removidos para sempre dos registros arqueológicos. (EVANS; MEGGERS, 1965. p.12)”

Cabe aqui, perceber que a preocupação com a destruição do patrimônio arqueológico chega junto da formação do PRONAPA, bem como dentro das instruções e metodologias de seus principais autores.

- GUIA PARA O ESTUDO DAS INDÚSTRIAS LÍTICAS DA AMÉRICA DO SUL – DE ANNETTE LAMING-EMPERAIRE

Não necessariamente vinculado ao PRONAPA, por ser de escola europeia, o guia de Annette Laming-Emperaire é publicado no final da década de 1960 com o intuito de servir como base para classificações e identificações dos materiais líticos que vinham sendo encontrados nas prospecções efetuadas Brasil afora.

É um manual que surgiu como resultado de um seminário realizado pelo CEPA do Paraná, em parceria com a CAPES. Segundo consta na introdução do próprio livro:

“O Guia teve sua origem num pedido insistente da equipe à Profa. Dra. Annette Laming-Emperaire, para organizar um vocabulário apropriado à identificação e estudo da indústria lítica da América do Sul. Durante a elaboração do vocabulário e do estudo do material proveniente da escavação, verificou-se que existia uma necessidade igualmente urgente da elaboração de um sistema de análise da indústria lítica, surgindo assim a segunda parte do Guia, o "Código de análise da indústria lítica". O vocabulário e o código poderão dar aos arqueólogos sul-americanos, principalmente aos que se dedicam a sítios pré-cerâmicos, uma linguagem comum, na qual possam também comunicar com clareza e segurança os resultados de suas pesquisas.

O Guia foi elaborado com a colaboração de toda a equipe, em francês pela Profa. Dra. Annette Laming-Emperaire, tendo sido traduzido ao português pelo Prof. Pe. Pedro

Ignacio Schmitz, S.J., com a colaboração de Margarida Davina Andreatta; depois foi discutido e experimentado.

Numerosas modificações foram introduzidas no original do Guia, de Outubro 1966 a Maio 1967. Niéde Guidon, que prepara sua tese de doutorado de Arqueologia em Paris, participou desta segunda redação.

A Diretora e a equipe do Seminário de Ensino e Pesquisas em Sítios Pré-cerâmicos registram aqui a sua gratidão ao Conselho de Pesquisas da Universidade Federal do Paraná, à CAPES, ao Prof. José Loureiro Fernandes, então Diretor do Departamento de Antropologia, ao Prof. Igor Chmyz e a todos os que colaboraram para que o seminário e o presente Guia se tornassem realidade. (LAMING-EMPERAIRE, 1967. p.11/ 12)”

Sobre seu intuito no guia, a autora diz:

“A sorte dos países da América Latina é que eles se encontram em uma situação muito diferente. Praticamente, nenhum estudo de tipologia lítica foi tentado em nenhum deles, quer em espanhol, quer em português. As poucas descrições existentes emprestam seus termos seja do inglês, do francês, do alemão e naturalmente do espanhol e português da Europa. O resultado é uma linguagem mal definida e inadaptável a um estudo detalhado.

Os arqueólogos sul-americanos lamentam, justamente, não disporem de vocabulário adequado ao seu trabalho e, nas condições atuais, a descrição científica de uma indústria da América do Sul em espanhol ou em português é uma tarefa, se não irrealizável, pelo menos muito difícil. Mas de outro lado, eles podem se rejubilar de partirem praticamente da estaca zero, de não terem, como seus colegas de outras regiões, o impedimento dos termos tradicionais de valor desigual e já cristalizados, de estarem completamente livres para construir uma terminologia e uma tipologia adaptadas, tanto às zonas arqueológicas que estudam, quanto às exigências científicas da moderna Arqueologia.

“Este pequeno guia é um ensaio para preencher essa lacuna e ao mesmo tempo aproveitar dessa sorte.” (LAMING-EMPERAIRE 1967. p. 13/14)”

Instruções e classificações sobre tipos de materiais são, como a prospecção, elementos que se unem para a produção do conhecimento. Ainda que mais específicos e voltados a práticas mais costumeiramente adotadas em ambientes com mais tempo e pessoal para efetivar pesquisas em ritmo mais lento, os manuais de uso das especificações de materiais arqueológicos servem para, principalmente, normatizar e criar parâmetros para a produção do conhecimento com relação ao analisado.

No caso dos líticos, que ao lado das cerâmicas, são das evidências arqueológicas mais encontradas em prospecções no território brasileiro, os primeiros manuais de análise e classificação tem, reconhecidamente, uma importância de base para conhecimento que deve ser levada em conta em qualquer produção de estudos, pesquisas e, ao final, conhecimento.

- TERMINOLOGIA ARQUEOLÓGICA BRASILEIRA PARA A CERÂMICA
– DE IGOR CHMYZ

A importância de existirem manuais para balizarem análises comparativas em Arqueologia é reconhecida amplamente na comunidade científica. Quando trabalhamos com a nossa analogia com superpoderes, a construção de um manual de terminologia em cerâmica, quicá o material mais encontrado/escavado/analísado na breve história do campo arqueológico brasileiro, estamos falando não só de um poder de conhecimento, mas de uma base para poderes mais específicos. Tal e qual a maioria dos manuais básicos da época em questão, este guia vem servir para que os futuros super-heróis tenham padrões e comparações prontas para aprofundarem seus estudos e, assim, otimizarem o uso desse poder analítico.

Editado por Igor Chmyz, esta obra se pretende “o fruto de um trabalho conjunto de vários especialistas em cerâmica arqueológica brasileira, reunidos durante o SEMINÁRIO DE ENSINO E PESQUISAS EM SÍTIOS CERÂMICOS...” (1966. p.01).

Diretamente técnico, trabalha com nomenclaturas, padrões e exemplos, com muito pouco espaço para textos explicativos, o que o torna um manual técnico comparativo. Importante salientar que, à época de sua editoração, este manual foi submetido a revisões de boa parte dos especialistas em cerâmica no país, não se bastando em aglutinar as opiniões e estudos dos participantes do seminário. Tem-se, assim, um dos primeiros guias exclusivamente para cerâmicas do Brasil e, ao mesmo tempo, uma base para discussões e críticas nos estudos futuros.

- A UTILIZAÇÃO DE SEQUENCIAS CERAMICAS SERIADAS PARA
INFERIR COMPORTAMENTO SOCIAL – MEGGERS E EVANS

A última das publicações que serão brevemente comentadas por aqui é também a mais recente. Ainda que de outro período histórico na breve construção da Arqueologia brasileira, o exemplo desta obra serve para o mesmo objetivo das demais, ou seja, elaborar padrões de base científica para que possam ser gerados estudos específicos. Em nossa linguagem, escolas de superpoderes que capacitam os heróis a se especializarem nas suas “artes”.

Já com mais produção textual em seu conteúdo, esta obra apresenta questionamentos sobre as metodologias adotadas como pode-se perceber a seguir:

“Ao se iniciar o PRONAPA, uma fase arqueológica configurava-se como uma abstração, sem correspondência etnográfica. Atualmente acreditamos que fases definidas em termos de sequência seriada podem ser correlacionadas a comunidades autônomas ou semi autônomas e que tradições definidas em termos de fases que compartilham um conjunto de elementos cerâmicos, provavelmente, representem entidades tribais ou linguísticas... (MEGGERS; EVANS. 1985 p. 05)”

Hoje as bases apresentadas para a construção do conhecimento arqueológico são amplamente questionadas, algo que faz parte da construção da ciência. Aqui importa para a ideia a ser discutida que seja claro o papel de manuais comparativos e analíticos na formação da base de conhecimento do profissional, o que dá ao nosso herói arqueólogo o fundamento necessário para que este desenvolva seus superpoderes da maneira que melhor lhe aprouver.

1.6. A HISTÓRIA DO QG UFPR

É interessante para a metáfora de criação de super poderes que estamos abordando falar sobre um dos mais utilizados elementos dessa construção e habilitação de uso, que é o local de sua origem, ou seja, o Quartel General.

O lugar onde o super herói concentra seus equipamentos, faz suas investigações, reflete sobre suas responsabilidades e, sobretudo, produz conhecimento para utilizar “no mundo exterior”.

A criação e desenvolvimento do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) da UFPR é tema de dissertação de Roseli Santos Ceccon, e aqui faremos uma breve contextualização baseada neste trabalho.

Fundado em 1956, com o objetivo de capacitar alunos e promover pesquisas pioneiras na área, o CEPA se destaca no intuito de “implantar abordagens que contemplassem uma interpretação arqueológica à realidade brasileira” (Ceccon, 2011, p. 07), o que pode ser notado em suas produções acadêmicas anteriormente citadas.

A partir de 1957, com participação do casal Emperaire, principalmente na figura de Annette Laming-Emperaire, começam os primeiros cursos, para materiais líticos e técnicas de escavação. Houve também trabalhos realizados, em meados de 1958, em parceria com o professor estadunidense Wesley Hurt, trazendo a possibilidade de conversas com a escola

“americana”. Por fim, nesta primeira fase de parcerias internacionais, os professores Clifford Evans e Betty Meggers, uma década depois, são convidados a ministrarem cursos.

Diversos outros pesquisadores de renome foram convidados a participarem do esquema de cursos introdutórios ou específicos de curta duração, que fundamentaram as bases do CEPA. Dentre eles, podemos destacar Castro Faria, Oldemar Blasi, Peter Hilbert, Adam Orsich, Elfriede Stadler, dentre outros.

O que pretendeu-se mostrar aqui foi a fundamentação do saber e do local de saber criado para atividades teórico-práticas sobre os campos de estudo, formalizados no CEPA. Com isso, temos as bases teóricas dos superpoderes do “herói” arqueólogo da época, bem como seu “quartel general”.

1.7. O MEIO DE OPERAR

Esta deve ser a parte mais interessante para se entender o que se pretende neste capítulo. Quando se fala em *modus operandis* na Arqueologia, logo se imagina um longo debate sobre a escola francesa e a escola estadunidense, com pitadas germânicas e inglesas. Teríamos longas discussões sobre uso de meias ou sandálias, botas e equipamentos de proteção ou cigarros e conforto. Níveis naturais, artificiais, distâncias, profundidades. Idades. Mais algumas ades que não serão citadas, e a elas peço sinceras desculpas.

Ocorre que não é o método de Renfrew e Bahn (1998) que se pretende discutir. Nem a teoria de Hodder (1990/2005), Johnson (2000) ou Fagan (1978). Não é a abordagem de Binford (1988), de Clarke (1977), Meggers (1965) nem de tantos outros que vieram antes. Talvez um pouco sobre os que vieram após, adaptando as escolas clássicas ao seu *metier*. E não é falta de vontade acadêmica ou preguiça literária que fazem com que esta não seja a discussão. A questão é que o tal “método” arqueológico engloba mais minúcias do que temos a impressão à primeira vista. E é justamente em uma dessas minúcias, desses pontos menores, porém relevantes, que iremos direcionar o nosso foco. Enfim, o que quero dizer aqui é que não se verá nas próximas páginas uma abordagem específica ao método de escavação, e nem a tentativa de interpretação da cultura material ou do sítio arqueológico.

Quando tentamos delimitar um raio de ação para escrever uma tese, o sofrimento para chegar em um objetivo alcançável é intenso. A tendência natural é querer abraçar o mundo.

Porém, e aqui cabe um (mais um) agradecimento aos que me ajudaram na caminhada, tem que existir um limite e uma delimitação. E o limite aqui imposto é o do que iremos tratar como método.

Neste estudo, o que iremos analisar e debater é a construção metodológica do *modus operandis* da Arqueologia no mercado de trabalho, sob a ótica da devolução do conhecimento gerado pelo profissional da Arqueologia para a sociedade. Por isso, este capítulo aborda um breve contexto do início da prática de mercado da Arqueologia no Brasil, bem como os motivos que fazem com que a prática fosse realizada da maneira que foi, suas ramificações e consequências.

1.8. ITAIPU

O Projeto Arqueológico Itaipu foi coordenado pelo Arqueólogo Igor Chmyz⁵ e gerou sete volumes de relatório, divididos por períodos de um a três anos. A pesquisa teve duração de oito anos, 1975 a 1983. A equipe envolvida no projeto, além do coordenador, contou com colaboradores do CEPA no período, bem como familiares e ajudantes contratados pelo próprio. Neste tópico vamos discorrer sobre os relatórios, seus achados e suas informações.

1.8.1. RELATÓRIO 1975/1976

O primeiro relatório do Projeto Arqueológico Itaipu apresenta os resultados da primeira empreitada de prospecções, realizadas entre 08/07/1975 e 03/08/1975. A particularidade deste relatório em relação aos outros é a contextualização inicial do projeto e das tratativas para que ele acontecesse, conforme veremos a seguir.

Na Introdução somos apresentados às pesquisas realizadas em áreas próximas anteriormente, e ficamos sabendo que “As pesquisas do Projeto Arqueológico Itaipu principiaram em trecho do rio Paraná, onde, pouco acima da foz do rio Iguazu, em 1969, haviam

⁵ Possui graduação em História e Geografia pela Universidade Federal do Paraná (1963) e Doutorado em Ciências (Antropologia - Arqueologia) pela Universidade de São Paulo (1972), tendo frequentado e participado da turma de 1964 do curso do casal Meggers e Evans.

sido encerradas as do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. (p.1)”. Além disso, o próprio Chmyz esclarece que participou de prospecções em área próxima, conforme:

Em princípios de 1969, como parte do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, o trecho do baixo rio Iguaçu e porções adjacentes do rio Paraná foram alvo de prospecções intensivas. Vinte sítios arqueológicos foram localizados: 5 pertenciam a fase pré-cerâmica Pirajui, da tradição Humaitá, 8 a fase cerâmica Ibirajé e 4 a fase cerâmica Sarandi ambas pertencentes a tradição Tupiguarani, e, ainda outros 3, a fase cerâmica Icaraíma, que apresenta grande afinidade com o material dos índios Payaguá (Chmyz, 1971 p.87; Chmyz & Schmitt, 1971 p.61)”

A seguir, como comentado anteriormente, é relatado um breve histórico das negociações que levaram a elaboração de uma parceria público-privada entre a usina, o IPHAN e o Arqueólogo em questão. Neste seguimento do relatório são explicitadas as cláusulas de um dos primeiros contratos realizados em Arqueologia no país, e, apesar de não serem alvo desta pesquisa, considero como uma belíssima fonte de informação para futuras pesquisas. A partir disso, se informa também sobre momentos e duração de campanhas de campo, quando afere que “O Projeto Arqueológico Itaipu será desenvolvido entre os anos de 1975 e 1981 em etapas de 103 dias por ano, perfazendo um total de 721 dias” (p.3).

Também aqui se nota uma das mais importantes definições em um projeto deste porte, as de logística. Consta no projeto que “Os trabalhos serão iniciados na “Área Prioritária” da Usina Hidrelétrica de Itaipu. As etapas posteriores abrangerão as demais porções brasileiras da futura bacia de captação de águas, acima da Área Prioritária” (p.3). As cooperações entre equipe de Arqueologia e Itaipu são colocadas de maneira a explicitar que sem a parceria logística, as campanhas de prospecção e escavação não seriam possíveis.

Como metodologia de campo para o projeto, consta que:

“A equipe permanecerá, nas várias etapas de trabalho, acampada em pontos estratégicos da área a ser pesquisada. Por rio e por terra serão prospeccionados os seus arredores. A duração de cada acampamento estará condicionada pelo ambiente e a quantidade e natureza dos sítios arqueológicos.

Os sítios localizados serão imediatamente topografados e registrados. Dependendo de seu conteúdo e estado de conservação, serão praticadas coletas superficiais em setores, cortes stratigráficos, trincheiras, ou outros procedimentos tecnológicos que se fizerem necessários. Os locais arqueológicos excepcionais poderão, mais tarde, ser escavados com maior intensidade.

O material arqueológico coletado nos vários sítios, inicialmente será armazenado nos próprios acampamentos. Posteriormente, quando o seu volume ultrapassar a capacidade de controle na área do acampamento, ou quando houver a mudança do acampamento para outro ponto a ser pesquisado, o material será transportado ao galpão provisório na Área Prioritária. (CHMYZ, 1976. p.4)”

Percebe-se que, afora citações de referenciais diversos e justificativas específicas de projetos, a metodologia proposta é ainda hoje basicamente a mesma para o tipo da região. A preocupação com identificação e quantidade de sítios tipicamente prapianiana também se faz presente, assim como a já mencionada parceria logística com o empreendedor, ato que deveria ser mimetizado com mais veemência em contratos de licenciamento atuais.

Quanto ao manejo de materiais e registro arqueológico, o projeto segue em sua explicação:

“As amostras recolhidas ao galpão provisório sofrerão, tanto quanto possível, no próprio local, os trabalhos iniciais de limpeza e marcação. As peças completas, destinadas especialmente ao Museu de Itaipu, serão processadas e permanecerão armazenadas nas instalações provisórias até o seu aproveitamento definitivo. As demais amostras serão transportadas aos laboratórios de Arqueologia da Universidade Federal do Paraná, para a sua análise e interpretação. Ao serem concluídos os trabalhos de laboratório, o material retornará ao galpão provisório ou Museu de Itaipu.

Além do registro dos sítios arqueológicos e coleta de suas evidências, serão recolhidas amostras de sedimentos e de carvão vegetal, para as futuras análises granulométricas, palinológicas e radiométricas.

Amplio documentário fotográfico, em cores e em preto e branco, será efetuado na área de ação do Projeto Arqueológico Itaipu.

Igualmente, através de cópias xerográficas, serão levantados os dados bibliográficos da etnologia, história e Arqueologia da área pertinente ao projeto. (CHMYZ, 1976. p.4)”

Podemos perceber a preocupação em registrar (da maneira possível para a época, ou seja, em originais manuscritos e cópias xerográficas) e coletar evidências para suportar as descobertas vindouras de sítios arqueológicos, ainda que no limite da estrutura e tecnologia disponíveis. No limite do período, o projeto prima pela excelência tecnológica em termos de materiais e conta com a parceria do empreendedor que se compromete a se responsabilizar pelo material através de um museu.

Quanto à extroversão do conhecimento produzido, o material não trata em muitas linhas. Temos que “Os estudos do material arqueológico, bem como dos elementos coletados em campo, servirão para a elaboração dos relatórios parciais mimeografados. (p.4)” e que, de posse dos relatórios, “com uma tiragem anual de 500 exemplares, serão distribuídos às entidades congêneres nacionais e estrangeiras, ao IPHAN e a Empresa Binacional Itaipu. (p.4)”. Pode-se perceber a intenção de institucionalizar a informação, com uma tiragem suficiente para “chancelar” as informações coletadas. Aqui a extroversão do conhecimento navega no rumo institucional mais do que no comunitário, o que gerará ramificações futuras.

Após a explicação básica, o relatório parte para pontos mais específicos do procedimento de campo, como tamanho de intrusões no solo ou maneiras prospectivas em beira de rio. Cabe ressaltar que a escrita do método é derivada de um relatório, logo, tem-se maneiras de fazer relacionadas com os achados e percalços da já executada primeira empreitada em campo.

O texto, amplamente focado em terminologias e explicações sobre como estariam classificados os materiais, segue para os resultados das pesquisas realizadas na primeira etapa. A descritividade do relatório encontra exatamente o contexto da Arqueologia do momento, explicitando o período classificatório/descritivo relacionado ao “boom” de informações prospectado pelo PRONAPA. Como resultados das pesquisas, obtivemos um total de vinte e nove novos sítios arqueológicos registrados.

Nesta etapa foram registrados, portanto, treze sítios arqueológicos considerados pré-cerâmicos e dezesseis cerâmicos. A partir desta divisão, foi também gerada uma classificação por fases dentro de suas especificidades.

Dentre os sítios arqueológicos considerados pré-cerâmicos, ocorre a nomenclatura de uma fase até então desconhecida, chamada Acarai. Para uma Arqueologia classificatória, identificação de padrões e criação de fases são comuns em trabalhos de grande porte, e irão acontecer mais vezes no decorrer dos relatórios. Sendo assim, temos, dentre um universo de treze, sete relacionados a fase chamada Pirajui, três a fase Acarai e três a fases que não puderam ser estabelecidas.

Para os sítios cerâmicos, a separação por fases resulta em dois pertencentes à chamada Ibirajé, três a Sarandi, sete da fase Cantu, um da fase Icaraíma e três de fases não estabelecidas. É interessante frisar que no relatório e na planilha final são explicitadas as Tradições que dão origem às fases, conforme veremos na sequência.

Após um mapa confeccionado de acordo com as limitações da época, segue-se, no relatório, as descrições pormenorizadas de cada um dos sítios arqueológicos identificados nesta fase do projeto, com suas especificidades estratigráficas, desenhos de perfil e quantificação de materiais, gerando a tabela que será disponibilizada em anexo.

Com esta tabela podemos observar as relações entre as classificações realizadas por tradições e fases, as profundidades dos sítios em que houveram intervenções em subsuperfícies e as relações entre as classificações e a bibliografia disponível.

O trabalho de coleta de dados e materiais se mostra cuidadoso e metuculoso, assim como a longa descrição detalhada que transcorre a seguir no relatório, até quase sua totalidade. Desenhos e descrições de cada uma das peças compõe a grande parte do texto, até chegar na análise comparativa e conclusões parciais.

Nesta parte do relatório percebe-se a preocupação em estipular classificações e periodizações dos materiais e sítios arqueológicos pesquisados. Existe também a preocupação tipológica do material analisado. Conforme:

“A grande maioria do instrumental é constituída pelas diversas variedades de raspadores. As facas, plainas, talhadores e lâminas-de-machado, também relacionados a trabalho com madeira e/ou caça, são igualmente numerosos. Os picões, quebradores-de-coquinho e trituradores, que sugerem a coleta de tubérculos e manipulação de sementes, são menos representados.

Datações pelo Carbono-14 são ainda inexistentes para a área das pesquisas. Entretanto, em sítios pertencentes à mesma tradição cultural da fase Pirajui, as datações oscilam entre 5.000 e 7.000 anos antes do presente. (CHMYZ, 1976. p.98)”

É de suma importância perceber que em um contexto de discussão sobre sítios arqueológicos históricos serem ou não “arqueológicos”, o coordenador desta pesquisa nem se dá ao trabalho de discutir a questão, considerando-os Arqueologia e pronto. Ainda que seja consolidada tempos depois, gostaria de frisar esta espécie de pioneirismo em Arqueologia sob demanda (ou contrato). Funari (1994) nos esboça um panorama da discussão, ainda que alguns anos à frente deste relatório, que ocorria na época quando afirma:

“No Brasil, a Arqueologia dos sítios históricos só poderia se desenvolver tardiamente. Isto vem ocorrendo com os trabalhos de campo em quilombos em Minas Gerais, de Carlos Magno Guimarães (Guimarães e Lanna 1980), com os sítios coloniais do Nordeste (Albuquerque 1981) ... (FUNARI, 1994 p.34)”

Findada esta análise comparativa, seguem as referências bibliográficas e o final do relatório. Não são explicitados outros procedimentos ou referenciadas outras atividades que não as prospectivas de campo.

1.8.2. RELATÓRIO 1976/1977

No segundo ano de pesquisas, formulado em 1977, temos os dados da empreitada de 38 dias, realizada entre 05/07/1976 e 11/08/1976, outra de 09 dias, entre 03/09/1976 e 12/09/1976

e finalmente a última, novamente de 09 dias, entre 21/01/1977 e 28/02/1977 e 02/04/1977 e 11/04/1977. Essas quatro fases de pesquisa geram um relatório de maior volume do que o anterior, ainda que sem a introdução inicial.

As prospecções são realizadas conforme o estipulado, e aparentemente uma das etapas se preocupa com uma área não prevista, onde “Tal procedimento se fez necessário, pois obras de abertura de uma rodovia haviam exposto vários locais arqueológicos, e vandalismos, por parte de curiosos, eram frequentes. (p.7)”. Temos também aqui a primeira citação referente a áreas preservadas ou em conflito, quando fala-se do vale do rio Ocoí, onde “O mesmo, que se encontra sob a jurisdição do INCRA, está densamente florestado e será abordado proximamente, quando da sua ocupação por agricultores. (p.7)”.

É atestada a grande quantidade de materiais coletados (mais de vinte mil fragmentos) bem como feita a divisão entre partes sul e norte das prospecções. Aqui é imperativo salientar que nas aplicações metodológicas do PRONAPA, a quantidade de fragmentos coletados é de suma importância, pois a quantificação dos materiais escavados/encontrados para gerar gráficos e estatísticas servia, para além dos dados, para afirmar o sucesso do trabalho. Forma essa de pensar que se estende até os momentos em que Arqueólogos do momento são, se sentem e mesmo se pressionam para “encontrar sítios” como prova de qualificação de um trabalho. Sobre essa divisão, temos:

“Na parte sul da área de Itaipu, com exceção do vale do rio Ocoí, praticamente em todos os trechos pesquisados estava sendo praticada agricultura mecanizada de soja e trigo. Nas porções de desmatamento recente verificava-se o plantio de hortelã-pimenta, entre troncos e galhos de árvores. As primeiras foram bastante danosas para os sítios arqueológicos, pois além de ocasionarem imediata perturbação da estratigrafia, dispersaram e requebraram as suas evidências. (CHMYZ, 1977. p.7)”

Já quando fala sobre a parte norte, o relatório informa que:

“No extremo norte da área de Itaipu, as pesquisas foram limitadas a um certo trecho da reserva florestal do 1º Batalhão de Fronteira, nas proximidades dos saltos das Sete Quedas, que fora perturbado pela abertura de uma estrada de rodagem. (CHMYZ, 1977. p.7)”

A partir das descrições de área, chegamos aos números absolutos de sítios identificados, que, nesta fase do Projeto, chegam ao número de sessenta e sete. Dentre eles, foram identificados dezoito pré-cerâmicos e quarenta e nove cerâmicos.

Dentre os sítios pré-cerâmicos, novamente temos as separações por Fases e seu relacionamento com as Tradições. Considerando somente as fases, para especificar mais as classificações, temos dezesseis da fase denominada Pirajui, um de pontas de projétil que não foi estabelecido e um da fase Ipacarai.

Neste momento do relatório surge a informação de que a Fase Ipacarai corresponde a Acarai do primeiro relatório. Foi descoberto que já havia sido dado este nome a outra fase em outro relatório. Já entre os sítios cerâmicos, a distribuição entre a classificação de fases se dá com vinte e um da fase Cantu, cinco não estabelecidos, quatro Sarandi e cinco da fase Assuna, esta última sendo diferenciada por estar associada à tradição Neobrasileira⁶, ou seja, derivada de produto de contato pós invasão europeia.

A partir dessas classificações, novamente se segue uma descrição detalhada de cada sítio arqueológico, bem como de todos os materiais, com desenhos, mapas e perfis, chegando ao número final de sítios, em tabela disponibilizada em anexo.

Finalizando o relatório do segundo ano de pesquisas, novamente temos uma correlação entre datas, fases e tradições. Fala-se de pormenores das escavações, profundidades, materiais. Detalhadamente e especificamente, como esperado. Afinal de contas, é um trabalho de Arqueologia dos anos de 1970, existe a defasagem temporal, mas a equipe liderada por Chmyz é absolutamente qualificada para tal. O intuito aqui não é questionar a pesquisa, e sim analisar como era feito um trabalho modelo na época e suas ramificações. Também cabe frisar aqui a correlação histórica que é realizada, com pesquisa extensa em documento e relações com os países vizinhos. Não são feitas menções a interações ou outras atividades nesta etapa da pesquisa.

1.8.3. RELATÓRIO 1977/1978

Este volume do relatório compreende as pesquisas realizadas nas empreitadas de campo realizadas nos períodos de 08/07/1977 a 13/08/1977 com duração de 38 dias, e de 03/09/1977

⁶ Para a época, o conceito de cerâmica Neobrasileira vinha exatamente dos manuais explicitados anteriormente como base para os saberes arqueológicos, e dizia que esta tradição era: “Uma tradição cultural caracterizada pela cerâmica confeccionada por grupos familiares, neobrasileiros ou caboclos, para uso doméstico, com técnicas indígenas e de outras procedências, onde são diagnosticadas as decorações: corrugada, escovada, incisa, aplicada, digitada, roletada, bem como asas, alças, bases planas em pedestal, cachimbos angulares, discos perfurados de cerâmica e pederneiras.” (CHYMZ, 1976. p. 145).

a 07/09/1977 (04 dias), de 05/01/1978 a 13/02/1978 (38 dias) e de 17/03/1978 a 27/03/1978 (10 dias). Novamente dividida em quatro empreitadas,

“as pesquisas abrangeram uma vasta área, englobando a margem esquerda e parte da direita do rio São Francisco Falso, rio Dois Irmãos, rios do Moinho e rio São Vicente Chico, além do trecho da margem esquerda do rio Paraná compreendido pelos dois extremos; foram registrados 26 sítios arqueológicos. Na segunda etapa, os trabalhos circunscreveram-se ao rio São Vicente Grande e resultaram na descoberta de 2 novos sítios. As da terceira etapa abrangeram trechos da margem direita do rio São Francisco Falso, rio Vinitu, Arroio Felicidade, margem esquerda do curso médio do rio São Francisco Verdadeiro e a porção da margem esquerda do rio Paraná situada entre os dois extremos; 10 sítios arqueológicos foram encontrados. Finalmente, na última etapa foram complementadas as prospecções no alto rio São Francisco Falso e registrados mais 2 sítios⁷. (p.7)”

Enquanto isso, o trecho deixado para trás, do rio Ocoí, ainda não foi prospectado pelos mesmos motivos anteriores. Nesta etapa também são relatados os primeiros problemas enfrentados em campo, conforme segue:

“A constante movimentação da equipe na área assinalada deveu-se a intensidade do uso do solo pelos modernos agricultores, com extensas plantações de trigo na metade do ano, e as de soja, no início. Os trabalhos não puderam transcorrer numa sequência ideal; tornava-se necessário retornar aos trechos impraticáveis em ocasiões anteriores, cobertos que estavam por uma ou outra plantação.

Alguns incidentes ocorreram, principalmente pela falta de esclarecimento dos habitantes da área, como, por exemplo, perturbações causadas por curiosos em sítios que estavam sendo escavados, como uma tentativa de antecipação à descoberta do “tesouro” e ameaças de cerceamento da movimentação da equipe em algumas propriedades.

Outro problema enfrentado pelos participantes do Projeto foi com relação aos defensivos agrícolas, quando eram percorridas plantações de soja, que causavam irritações epidérmicas... (CHMYZ, 1978. p.7)”

Afora os problemas enfrentados, a especificidade deste relatório é a descrição de vestígios não esperados pela equipe, relacionados com o que se costuma chamar de “sítio histórico”, como os já encontrados no ano anterior da chamada cerâmica neobrasileira e de madeireiros. “Também muito numerosos estão sendo os vestígios dos exploradores de madeira da companhia britânica “Maderas de Alto Paraná”, cuja atuação estendeu-se dos fins do século passado até o início do atual. Foram constatados restos de antigos acampamentos e recolhidas peças, como grandes eixos metálicos de carretas e frasco de cerveja importada. (p.10)”.

⁷ Por opção deste autor, suprimi das citações do relatório as indicações de figuras. Os dados de todos os volumes dos relatórios são referenciados por desenhos e figuras. Não cabe aqui reproduzi-las, logo, omiti os parênteses do texto. Isso absolutamente não muda o sentido da pesquisa ou das frases citadas.

Quanto à parte da prospecção arqueológica, consta que foram encontrados quarenta novos sítios arqueológicos, dezesseis pré-cerâmicos e vinte e quatro cerâmicos.

Como especificação dos sítios pré-cerâmicos, são identificados um sítio de uma nova fase, chamada Vinitu, que recebe destaque. Onze são os sítios da fase Pirajui e dois da Ipacarai. Dois não foram identificados.

Com relação aos sítios cerâmicos, o relatório afirma que são divididos em seis sítios da fase Itacorá, seis da Ibirajé e sete da Sarandi. Ainda foram identificados três sítios da fase Cantu e dois da Assuna. Lembro que todos são relacionados com suas tradições e subfases, dados que constam na tabela geral. Os números gerados pela separação por fase são ilustrativos do trabalho de pesquisa para demonstrar a grande preocupação com a classificação presente na época da pesquisa.

Novamente, a maior parte do relatório, cento e vinte e quatro páginas de cento e quarenta e uma, são destinadas às descrições, tanto dos sítios quanto dos materiais.

De posse de todas as informações, é gerada a planilha que, como as outras, segue em anexo.

Nas conclusões, vemos uma preocupação em definir detalhes da fase Vinitu, a nova estabelecida no projeto. Após detalhado o material, seguem as relações bibliográficas e mais informações sobre os materiais e os sítios. Não são mencionadas atividades extras à prospecção e escavação.

1.8.4. RELATÓRIO 1978/1979

Este relatório apresenta resultados, segundo consta, das pesquisas na área de Itaipu realizadas entre julho de 1978 a junho de 1979. Foram desenvolvidos em três etapas, a primeira de 39 dias, 04/07/1978 a 12/08/1978, a segunda de 08 dias, 01/09/1978 a 09/09/1978 e a terceira e última de 45 dias, 05/01/1979 até 20/02/1979. Nesta empreitada é registrado que foi trabalhado o trecho do vale do rio Ocoi, uma vez que “agora, com a atividade dos extratores de madeira e as primeiras práticas agrícolas, pôde ser parcialmente pesquisado. (p.7)”.

A descrição das atividades é feita da seguinte forma:

“Nas três etapas de campo, a equipe trabalhou em ambas as margens do rio Ocoi e nas de alguns de seus afluentes, penetrando por picadas dos madeireiros e pelas estradas carroçáveis dos agricultores. Alguns trechos ainda permanecem florestados e deverão ser abordados em outra oportunidade.

Também foram prospeccionadas porções da margem esquerda do rio Paraná que, nos anos anteriores, não ofereceram condições favoráveis de trabalho. Nessas porções, novos sítios foram encontrados e outros, que já eram conhecidos, foram revistos e complementados. (CHMYZ, 1979. p.7)”

Com relação aos problemas encontrados pela equipe no ano anterior, o relato emocionado de um arqueólogo trabalhando em um processo de destruição afirma que:

“Devido à pequena perturbação de muitos locais, pois as atividades agrícolas eram iniciais, geralmente com semeadura manual e algumas vezes em coivara, foi possível escavar intensamente vários sítios, retirando-se também amostras de carvão vegetal e de sedimentos. Os dados assim obtidos servirão para complementar os elementos destruídos pela agricultura mecanizada em outros sítios da área de Itaipu.

Igualmente gratificante para a equipe foi a possibilidade da instalação de equipamentos em plena mata, longe dos efeitos dos defensivos agrícolas, tão comuns nos acampamentos anteriores. Os sons e aromas da floresta e os banhos nas águas ainda não completamente poluídas dos córregos, mitigavam o cansaço da faina diária. Animais, como veados e gatos-do-mato, costumavam passar ao lado das instalações, enquanto que grandes aranhas caranguejeiras ou cobras aninhavam-se sob o equipamento ou atravessavam tranquilamente as quadras em abertura, sem molestar ninguém. São imagens que se perpetuarão na memória de todos.

Outras imagens, infelizmente, também se perpetuarão, como a queda das grandes árvores, golpeadas pelas motosserras, e a completa devastação da mata pelo fogo. (CHMYZ, 1979. p.7)”

Com relação ao trabalho de prospecção arqueológica e seus resultados, foram identificados dezenove novos sítios arqueológicos, sendo três pré-cerâmicos e dezesseis cerâmicos. Dos apenas três sítios arqueológicos pré-cerâmicos, apenas um foi identificado com relação à fase, da denominada Vinitu. Os outros dois não encontraram relação estabelecida.

Já com relação aos sítios cerâmicos, a relação é mais ampla, devido ao maior número. Ainda que o objetivo seja meramente classificatório, temos uma maior variação, com as fases Itacorá em três, Ibirajé em seis, Sarandi em um, Cantu em um, Assuna em um e quatro não estabelecidos.

Os dados descritos e relacionados geram a tabela em anexo, contendo Tradições, Fases, relações bibliográficas, profundidades e demais informações.

As já conhecidas detalhadas descrições se seguem, bem como desenhos e mapas. Com relação às conclusões e relações, temos novos relatos de porcentagens de materiais e correlações

com a bibliografia existente, em um trabalho de relacionamento de informações intensivo. Não foram encontradas menções a ações que não sejam as de prospecção e escavação.

1.8.5. RELATÓRIO 1979/1980

O relatório do quinto ano de prospecções do Projeto Arqueológico Itaipu comporta as três etapas realizadas entre 16/07/1979 a 14/08/1979 (29 dias), 12/10/1979 a 22/10/1979 (10 dias) e 10/01/1980 e 12/02/1980 (33 dias). Os trabalhos destas fases se concentraram nas duas margens do rio São Francisco Verdadeiro e seus afluentes nos primeiros momentos, e “posteriormente foi pesquisada a margem esquerda do rio Paraná, desde o Porto Britânia, situado na foz do rio São Francisco Verdadeiro, até o Porto Mendes, localizado pouco abaixo da foz do rio São Cristóvão, inclusive as dos afluentes englobados pelo trecho. (p.7)”

Com relação às dificuldades encontradas pela equipe, o relatório conta que:

As atividades, assim ordenadas, possibilitaram a descoberta de 36 sítios arqueológicos, embora com muita dificuldade, porque o espaço abrangido apresentava-se sempre tomado pelas atividades agrícolas, principalmente plantações de trigo, nos meses frios, e de soja, nos quentes. Esses problemas foram mais sentidos nos vales dos rios São Francisco Verdadeiro e Branco, quando as plantações chegavam até a beira de seus cursos. Tal ambiente obstaculizava a penetração e a visualização dos terrenos, também causava, devido ao excessivo emprego de defensivos nas plantas, intoxicações em membros da equipe.

As porções não atingidas pelas plantações, como as que margeavam o rio Paraná, estavam cobertas por gramíneas (pasto), o que limitava igualmente as possibilidades de trabalho. (CHMYZ, 1980. p.7)”

Pela primeira vez temos, já na introdução, relatos de convivência, não necessariamente pacífica, com proprietários de terras, ou ex-proprietários em usufruto, como podemos ver em “Ocorreram, ainda, alguns atritos com proprietários de terras ou com ex-proprietários que as estavam explorando temporariamente(...)desconfiados com a presença de pesquisadores à procura de “cacos de cerâmica e lascas de pedra. (p.7)”

Novamente a pesquisa ambiental e as relações bibliográficas com a história pós colonização se faz presente de forma profunda. Com relação à Arqueologia, conforme já mencionado, foram trinta e seis novos sítios arqueológicos, sendo dezesseis deles pré-cerâmicos e vinte cerâmicos.

Dentre os sítios relacionados, ocorre algum tipo de interferência nas informações de contagem, não sendo possível elaborar os gráficos como nos anos anteriores. O intuito é demonstrar o grande esforço dos pesquisadores em elaborar classificações e relações entre elementos da cultura material, e isso se mostra claramente na aplicação do conceito de Fase.

Após as explanações detalhadas sobre os sítios e principalmente sobre o material coletado, este relatório mostra o resultado geral, apresentado em anexo.

A sequência do relatório mostra novamente a descrição dos sítios e a profunda análise do material coletado, demonstrando mais uma vez a grande dedicação da equipe de pesquisa.

Como diferença no relatório do ano 05, temos um apanhado das pesquisas, uma vez que já existiam dados suficientes para tal. Entretanto, as conclusões começam pelo quinto ano de pesquisas, onde quase vinte mil fragmentos foram coletados. A estrutura desta parte do relatório segue sendo idêntica aos outros anos, com foco em quantificação, qualificação e relação, ou seja, mantendo-se fiel aos aspectos designados como de maior importância durante a abordagem pronapiana.

Já a parte do relatório que versa sobre os até então cinco anos das pesquisas começa com as totalidades. Impressionantes cento e oitenta e sete sítios arqueológicos identificados, com mais de cem mil fragmentos analisados. Segue então uma extensa compilação das pesquisas já realizadas, com relações entre pesquisas externas, datações e preocupação cronológica evidente. A busca pela informação precisa e a quantidade exata de fragmentos. Considero um excelente trabalho de pesquisa do momento da Arqueologia no Brasil. Não existem menções a outros trabalhos efetuados fora do âmbito da prospecção/escavação.

1.8.6. RELATÓRIO 1980/1981

O sexto relatório compreende as etapas de escavação dos anos de 1980 e 1981, e foi dividido em quatro etapas. A primeira, de 29 dias, ocorreu entre 07/07/1980 e 08/08/1980, a segunda, de 09 dias, entre 08/10/1980 e 17/10/1980. Já a terceira etapa, também de 09 dias, ocorreu no período de 14/01/1981 a 13/02/1981, enquanto a última fase de pesquisas de duração de 09 dias, ocorreu entre 13/04/1981 e 24/04/1981.

A sistemática permanece a mesma, com a área sendo percorrida do Sul para o Norte. Sobre os trabalhos de campo em si, temos:

“Constatou-se no trecho das pesquisas, que houve uma intensificação das práticas agrícolas mecanizadas as quais causaram danos ainda maiores aos vestígios arqueológicos. As lavouras de trigo e soja dificultaram, também, a procura dos sítios. Os trechos cobertos por pastos artificiais, agora bem mais numerosos, igualmente entravaram as pesquisas. No extremo norte da área já eram numerosas as propriedades abandonadas e cobertas por cerrada capoeira. Mesmo assim, os trabalhos possibilitaram a descoberta de 23 sítios arqueológicos. (CHMYZ, 1981. p.7)”

Este relatório, consideravelmente menor do que os demais, manifesta preocupação com a degradação do ambiente, enquanto segue a linha descritiva que já nos é familiar. Dos sítios arqueológicos encontrados, temos quatro designados como pré-cerâmicos e dezenove cerâmicos. Dentre os sítios arqueológicos designados como pré-cerâmicos, temos três pertencentes a fase Vinitu, que não havia encontrado relação com alguma Tradição, e um Pirajui, da Tradição Humaitá.

Já dentre os sítios cerâmicos, todos foram relacionados à Tradição tupi-guarani, sendo divididos entre as fases Itacorá (dezesseis), e Ibirajé (dois). Um destes sítios se manteve a parte das classificações por apresentar peculiaridades que dificultam a relação, enquanto neste relatório são mencionadas áreas de indícios esparsos de caçadores coletores. A formatação do relatório segue a mesma, suas informações dispostas sobre uma linha narrativa descritiva que forma a tabela disponível em anexo.

A descrição dos materiais detalhada segue o padrão, bem como a conclusão breve e de preocupações analítico-classificadoras. O destaque aqui fica pela constatação de que “Proporcionalmente aos outros anos, os sítios encontrados neste foram em número menor, embora o espaço abrangido pelas pesquisas fosse maior. Talvez essa diminuição se deva às condições ambientais adversas ao estabelecimento humano” (p.66).

1.8.7. RELATÓRIO 1981/1983

No derradeiro período da pesquisa do Projeto Arqueológico Itaipu, o período abrangido é consideravelmente maior. Isso porque, com a obra atingindo os finais, como a inundação do lago, a hora seria de estabelecer o final das pesquisas no local. As pesquisas descritas no relatório ocorreram, no ano de 1981, entre 07/07 e 07/08 e depois entre 07/10 e 20/10. Já no ano de 1982, as pesquisas foram realizadas nos períodos entre 11/01 e 12/02, 05/07 a 27/07, 24/09 a 03/10 e, finalmente, de 08/10 a 17/10.

Concentrando-se nas áreas que ainda não haviam sido pesquisadas, a equipe chega aos extremos do Projeto, como a margem das Sete Quedas e a fronteira com o Paraguai. Segundo consta, “As condições de trabalho nas derradeiras pesquisas foram dificultadas pelas contínuas chuvas e pela densa capoeira que cobria os terrenos desapropriados e abandonados.” (p.7)

Nestas últimas fases foram descobertos, segundo relatório “26 sítios arqueológicos e 1 histórico. (p.7)”.

Dentre os sítios pré-cerâmicos, um pertencente à fase Vinitu, um à fase Pirajuí e seis a uma nova fase, denominada Tatuí. Já os sítios cerâmicos, estavam divididos entre as fases Itacorá, entre sete, e Ibirajé, em número de nove. Uma nova fase relacionada a Tradição Itararé foi nomeada como Pacitá em seu único sítio, enquanto um não se conseguiu estabelecer a relação. O sítio histórico “revelou indícios de atividades espanholas na área de Itaipu e que não chegou a ser pesquisado totalmente. (p.11)”. Os dados descritivos dão resultado à outra tabela, disponível em forma de anexo.

A partir da análise dos dados dispostos sob esta tabela, chegamos às conclusões, que, embora sejam do último ano de pesquisas em campo, não se mostram como finais. Naturalmente, o modelo de relatório segue o mesmo, não possuindo descrição de nenhuma outra atividade além das supracitadas.

1.9. QUAIS AS RAZÕES QUE LEVAM AO QUESTIONAMENTO

Como já referido algumas vezes, a análise proposta sobre os relatórios do Projeto Arqueológico Itaipu não pretende avaliar a qualidade do trabalho de pesquisa do Arqueólogo responsável, de sabida competência. Nem mesmo avaliar as conclusões e correlações feitas. Ainda que o escriba aqui não seja o maior fã de sistemas classificatórios rígidos, principalmente no tocante às cerâmicas, entendo a sua importância e uso, principalmente na época do Projeto.

A questão aqui é salientar o que não aparece nos relatórios. E o que não aparece em quase nenhum momento do relatório são pessoas. Já dizia Hilbert (2020, p.98) “eu negocio com coisas!”. E, embora à primeira vista pareça que esta frase é sobre o material, no meu entendimento é sobre pessoas. E como o Arqueólogo não pode esquecer que trabalha com coisas de pessoas e para as pessoas.

Na Arqueologia da década de 1970 as pessoas parecem resumidas aos números e relações dos antepassados. Não consegui perceber, nas leituras dos relatórios, onde se encontravam no mundo os atuais moradores da região, os descendentes dos primeiros habitantes, os possíveis indígenas e tudo mais que estava vivo durante o Projeto. E se no estudo arqueológico do momento a inspiração pronapiana era a de encontrar e catalogar o maior número de sítios e artefatos, alguns conflitos ficaram para outra pesquisa, mas poderiam ter sido parte da Arqueologia. Até porque, como veremos cada vez mais, o superpoder arqueológico pode e deve se meter em questões do hoje.

2. AS DÉCADAS DE 1980 E 1990

As décadas de 80 e 90 dos anos 1900 surgem como o momento onde os centros de pesquisa, laboratórios e instituições em geral, incluindo a Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), começam a se formar e ganhar corpo. Diversas pesquisas e atividades são realizadas no Brasil no período, e neste capítulo iremos traçar um panorama geral de suas ideias e ideais, a partir de exemplos focados em uma instituição, o Museu Emilio Goeldi.

2.1. BREVE HISTÓRICO DO MUSEU, OU O QG DA AMAZÔNIA

O Museu Emilio Goeldi é uma instituição centenária, situada na cidade de Belém, Estado do Pará, foi fundado em 1866 e tem sua consolidação institucional, em termos arqueológicos, no ano de 1954, após um convênio com o CNPq.

Segundo artigo de 1992, de autoria de Mauro Vianna Barreto, “Podemos dividir a história da pesquisa arqueológica no MPEG nos seguintes períodos: o período pioneiro (1866-1894); período goeldiano (1894-1907); período estacionário (1907-1948); período de ressurgimento (1948-1962); período de Mário F. Simões (1962-1985) e finalmente o período atual (1985 até nossos dias).” (BARRETO, 1992. p.205).

No chamado período pioneiro, vemos o início da pesquisa arqueológica no Estado e na própria Amazônia, ainda que percalçada por problemas financeiros e estruturais. Nomes proeminentes nesse período são o primeiro diretor Ferreira Penna, e os pesquisadores parceiros João Barbosa Rodrigues e Ladislau Netto. Porém, a dificuldade do período se notava

principalmente financeira, chegando a ter sua extinção decretada em 06/01/1888: “O que viria reverter essa situação foi a proclamação da República. Os primeiros governantes republicanos percebendo a importância de um Museu para a ciência e a instrução pública, iniciaram um trabalho de recuperação que culminou na reinauguração do Museu, em 13 de maio de 1891” (idem. p.214).

O Período Goeldiano tem como figura central o suíço doutor em zoologia Emílio Augusto Goeldi:

“Emílio Goeldi chegou a Belém no dia 7 de junho de 1894 e logo assumiu a direção da Instituição -que a partir do mês seguinte, passou a chamar-se oficialmente Museu Paraense de História Natural e Etnografia. Imediatamente, após sua posse, Emílio Goeldi iniciou um amplo trabalho de reestruturação do Museu. Dividiu as áreas de pesquisas por setores: Zoologia, Botânica, Etnologia (englobando Arqueologia e Antropologia), Geologia e Biblioteca. (BARRETO, 1992. p. 214/215)”

Chamando-se, a partir de 1900, oficialmente de Museu Goeldi, neste período são retomadas as pesquisas arqueológicas, em parceria com Aureliano Guedes. Essas pesquisas, algumas delas com grande acervo material, foram fruto de intensos esforços de seus membros, e financiadas pelo governo estadual, que vivia o então chamado “boom” da borracha. Cabe destacar, também, no período, Jacques Huber e Karl von Kraat-Koschlau, e suas pesquisas, ainda que não sendo arqueólogos.

O próximo período, chamado de Estacionário, demonstra a dificuldade da instituição e seus pesquisadores de manterem a estrutura de pesquisas em funcionamento.

Nomes de destaque nesta difícil fase são os de Carlos Estevão de Oliveira, William Farabee, Antonio Mordini, Heloísa Alberto Torres e Helen Palmatary. Sem esquecer, é claro, as contribuições do famoso etnólogo alemão Curt Nimuendaju:

“Mesmo com as explorações de Curt Nimuendaju, uma retrospectiva desses anos mostra que a Arqueologia amazônica fez poucos progressos. O hiato nas pesquisas do Museu Goeldi não permitiu muitos acréscimos. A interrupção das pesquisas arqueológicas no Museu foi consequência direta da decadência financeira da Instituição, mas também não deixava de ser um reflexo da situação de paralisia e mediocridade geral pela qual passava a Arqueologia brasileira entre 1910-1950 (Prous 1982). Apesar disso, no final deste período o Museu Goeldi ainda abrigava uma das maiores coleções de peças arqueológicas da Amazônia existentes em museus do mundo. (BARRETO, 1992. p. 228)”

O chamado período do ressurgimento, segundo Barreto, “Esses anos presenciaram um lento, porém gradual, renascimento nas pesquisas arqueológicas do Museu Goeldi. No final da década de 40, três fatos importantes contribuíram para esse ressurgimento: a fundação em 1947, do Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará; a vinda do casal Clifford Evans e Betty

Meggers em 1948 para realizar investigações arqueológicas na foz do Amazonas, e, por fim, a chegada ao Museu Goeldi do etnólogo alemão Peter Hilbert, também em 1948. (BARRETO, 1992. P.229)”.

Ainda que chamado de ressurgimento, não foi um período simples para a execução das pesquisas arqueológicas:

“Entretanto, devido à limitação de verbas, esses projetos eram empreendidos com poucos recursos. Apenas a ajuda do Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará e a dedicação de Hilbert, superavam as dificuldades da precária condição em que se encontrava o Museu Goeldi, que não podia dar nenhum suporte à pesquisa. A situação no Museu Goeldi no tempo do pós-guerra era a pior possível. Sem verbas, sem apoio do Estado e praticamente sem pessoas qualificadas para desenvolver projetos de pesquisa, sua condição era de marasmo e declínio (Barata 1965). Quando Evans e Meggers aqui chegaram em 1948, encontraram o Museu nessa lamentável situação. Este quadro só irá melhorar a partir de 1954, quando, para salvar a Instituição de uma paralisação total, foi firmado um convênio entre o governo do Estado e o recém criado Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq). Por este acordo, o CNPq passaria a administrar o Museu através do INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) com sede em Manaus. Já no ano seguinte, o Museu estava sendo sustentado com verbas federais. A partir de então, seus recursos técnicos, financeiros e humanos começaram a melhorar sensivelmente. (BARRETO, 1992. p.233)”

Neste período, podemos citar, além dos previamente expostos, os nomes de pesquisadores como Eduardo Galvão e Protásio Frikel.

O período de Mário Simões é o primeiro que vem ao encontro do período que efetivamente irá ser abordado por este que vos fala.

“Em 1968, Mário F. Simões foi promovido a pesquisador-chefe com dedicação exclusiva ao Setor de Arqueologia, que já dirigia desde o seu início em 1963. No ano seguinte (1969) o Setor de Arqueologia transformou-se -em decorrência do crescimento de sua base física, pesquisas e acervo -em Seção de Arqueologia (Simões 1981 b). Em 1975, com a transformação do CNPq em fundação, Mário F. Simões foi contratado pelo INPA como pesquisador de tempo integral, continuando suas atividades na Seção de Arqueologia do Museu.

A partir dessa organização, que garantiu uma infraestrutura mínima, foram iniciados uma série de projetos de pesquisa com o objetivo de reconstituir a pré-história da região. Nos anos que se seguiram o Museu reassumiu seu papel de liderança na pesquisa arqueológica da Amazônia, posição que havia sido relegada desde o início do século com a partida de Goeldi e que começou a recuperar com a atuação de Hilbert nos anos 50. (BARRETO, 1992. p. 240)”

A partir da década de 1960, começam a ser publicados trabalhos de Arqueologia de autores brasileiros, e com o PRONAPA a produção de pesquisa atinge um nível quantitativo e qualitativo até então inédito:

“A partir de então, os projetos desenvolvidos pelo Setor de Arqueologia se sucederam em um ritmo nunca alcançado anteriormente em toda a história da pesquisa arqueológica da Instituição. Utilizando-se dos fundos proporcionados pelo próprio Museu, PRONAPA e IPHAN, foi possível expandir e diversificar as atividades

exploratórias do Setor. O final dos anos 60 e a década seguinte serão épocas de intensas prospecções em sítios localizados nos mais diversos pontos da Amazônia brasileira. Diante do aumento do número de projetos de levantamento arqueológico que passaram a ser executados concomitantemente, o volume de informações e dados recolhidos se multiplicaram. (BARRETO, 1992. p. 243)”

Também neste período começam a acontecer investimentos em formação de profissionais, com bolsas de estudo e cursos de pequena duração.

A década de 1970 segue o ritmo dos anos passados, com investimento em pesquisa nunca antes visto. Cursos de formação mais longos são realizados, e, ao redor de Mário Simões, saídas de campo acontecem sistematicamente, no intuito de identificar e catalogar o maior número possível de sítios arqueológicos, bem ao estilo pronapiano. Têm-se, também, com o fim do PRONAPA, a criação do PRONAPABA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica), que além de manter dados e pesquisas anteriores, foca especificamente no objeto principal de estudo do Museu. Nesta época, já são muitos os nomes envolvidos nas pesquisas, o que fará com que acabem as citações nominais por questão de não cometer injustiças.

No início da década de 1980 encerra-se o PRONAPABA, com grande destaque para a atuação da equipe do Museu, “Os dois Programas, e mais ainda o PRONAPABA, foram grandes realizações da Divisão de Arqueologia do Museu Goeldi, centralizando e co-direcionando operações de grande envergadura. Por esses empreendimentos e pelos seus próprios projetos, a Instituição se destacava como um dos principais centros de pesquisa arqueológica do país.” (BARRETO, 1992. p.256/257).

No chamado período atual, que começa em 1985, temos, depois da morte de Mário Simões, um revezamento de chefia na instituição, com nomes como Fernanda de Araujo Costa, Klaus Hilbert e Alicia Coirolo. O período que vai até o final da década de 1990 se destaca por uma busca ao autossustento. Enquanto instituição de pesquisa, a ideia se torna não abandonar a principal função, mas adquirindo meios para se tornar mais independente.

A opção é, então, por efetuar os trabalhos arqueológicos de licenciamento, especialmente os de salvamento arqueológico, diretamente afetados por diversos empreendimentos em tela na região, como rodovias, minerações diversas e hidrelétricas:

“A ação depredatória desses projetos sobre o meio ambiente resulta, entre outras consequências, na perturbação ou destruição de todo o patrimônio arqueológico existente em seus limites. A falta de um planejamento ambiental nos grandes projetos desenvolvimentistas implica no aniquilamento dos sítios arqueológicos: as barragens criam imensos lagos artificiais que submergem inúmeros sítios arqueológicos; as empresas mineradoras, utilizando máquinas pesadas, removem profundamente as

camadas do solo arrasando os eventuais sítios existentes na área; da mesma forma os trabalhos' de terraplenagem na construção de rodovias afetam os sítios situados próximos às estradas. Nesses casos a destruição é total. O desaparecimento de um único sítio arqueológico significa a destruição irreversível de uma parte do testemunho material de sociedades amazônicas pretéritas. Por isso os sítios se constituem numa herança cultural e científica (Patrimônio arqueológico) que precisa ser considerada nos programas de preservação ambiental, pois são parte integrante da paisagem e do contexto ecológico de onde se encontram. O objetivo primordial dos projetos de salvamento arqueológico, em áreas de impacto ambiental, é o levantamento e resgate do maior volume possível de informações e dados sobre a Arqueologia da área ameaçada. (BARRETO, 1992. p. 258/259)”

Dentre estes trabalhos, podemos destacar os trabalhos em Carajás, no Xingó, no baixo Amazonas e os de Arqueologia Histórica, até então inéditos no âmbito do Museu.

2.2. O SUPERPODER APLICADO

A equipe do Museu Goeldi, bem como seus pesquisadores associados, é conhecida como linha de frente em divulgação de suas pesquisas. Quando falamos em termos de publicações, a produção, tanto quantitativa quanto qualitativamente, se destaca no cenário nacional.

Mas, como uma instituição (ou quartel-general) deste tamanho, não se poderia excusar o uso do superpoder do qual nos referimos neste trabalho. E não são poucas as tentativas de utilizar este poder. A disseminação do conhecimento através de parte das pesquisas é um mote principalmente a partir da década de 1990, e são diversas as ações executadas.

Segundo Edith Pereira:

“O Museu Goeldi foi uma das instituições pioneiras a apresentar, ainda na década de 1980, uma reflexão sobre as relações entre os arqueólogos e as populações ribeirinhas. Esse trabalho foi baseado na experiência de um grupo de jovens pesquisadores que participou de um projeto de contrato realizado entre 1986 e 1988 no baixo curso do rio Xingu (Oliveira et al., 1988). Entre as conclusões apresentadas nesse trabalho, consta a recomendação para incluir, nos projetos arqueológicos, ações no sentido de informar adequadamente as comunidades sobre o significado do trabalho do arqueólogo e, com isso, promover a sua aproximação com a pesquisa. Ao conhecer a importância da pesquisa, a preservação do patrimônio arqueológico viria como uma consequência natural. (PEREIRA, 2009. p. 177)”

Apesar disso, neste período o uso do poder do conhecimento arqueológico ainda era mais focado em publicações acadêmicas e disseminação de descobertas para os pares, deixando de lado a atividade para o público em geral. Salientando que a atividade de extroversão do conhecimento começa a ser mais profundamente explorada a partir da portaria 230 de 17 de

dezembro de 2002, as ações do Goeldi eram, além de pioneiras para a época, mais do que se considerava “necessário”.

Ainda assim, grandes projetos de salvamento arqueológico carecem de uso do nosso superpoder. Como diz Pereira, apenas “Em 2001, antes da publicação da referida Portaria, a Área de Arqueologia do Museu Goeldi deu início ao primeiro trabalho de educação patrimonial vinculado a um projeto de pesquisa de contrato na Amazônia. (PEREIRA, 2009. p. 177)”.

Outra demonstração da defasagem da época para com o uso do poder gerado pela construção do conhecimento, especialmente o inédito, é a quantidade de programas de disseminação do conhecimento arqueológico realizados a partir dos anos seguintes, especialmente pelo Goeldi.

Para exemplificar esta “falta” podemos citar as pesquisas da época na Serra dos Carajás. As pesquisas na região têm seu principal alavanco com o fechamento de um contrato entre CNPq, o Museu Goeldi e a Vale do Rio Doce (hoje VALE), que estabelece, em 1983, um convênio de pesquisas para analisar os impactos ambientais causados pelas atividades de mineração na região.

2.3. AS PESQUISAS NA SERRA DOS CARAJÁS

2.3.1. HISTÓRICO DE PESQUISAS

Diversas foram as pesquisas realizadas no período na região, basicamente devido à enorme quantidade de projetos de mineração, exploração energética e garimpo. A seguir, estabeleceremos um breve panorama dessas pesquisas, bem como suas principais descobertas e sua relevância para o momento arqueológico do período.

2.3.1.1. A PRIMEIRA FASE DE PESQUISAS – 1983/1987

Início das pesquisas sistemáticas na região, levadas por projetos que misturavam licenciamento e pesquisa acadêmica, a equipe do Museu Goeldi começa liderada por Mário Simões e, posteriormente, por Daniel Lopes. Estudando os impactos causados pela implantação

do projeto de mineração na parte norte da serra, foi executado sob a metodologia do PRONAPABA, se utilizando de pesquisas anteriores, dando ênfase aos principais rios da região e resultando em dados até então inéditos para a região.

De forma a expandir o conhecimento em áreas ainda não exploradas, verificou-se a necessidade de conferência de informações que constavam a existência de grutas nos topos de platôs. Assim, durante o projeto a ideia metodológica era a de identificação do maior número de sítios arqueológicos possível, na busca por sítios cerâmicos e pré-cerâmicos. Através disso, foram identificados mais de sessenta sítios arqueológicos, quase todos ribeirinhos e cerâmicos. (MAGALHÃES et al. 2016).

Ainda assim, durante a pesquisa o foco muda definitivamente para as comunidades pré-cerâmicas que possivelmente habitariam as cavidades identificadas nos platôs. Como relatado por Magalhães:

“Somente quando as pesquisas já se encontravam no último ano previsto para as atividades de campo, tal como foram originalmente estabelecidas no convênio, a equipe agora liderada por Daniel Lopes realizou prospecções em duas grutas encontradas nos platôs N1 e N4. Como já foi salientado, uma delas, a Gruta do Gavião, teve relevante papel na história da Arqueologia amazônica. Se até então os esforços engendrados tinham sido voltados para os sítios ribeirinhos, todos pertencentes a sociedades agricultoras sedentárias ou semi-sedentárias, a partir de 1986 o enfoque das pesquisas voltou-se para a investigação das cavidades naturais existentes no alto dos platôs de Carajás. Desde o início dessas pesquisas foi possível confirmar a presença de vestígios, *in situ*, de antigos caçadores-coletores na Amazônia. Através de escavações sistemáticas foi identificada a cultura material e levantada a lista das primeiras e milenares datações absolutas por C14 (MAGALHÃES et al. 2016. p. 269)”

Desta primeira fase de pesquisas, cujo foco foram a identificação de sítios arqueológicos inéditos, não foram apuradas informações oficiais sobre atividades de extroversão do conhecimento, como era costumeiro na época.

2.3.1.2. A SEGUNDA FASE DE PESQUISAS – 1993/1998

A segunda etapa das pesquisas começa focada em uma das grutas identificadas em 1986, a Gruta do Gavião. Cavidade estudada por diversas expedições: Lopes et al. (1988,1993), Magalhães (1993), Hilbert (1993), e Silveira (1995). Teve como principal ponto de repercussão a descoberta de vestígios de caçadores-coletores em contexto próprio para a datação, que

resultou em datas de 8000 anos antes do presente (AP). Essa data era, no momento, a mais antiga de ocupação humana em toda a Amazônia.

“A importância dessa descoberta para a Arqueologia é que ela comprovou a antiguidade do Homem na região e permitiu o desenvolvimento de hipóteses comprováveis, algumas delas sugerindo que sociedades de caçadores-coletores poderiam estar na base da formação histórica de muitas das sociedades agricultoras posteriores. (MAGALHÃES et al. 2016. p. 269)”

Além das incursões arqueológicas, é de sumo interesse saber que os resultados das pesquisas foram divulgados através de apresentações em congressos e publicações técnicas.

Coincidentemente, a segunda fase de pesquisas na Serra dos Carajás ocorre quando do fim do convênio firmado com o CNPq. As pesquisas, ainda que com alguns apoios financeiros e estruturais, focam-se, então, a prospectar e escavar as grutas e abrigos que apresentavam material arqueológico já identificadas previamente. A continuidade da confirmação da presença dos caçadores-coletores e a confirmação das informações adquiridas na Gruta do Gavião tornam-se, então, o principal mote deste período.

Como novidades das pesquisas, temos:

“As novas excursões identificaram 10 cavidades com ocupação humana nos platôs, sendo que uma, a Gruta do Pequiá, localizada no N5, além de recuar a antiguidade da ocupação na região em mais 1000 anos, continha uma grande quantidade de matéria orgânica preservada. O estudo dessa matéria orgânica abriu outro horizonte de pesquisas, cuja importância dos resultados só vem sendo reconhecida recentemente. Esses resultados foram apresentados à comunidade científica em duas teses de doutorado, no livro *A Phýsis da Origem: o sentido da história na Amazônia* (MAGALHÃES, 2005) e posteriormente no livro *Carajás: geologia e ocupação humana* (TEIXEIRA; BEISIEGEL, 2006) e no artigo *Evolução Antropomorfa da Amazônia* (MAGALHÃES, 2009). Foi a partir desses estudos que foi elaborada a hipótese segundo a qual os antigos caçadores-coletores de Carajás além de estarem adaptados aos recursos naturais da floresta tropical neotropical, intervinham nela segundo suas necessidades e costumes, através do manejo e seleção cultural de diferentes espécies de plantas úteis. (MAGALHÃES et al. 2016. p. 269/270)”

Anteriormente às divulgações acima relatadas, temos também dois livros de Magalhães (1993, 1994) e, particularmente interessante pra nós, uma exposição itinerante para divulgar as descobertas!

2.3.2. *FORMAÇÃO DA REGIÃO E O SUPERPODER APLICADO*

Sobre a formação da região, temos:

“A Serra dos Carajás, no Sudeste do Pará (Figura 1), é composta por uma cadeia de submontanhas desgastadas formando platôs. Ela abrange área de aproximadamente 90.000 km² no sudeste do Pará, apresentando 48% de cobertura florestal composta de floresta densa (Floresta Tropical Pluvial com variações locais entre os vales e as encostas) e 13% de floresta aberta (vegetação Metalófila ou Campo Rupestre ou savânico, também chamada Vegetação de Canga encontrada no topo dos platôs e em trechos das encostas). O clima da região é tipicamente tropical (quente e úmido) e é caracterizado por duas estações bem distintas: uma seca, de julho a setembro, quando os rios baixam expondo extensas várzeas, e outra chuvosa, de dezembro a março, quando o nível das águas dos rios eleva-se. É no topo dos platôs e suas encostas onde se encontra a grande maioria das grutas com vestígios de ocupação por povos da Cultura Tropical. Em termos espeleológicos, as grutas, abrigos e cavernas de Carajás, no geral, são compreendidos pela província mineral de Carajás, cujo padrão de relevo é marcado pela presença de serras de topos aplainados, denominados de Planaltos Residuais do Sul da Amazônia. Seus limites são os terrenos homoganeamente arrasados: a sul a depressão de Rio Maria; a norte a depressão de Bacajá; a leste a depressão Goiana-Paraense; e a oeste pela depressão do Xingu. (MAGALHÃES et al. 2016. p. 259)”

Já sobre os motivos que levam a Serra dos Carajás a ser objeto de estudo, temos que entender a recente ocupação da região, suas especificidades e riquezas naturais exploráveis pela ação humana:

“A ocupação humana contemporânea na região sudeste do Pará teve início no fim do século XIX. O começo dessa ocupação se deu, primeiramente, às margens dos principais rios e teve como atividade econômica predominante o extrativismo vegetal. Porém, a partir da segunda metade do século XX ocorreram mudanças profundas por conta de novos meios de ocupar e produzir a vida nessa região. Foi então que a ocupação passou a ser orientada pelas rodovias e estradas e por uma economia voltada para a exploração madeireira, agropecuária, do garimpo e mineração (MAGALHÃES et al. 2016. p. 264)”

Já na década de 1980, foi desenvolvido o que seria um dos maiores projetos de mineração do mundo, o Projeto Ferro Carajás, e a partir daí a expansão populacional de migração dirigida e espontânea, especialmente no recém emancipado município de Paraupébas. É nesta serra também que encontramos grandes garimpos, como o mais famoso de nossa história, nomeado Serra Pelada.

As pesquisas Arqueológicas na área tiveram seu início (ao menos de forma sistemática), na década de 1980 e é diretamente relacionada aos projetos supracitados. Diversos foram os sítios identificados, alguns de suma importância para o entendimento da população mais antiga da Amazônia, como a Gruta do Gavião:

“Descoberta em 1986, a Gruta do Gavião, que foi estudada por Lopes et al. (1988, 1993), Magalhães (1993), Hilbert (1993) e Silveira (1995), causou certa repercussão na comunidade científica por conta dos vestígios contextualizados de caçadores-coletores datados de 8000 AP, até então a datação mais antiga para a ocupação humana da Amazônia. A importância dessa descoberta para a Arqueologia é que ela comprovou a antiguidade do Homem na região e permitiu o desenvolvimento de hipóteses comprováveis, algumas delas sugerindo que sociedades de caçadores-

coletores poderiam estar na base da formação histórica de muitas das sociedades agricultoras posteriores. Os resultados preliminares obtidos foram apresentados em congressos e publicações especializadas e assinalou uma nova fase dos estudos arqueológicos em Carajás e na Amazônia. (MAGALHÃES et al. 2016. p. 269)”

Até o final da década de 1990, foram apresentados uma série de comunicações em congressos, publicados livros, trabalhos de conclusão de curso, mestrado e doutorado. Porém, nossos heróis arqueológicos pouco ou nada se utilizavam de seu superpoder. As atividades de extroversão do conhecimento eram pontuais ou pouco divulgadas, por se tratarem muito mais de um trabalho empírico de conscientização das populações das cidades próximas do que de uma prática científica com metodologia e resultados a serem mensurados.

2.4. A ARQUEOLOGIA DO LICENCIAMENTO

Enquanto nossa atenção para o período foca em uma instituição de pesquisa que, ocasionalmente, executa pesquisas nos termos da Arqueologia do licenciamento, vemos um esforço para otimizar e ampliar a preservação do patrimônio, difundir as descobertas e tentar, ao contexto da época, ampliar o acesso às informações geradas nos estudos. Porém, nas décadas de 1980 e 1990 já possuíamos um mercado de trabalho para Arqueologia em processos de licenciamento um pouco maior, com alguns expoentes⁸. Se temos, entre as décadas de 1980 e 1990 trabalhos em arqueologia aplicada ao licenciamento que servem como parâmetros norteadores para as futuras demandas, não podemos deixar de citar as pesquisas realizadas durante a construção da hidrelétrica Itá/Machadinho, na divisa dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. As pesquisas foram realizadas em duas frentes, com Gislene Monticelli a última responsável pelo Rio Grande do Sul, e Marilandi Goulart responsável por Santa Catarina. Dentre os profissionais participantes na pesquisa, podemos destacar Pedro Ignácio Schmitz, Fernando La Salvia, Arno Kern, Klaus Hilbert, Pedro Mentz Ribeiro, Geruza Duarte, José Brochado, entre outros. A importância desta pesquisa para o período pode ser vista na obra de Carbonera, onde ressalta que:

“Após mais de 20 anos do início das atividades, podemos dizer que o PSAU⁹ foi o maior projeto de arqueologia empresarial no alto Uruguai, tanto pela grande coleção de cultura material recuperada, como por envolver várias instituições, além de atingir todo o tracho nacional do rio Uruguai, rio que já havia sido caracterizado por Rohr

⁸ Cabe lembrar que Mário Simões foi o primeiro membro da equipe do Museu Goeldi a realizar Arqueologia no processo vinculado ao licenciamento, como por exemplo na barragem do Rio Tocantins.

⁹ Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai

(1966), como uma das principais vias de penetração das populações pré-históricas, por abrigar em suas margens grande número de sítios. (CARBONERA, 2008. p.52)”

Já Monticelli afirma, no que tange ao lado gaúcho da pesquisa, que:

“Entre os anos de 1997 e 1999, estivemos, ao longo de doze meses, trabalhando na região do Alto Uruguai, junto ao rio Pelotas, na divisa dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, devido à necessidade de pesquisa arqueológica como exigência do licenciamento ambiental para a implantação da Usina Hidrelétrica Machadinho. Houve pesquisas na área, em função da perspectiva de construção das então chamadas barragens de Itá e Machadinho, desde o ano de 1980, em parceria estabelecida entre a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com a participação de equipe composta, respectivamente, pelos arqueólogos Mariland Goulart, Pedro Ignácio Schmitz e Fernando La Salvia, no chamado Projeto Arqueológico Uruguai (PROJETO, 1980; GOULART, 1980; LA SALVIA, 1980). Na seqüência dos trabalhos, a pesquisa arqueológica na Usina Hidrelétrica Machadinho ficou sob a responsabilidade de Fernando La Salvia, da Universidade de Caxias do Sul (UCS), juntamente com os colegas José Proenza Brochado (UFRGS) e Guilherme Naue (PUCRS) (PROGRAMA, 1988/ 89), em convênio estabelecido entre o Museu de Ciências da PUCRS com o empreendedor, ELETROSUL, Centrais Elétricas S. A.1 Na década de 1990, ao longo das diferentes etapas em campo (VISTORIA, 1997; RELATÓRIO, 1998; RELATÓRIO, 1999; SALVAMENTO, 2001), sob a coordenação de José Proenza Brochado, foram localizados 64 sítios arqueológicos, entre estes o sítio arqueológico identificado pela sigla U-470, encontrado na margem esquerda do rio Pelotas, em área do município de Machadinho, Rio Grande do Sul. (MONTICELLI, 2007. p. 106)”

Ainda que não se aplique ao nosso estudo específico, pois está relacionada a uma fase híbrida entre centros de pesquisa e profissionais autônomos (o que era o mais comum para o período), é necessário citar este trabalho referência no contexto em que, se ainda não faziam uso do superpoder aplicado a esta pesquisa, estes pesquisadores e pesquisadoras podem ser considerados verdadeiros exemplos da quantidade de aptidões heróicas que são necessárias para ser precursor em pesquisa arqueológica.

Dentre esses expoentes podemos citar também a pesquisadora Solange Caldarelli, que encabeçou diversas pesquisas no país. Na frente de sua empresa, Scientia Consultoria, fundada em 1989, teve pesquisas e artigos científicos no período que ajudam a explicitar este mercado, como ele vinha funcionando e suas expectativas para o que viria a seguir;

Vamos aqui elaborar um breve compilado de momentos da pesquisadora durante o período supracitado, com o intuito de contextualizar ainda mais como era vista a execução de Arqueologia no licenciamento, bem como suas ramificações e, o que mais chama atenção aqui neste trabalho, o uso do superpoder pelos não-super-heróis. Cabe aqui destacar que não é a intenção deste trabalho estabelecer uma revisão histórica sobre a obra da pesquisadora no

período, apenas citar algumas pesquisas e artigos científicos com posicionamentos a respeito do tema que nos interessa e seus periféricos.

Ainda que participante de grandes pesquisas, preferencialmente no Estado de São Paulo, durante a década de 1980, é com a fundação da Scientia, em 1989, e seu desligamento da USP que Caldarelli ganha proeminência no cenário que estamos aqui abordando. Já foi referido que a maior preocupação da Arqueologia como um todo no período era em discutir como salvar ou preservar o patrimônio arqueológico, com os campos hoje conhecidos como Arqueologia Pública e Educação Patrimonial em segundo plano ou engatinhando. Por isso julgo importante uma análise principalmente sobre suas falas com relação às condições do período, suas preocupações e perspectivas.

Já em 1991, no artigo “A degradação do patrimônio arqueológico como consequência da construção de usinas energéticas em bacias hidrográficas: uma reflexão crítica sobre a reversibilidade do processo”, Caldarelli manifesta sua preocupação quanto à preservação do patrimônio arqueológico quando manifesta que:

“Dentre as ciências que estudam a cultura humana, a Arqueologia pode ser considerada privilegiada no que concerne os empreendimentos hidrelétricos, pois, bem anteriormente à própria criação do CONAMA, já o setor acima, em obediência à Lei Federal nº 3.924/61, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, tratava de promover projetos de salvamento arqueológico nas regiões a serem afetadas pelas obras. Vários projetos de salvamento arqueológicos foram executados por instituições acadêmicas e científicas, devido a esta política do setor hidrelétrico. O grande problema destes projetos mais antigos é que a área a ser inundada não era objeto de um levantamento preliminar, que permitisse um diagnóstico da situação arqueológica local e fornecesse subsídios para a colocação de problemas científicos definidos, que orientassem os projetos de salvamento arqueológico. Aliás, até bem pouco tempo atrás, o próprio conceito de ‘Arqueologia de salvamento’ não era objeto de discussão teórica entre os arqueólogos profissionais. (CALDARELLI, 1991. p. 02.)”

Estabelecendo uma nova abordagem quanto a esses processos, e exemplificando seu caso específico de um trabalho em parceria com o Museu Goeldi na Bacia do Rio Xingu, percebe que a metodologia usada até então não era o suficiente para evitar a degradação do patrimônio arqueológico. Assim, a autora propõe uma pesquisa em etapas, de modo a acompanhar os cronogramas do empreendedor e maximizar a produção científica, ainda que não mencionando abordagens de divulgação e extroversão desta produção:

“Acredito que, no que concerne à problemática arqueológica, se houver entendimento entre as partes, é possível reverter a expectativa de degradação do patrimônio arqueológico contido nas bacias hidrográficas, através de sua incorporação à memória nacional, por intermédio do conhecimento científico obtido a respeito dos eventos culturais passados e do resgate amostralmente significativo dos bens produzidos pelas

populações pré-coloniais que ocuparam a região afetada. (CALDARELLI, 1991. p. 06.)”

Ainda em 1991, em parceria com Carlos Eduardo Caldarelli, é publicado o artigo “Política ambiental e legislação relativa ao patrimônio cultural brasileiro”, que versa uma crítica à legislação, que não é clara com relação ao patrimônio cultural.

“Seria preciso que a legislação ambiental fosse formulada com base em falsos pressupostos, mas na realidade nacional, **exigindo o levantamento do patrimônio arqueológico, histórico e cultural**, para avaliação de seu interesse, em todos os projetos relativos a zoneamento ambiental e a áreas de proteção ambiental. (CALDARELLI; CALDARELLI, 1991. p. 04.)”

Aqui vemos menções aos habitantes das regiões impactadas por empreendimentos, e a inerente preocupação científico/social com estas, porém, ainda sem uma abordagem específica de compartilhamento de informações.

“Em suma, é no contexto do planejamento ambiental que se tem de dar conta do patrimônio cultural nacional, com todas as suas variantes regionais e locais, de modo a assegurar a identificação e preservação dos bens arqueológicos e históricos, integrando-os à memória nacional e dar conta das expectativas que se devem formar, com relação as atividades presentes e futuras, dos grupos que habitam, permanentemente ou não, as áreas protegidas, de modo a que a preservação do meio natural não seja a causa de sua degradação cultural. (CALDARELLI; CALDARELLI, 1991. p. 07.)”

A seguir, em trabalho importantíssimo apresentado no Simpósio para o Desenvolvimento da Amazônia (que seria preparatório para a ECO 92), Caldarelli desenvolve artigo intitulado “Inventário e Preservação do Patrimônio Arqueológico da Amazônia”, onde debate meios de “como preservar o patrimônio arqueológico de uma região inóspita, com dimensões continentais, que sustentou uma multiplicidade de culturas e que possui baixa visibilidade arqueológica” (CALDARELLI, 1992. p.2).

A proposta de zoneamento ecológico que abarque o patrimônio arqueológico e, ao mesmo tempo, potencial deste patrimônio, visa ampliar a cobertura protetiva na região, de acordo com graus de vulnerabilidade e responsabilizações de interessados, permitindo um trabalho de pesquisa mais viável, porém sem abordar estratégias de extroversão do conhecimento:

“A problemática do levantamento e preservação do patrimônio arqueológico da Amazônia, conforme procuramos demonstrar neste artigo, não pode ser resolvida por instrumentos tradicionais, como os de inventário, cadastramento e tombamento dos bens arqueológicos, totalmente inadequados à complexa realidade regional, mas deve ser resolvida juntamente com a problemática mais ampla do meio ambiente. Neste sentido, o melhor instrumento seria o zoneamento ecológico-econômico, com base também em critérios culturais, como exige o Decreto nº 99.540, de 21.09.1990. Deste

zoneamento, deveriam participar intensivamente o Museu Goeldi, na qualidade de instituição coordenadora dos estudos culturais, além de pesquisadores que possuam conhecimentos profundos da problemática arqueológica da região e profissionais familiarizados com métodos de zoneamento ambiental fundamentados também em problemas culturais. Estes trabalhos deveriam ser acompanhados de perto pelo IBPC, instituição responsável pelo patrimônio arqueológico nacional. (CALDARELLI, 1992. p. 07.)”

Já no ano de 1993, seguindo a mesma linha de preocupação dos anteriores, Caldarelli apresenta e publica o artigo “A preservação do patrimônio cultural em planejamento ambiental”, expondo novamente a preocupação da inclusão do patrimônio histórico e arqueológico na ordem das “coisas a serem estudadas” em termos do licenciamento.

“Mesmo neste último caso, a atenção dos coordenadores dos estudos tem-se voltado basicamente à problemática da cultura material (sítios arqueológicos e bens históricos edificados), sendo extremamente raros os casos em que o Patrimônio Cultural é estudado conforme entendido pela Constituição Federal de 1988, que o define como sendo constituído pelos bens *materiais* e *imateriais* da cultura brasileira. (CALDARELLI, 1993. p. 02.)”

A essa altura já uma referência quando o assunto é voltado para práticas de mercado, a preocupação de viabilizar o estudo arqueológico é ponto constante de sua produção, ainda que nesta cite exemplos, preferencialmente em São Paulo, de estudos que já compreendiam suas novas propostas metodológicas de gestão do patrimônio, ainda que sem considerar ações ao público externo.

“Um dos principais problemas encontrados ao se lidar com o patrimônio cultural de uma área determinada, seja para fins de zoneamento ou de avaliação de impacto ambiental, é o fato de que determinados aspectos que compõem o patrimônio cultural, como a *Arqueologia* e a *paleontologia*, nem sempre são facilmente localizáveis, exigindo pesquisas que implicam profunda alteração no solo local, já que seus objetos de estudo encontram-se em geral enterrados.

Se os levantamentos se restringirem ao material arqueológico ou paleontológico aflorado, haverá certamente uma distorção muito grande no que concerne a importância real dos bens arqueológicos e fossilíferos existentes nas áreas de estudo. Por esse motivo, sugerimos aqui que, nestes casos, procure-se, através das variáveis ambientais e das fontes orais e escritas disponíveis, definir zonas ou áreas com potencial alto, médio ou baixo de ocorrências arqueológicas e fossilíferas. (CALDARELLI, 1993. p. 06.)”

Já em 1995, sob o título de “Avaliação do potencial arqueológico de Serra da Mesa”, publica um estudo mais técnico, mas que serve ao nosso propósito no tocante à aplicação metodológica na avaliação. Uma vez defensora de metodologias viáveis no contexto legal e econômico para a Arqueologia no Brasil, este estudo é parte de uma proposta de modificação

de um projeto já em andamento (mas não executado) de resgates de sítios arqueológicos no local.

“Portanto, decidiu-se que seria mais sensato apresentar a Furnas uma nova proposta de estudo, voltada apenas para a avaliação arqueológica da área, cujos resultados embasariam um novo projeto de salvamento arqueológico, que refletisse as concepções científicas da equipe, e que seria encaminhado a Furnas para apreciação, após concluída a etapa de avaliação. (CALDARELLI, 1995. p.13)”

A proposta de zoneamento foi aplicada, e etapas de campo conseguiram identificar 26 sítios arqueológicos. Mais interessante que a identificação (já esperada pela qualidade da equipe) dos sítios, convém frisar que forma registradas “mais de 50 referências orais sobre a existência de prováveis sítios arqueológicos...” (CALDARELLI, 1995. p.15). Este registro demonstra que, ainda que não explicitados em publicações (como neste caso mesmo), já acontecia de alguma maneira a interação de duas vias entre equipes de pesquisa arqueológica e comunidade ocupante da região.

Ainda mais, cabe ressaltar a indicação, ao final do artigo, da preocupação da autora com a formação de qualidade de novos profissionais em um mercado em expansão:

“De qualquer modo, não deixa de ser motivo de satisfação ver publicados os primeiros artigos de uma nova leva de pesquisadores, com experiência profissional já de vários anos mas que só agora passa a assinar seus próprios trabalhos, enfrentando, assim, o nem sempre consciente, mas sem dúvida solidamente estabelecido ritual de passagem, que os transforma em arqueólogos conhecidos e reconhecidos pela comunidade arqueológica brasileira, tão necessitada de expandir-se, quantitativa e qualitativamente.

Que eles sejam bem acolhidos, e não tolhidos, por todos aqueles que acreditam que renovação e acréscimo são sinônimos de fortalecimento científico, é o que espera alguém que testemunhou todos seus esforços e todas as dificuldades que precisaram ultrapassar e, por isso, considera este **debut** um evento auspicioso para a Arqueologia brasileira em geral. E a goiana em particular. (CALDARELLI, 1995. p.16/17)”

Percebemos o tom ácido e a preocupação na inserção no mercado de novos pesquisadores, para além da preocupação metodológica. Isso se reflete em uma área que até hoje sofre por falta de união e padronização profissional, com pouco diálogo estrutural e, de certa forma, manutenção de estruturas de relações de trabalho incoerentes com uma ciência que se propõe a ser “social”.

Em 1997, Caldarelli segue falando sobre os problemas e situações do licenciamento em grandes empreendimentos, dessa vez sob o título de “Arqueologia e recursos hídricos: a evolução dos conceitos e procedimentos de avaliação e mitigação dos impactos de

empreendimentos hidrelétricos”. Seguindo sua linha de propor alternativas à metodologia vigente, Caldarelli afirma que:

“Hoje, fortalecidos por políticas ambientais que incluem os recursos arqueológicos e imbuídos de uma filosofia conservacionista, os arqueólogos se deram conta de que a base de recursos arqueológicos da humanidade é finita e de que é necessário administrar e conservar esses recursos, de modo a assegurar seu melhor uso pelo maior tempo possível (Lipe, 1984). Assim, o resgate ou salvamento deixou de ser encarado como a única solução frente aos projetos de impacto ambiental e passou a ser visto apenas como **um** dos instrumentos à disposição dos arqueólogos preocupados com a gestão dos recursos culturais. (CALDARELLI, 1997. p.02)”

No texto, é explicitado o “passo-a-passo” da “novidade” metodológica, que seria a avaliação prévia do potencial arqueológico das áreas a serem impactadas direta ou indiretamente pelo empreendimento:

“A avaliação do potencial arqueológico das regiões é um procedimento complexo, que envolve a apreciação, entre outros, dos seguintes aspectos:

- * Conhecimento pré-existente sobre a Arqueologia da região em apreço;
- * Indicadores fornecidos pela etnografia e pela historiografia da região;
- * Grau de preservação do solo nos diversos ambientes que compõem a região;
- * Capacidade de sustentação sócio-econômica dos diversos ambientes da região, separada ou combinadamente (sem insumos tecnológicos sofisticados).

A possibilidade de avaliar o potencial arqueológico de uma determinada região a partir dos aspectos acima enunciados baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Todas as populações humanas que ocuparam a região em tempos pretéritos deixaram vestígios materiais de sua presença.
- A densidade ocupacional de uma determinada região está diretamente ligada à capacidade de suporte dos ambientes que a formam.
- A distribuição dos sítios arqueológicos na paisagem é reveladora de estratégias ocupacionais ligadas à subsistência, demografia, defesa e necessidades matrimoniais.
- O potencial explanatório de uma área ocupada em tempos pretéritos é diretamente dependente de seu grau de visibilidade arqueológica.
- O grau de visibilidade arqueológica de uma região está diretamente ligado ao grau de preservação dos solos na região e à capacidade de resistência ao tempo dos vestígios materiais neles deixados pela(s) população(ões) que ocuparam a região em tempos pretéritos.
- A capacidade de resistência dos vestígios materiais depende da qualidade da matéria-prima utilizada pelos ocupantes da área ou sítio, da quantidade de material produzido a partir desta matéria-prima e do grau de dispersão/concentração dos vestígios, enquanto a capacidade de resistência das estruturas espaciais não edificadas depende das condições em que se deu seu soterramento e do grau de preservação de sua matriz, ou seja, do solo de deposição.
- Quanto mais interferências externas sofre o solo de uma região, maior sua opacidade arqueológica.
- Áreas sobre as quais se dispõe das informações acima permitem inferências a respeito de seu potencial arqueológico. Os procedimentos técnico-operacionais recomendados para a avaliação do potencial arqueológico de uma dada região são, portanto, os seguintes:

- Levantamento de informações secundárias sobre a Arqueologia da região em apreço.
- Definição das unidades físico-culturais de análise (bacias, subbacias, micro-bacias, serras, etc.).
- Cruzamento, por unidade físico-cultural de análise, dos dados secundários levantados com dados históricos, etnográficos, de uso da terra e do meio físico-biótico (vegetação, fauna, hidrografia, relevo, clima).
- Interpretação visual dos levantamentos e cruzamentos efetuados, com delimitação preliminar das áreas de potencial arqueológico da região.
- Execução de pesquisas de campo, em áreas amostrais dentro das unidades físico-culturais definidas, para checagem das inferências e interpretações realizadas.
- Análise e sistematização dos dados coletados em campo, para fins de correção das inferências realizadas e ajuste dos mapeamentos preliminares elaborados.
- Refinamento da avaliação arqueológica e finalização do mapa de potencial arqueológico.

Evidentemente, esses procedimentos só têm a ganhar se elaborados a partir de um SIG-Sistema de Informação Geográfica elaborado especialmente para dar conta das variáveis de interesse arqueológico (Allen, Green & Zuborw, 1990; Kvamme, 1989; Parker, 1986). (CALDARELLI, 1997. p.06 a 09)”

Aqui temos, também, a primeira menção ao uso do superpoder arqueológico, na medida em que cita a extroversão do conhecimento como parte integrante do processo.

“O procedimento ético de extroversão à comunidade das informações produzidas como medida compensatória pela perda de bens culturais que compõem sua herança deve estar previsto nos projetos de usos múltiplos ao menos dos grandes reservatórios e daqueles reservatórios que, mesmo que de menores dimensões, estejam localizados em pontos estratégicos do ponto de vista de afluência de público, seja por lazer de comunidades locais, seja por turismo de comunidades mais distantes. (CALDARELLI, 1997. p.10)”

Voltamos a atenção agora para o ano de 1999, onde iremos analisar três diferentes artigos publicados pela autora, com suas respectivas partes interessantes à nossa abordagem. O primeiro é “A Arqueologia como profissão”, apresentado no congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) e que versa, como o título diz, sobre a preocupação da autora com as mudanças estabelecidas pela crescente exigência mercadológica em um campo que até poucos anos atrás era dominado pela pesquisa dita acadêmica.

“E a Arqueologia, no Brasil restrita, até poucos anos atrás, às academias, hoje acompanha também as tendências mais gerais do mercado de trabalho. E, como a regulamentação da profissão tem relações intrínsecas com este mercado, uma vez que o interesse na regulamentação profissional se dá pelo interesse dos profissionais de exercerem suas atividades específicas, ou seja, no caso que nos toca, trabalhar com Arqueologia, talvez seja interessante fornecer um breve esboço de como evoluiu a atuação profissional dos arqueólogos, em que nichos do mercado eles se encontram inseridos e quais as possibilidades de trabalho que se abrem para eles numa economia em mutação. (CALDARELLI, 1999. p. 02)”

Aqui vemos uma preocupação que permeia a Arqueologia do licenciamento até hoje, que é a autonomia do profissional contratado, seja estatal ou privado. E, além disso, a conduta de tal profissional, uma vez que a Arqueologia não se encontra em um pedestal ético, devendo ter princípios científicos e de conduta para todos os envolvidos. Percebe-se que se agora, 2022, não existe um código de ética ou conduta razoavelmente aplicado à profissão, em 1999 a preocupação pioneira era a de debater a respeito, o que se mostrou pouco presente nos anos posteriores, como veremos mais adiante.

“É claro que sabemos todos os fortes interesses políticos que permeiam as administrações municipais, mas arqueólogos comprometidos com o Código de Ética de sua profissão e dotados de conselhos profissionais atuantes, que minimizem as pressões locais, podem contribuir muito com a gestão dos recursos culturais a nível local, inclusive promovendo o levantamento dos recursos do município e prevenindo os riscos a esses recursos em decorrência de projetos de alteração do uso do solo, aliviando o IPHAN, que não consegue ter uma presença efetiva nos inumeráveis rincões do imenso território nacional. (CALDARELLI, 1999. p. 07/08)”

É ainda interessante observar como, a mais de 20 anos atrás, a autora já falava sobre parâmetros de equipe e suas responsabilidades, o que, na visão deste que vos fala, é assunto que deveria ser muito mais comentado nos tempos atuais, para gerar segurança quanto a tarefas, remuneração, responsabilidades e, principalmente, qualificação de equipe de campo e de laboratório/escritório.

“Qual a qualificação requerida do arqueólogo que trabalha sob contrato? As responsabilidades diferem, assim como a qualificação requerida. Da equipe que vai executar os trabalhos de campo e de laboratório espera-se constituir-se de pessoas com treinamento prévio das atividades que serão realizadas. Novatos podem ser aceitos para treinamento, mas em número limitado, para não comprometer o ritmo dos trabalhos, já que os prazos são, em geral, rígidos. Já do coordenador dos estudos arqueológicos e responsável pelo relatório final, espera-se amplo domínio da pesquisa arqueológica, comprovado por sua titulação acadêmica e experiências anteriores; espera-se familiaridade e desenvoltura com a legislação ambiental e de proteção ao patrimônio cultural; espera-se responsabilidade técnica quanto ao trabalho realizado e espera-se uma postura empresarial na negociação e condução do contrato, com respeito aos orçamentos e aos prazos estabelecidos. Também se espera dele compreensão do conteúdo esperado dos produtos requeridos (produtos inadequados revelam inaptidão à função de coordenação) e criatividade na elaboração das estratégias de estudo. A criatividade do arqueólogo é medida pela capacidade dele de explorar e equilibrar informações não diretamente arqueológicas, mas que contribuam à colocação de problemas arqueológicos, minimizando os altos custos da pesquisa arqueológica. A familiaridade com métodos e técnicas que reduzam as horas de campo e aumentem a eficiência da equipe é altamente valorizada, principalmente em projetos de grande extensão territorial. No entanto, como mencionamos anteriormente, é preciso ter sempre em mente que o contratante não está minimamente interessado na produção de conhecimento científico sobre o passado humano ou na preservação do legado das gerações passadas para as gerações futuras: se ele paga os estudos arqueológicos, é porque existe uma legislação que o obriga a isso. E ele quer pagar o mínimo possível pelos serviços arqueológicos. Daí, a importância de uma Portaria como a 007/88 do IPHAN, que estabelece os requisitos mínimos para a execução da pesquisa arqueológica, o que impede o contratante de fazer menos que aquilo. (CALDARELLI, 1999. p. 11)”

Na sequência, novamente vemos uma preocupação da autora com relação ao superpoder do conhecimento produzido, uma vez que a extroversão do conhecimento é pauta da parte final do artigo, onde:

“Outro fato a considerar é que existem dados que precisam de cautela na disponibilidade ao público, tais como mapas e dados de situação geográfica dos bens arqueológicos, que, se divulgados, permitem o acesso de qualquer pessoa a esses bens. No entanto, buscar fórmulas para que o conhecimento produzido nos trabalhos de contrato não fique com o acesso restrito às pessoas que residem próximas às entidades onde os relatórios técnicos ficam depositados (em geral, os órgãos ambientais dos estados) seria de grande interesse para um melhor fluxo das informações produzidas entre a própria comunidade arqueológica. A colaboração entre acadêmicos e não acadêmicos, por sua vez, também deveria ser incentivada, no sentido de permitir o acesso, aos últimos, às informações detidas pelos primeiros, sobre os sítios arqueológicos de suas áreas de pesquisas, importantes à tomada de decisões sobre o destino desses recursos. Não se trata de franquear o acesso a resultados científicos de pesquisas, mas a questões cadastrais de bens arqueológicos, que, por serem bens da União, têm de ser de domínio público e não restrito. (CALDARELLI, 1999. p. 13)”

O segundo artigo publicado no ano de 1999 é “Levantamento arqueológico em planejamento ambiental” e visa dar seguimento à discussão da aplicabilidade do planejamento de preservação e estudo do patrimônio cultural frente aos estudos e prazos do licenciamento.

“Qual o objetivo do levantamento arqueológico no contexto dos projetos de Zoneamento Ambiental? É fornecer diretrizes para o uso do solo que assegurem pura e simplesmente a preservação dos recursos arqueológicos (em zonas de proteção arqueológica máxima); a pesquisa arqueológica antes de qualquer tipo de alteração no uso do solo (em zonas de ocorrência arqueológica certa) ou o monitoramento arqueológico de qualquer tipo de empreendimento que implique interferência no solo (em zonas de ocorrência arqueológica provável). (CALDARELLI, 1999b. p. 02)”

Dentre exemplos de casos de maior ou menor grau de sucesso na relação pesquisa-tempo-qualidade, vemos aqui a citação onde o sistema de multi-estágios na pesquisa arqueológica é citado. Curiosamente, o artigo de Redman (1973) de método é ainda um dos mais usados em bibliografia metodológica até hoje, o que ao mesmo tempo assusta e causa questionamentos ao autor deste texto. Será que ainda é atual? Vejamos nos próximos capítulos...

“A pesquisa em multi-estágios, tal como proposta por Redman (1973) e introduzida no Brasil por Neves (1984), costuma ser extremamente adequada ao caso das hidrelétricas, desde que o arqueólogo possa intervir no processo desde seu início (a propósito, ver Caldarelli, 1991). (CALDARELLI, 1999b. p. 06)”

Por fim, o último artigo publicado em 1999 por Caldarelli é uma parceria com Walter Neves e Fernanda Costa, e foi publicado em inglês na revista *Archaeology and Society*. Large scale rescue operations – their possibilities and problems, sob o título de “Rescue archaeology in Brazilian amazon: retrospect and perspectives”. E começa estabelecendo uma preocupação

com a destruição do patrimônio arqueológico em obras de grande porte na região, sem a pesquisa sistemática.

“The most conspicuous example of impacting transport project in the region is, by far the Transamazonica Highway. Approximately 3.000 km of route opened in the jungle allowed the fixation of approximately 6.000 families, during the 5 years period that followed its accomplishment. In average, every 10 km Transamazonica was crossed by vicinal routes, called “travessoes”, which, by their turn, enhanced a direct impact on at least 10km into the forest in both sides of the road. If we only consider the segment of Transamazonica between the cities of Maraba and Itaituba - where the colonization process was emphasized an area of 20.000 km can be estimated as having been directly affected. Not even an inch of this area was inspected for archaeological sites prior to the opening of the road and to the fixation of the newcomers. (CALDARELLI et al. 1999, p. 04)”

Após, cita a abordagem multinível como a metodologia mais eficiente a ser aplicada em larga escala:

“Most of our initial ideas and strategies were frustrated by natural constraints of the rainforest, by the dimensions of the enterprise (approximately 7.000 km) and by our own underestimates of crew size. On the other hand, the first two years of research in the Xingu area provided us an excellent raw material for reflexion about rescue archaeology in the Amazon Basin. Taking this experience into account, we formulated the second corollary of this paper: any large scale rescue archaeology program in Amazon has to be developed in accordance with a multistage schedule coupled with the steps of the economical enter-prise it self and with the recommendations for impact evaluation issued by the Brazilian Environment Council. (CALDARELLI et al. 1999, p. 07)”

Assim, através de rápida análise sobre publicações de um expoente no campo da Arqueologia do licenciamento, podemos estabelecer uma base para análise dos problemas enfrentados por este campo em ascensão no período explicitado. As mudanças metodológicas e as preocupações concernentes ao período, bem como a falta do uso de nosso principal assunto aqui, o superpoder do conhecimento e seu compartilhamento em via de mão dupla.

2.5. O USO DO SUPERPODER NO BRASIL EM GERAL

O período aqui analisado marca algumas mudanças fundamentais na Arqueologia Brasileira. Segundo Cristiana Barreto:

“Novos temas de pesquisa enfocam agora processos de mudança, como processos de sedentarização e transição para a agricultura, de complexificação social, ou dos efeitos da conquista, e não mais se moldam à rígida separação de sítios arqueológicos nas estáticas categorias de pré-cerâmicos e cerâmicos (ou sociedades caçadoras-coletoras e sociedades agricultoras) (Barreto 1999b). Novas abordagens, como a etnoarqueologia, e a integração de outras fontes de dados às interpretações

arqueológicas, como dados históricos, linguísticos e biológicos, acompanham as tendências da Arqueologia internacional ao começar a se reaproximar da antropologia social praticada no país. (BARRETO, 1999/2000. p. 47)”

Ou seja, mudanças de perspectiva em análise de materiais e de estruturas arqueológicas (móveis ou imóveis) permeiam o pensamento dos Arqueólogos no período. Além disso, vemos o início de uma relação que viria a ser pouco duradora (conforme veremos mais adiante) mas determinante para as produções arqueológicas no período, a empresa-centro de pesquisa, ou seja, a disseminação da Arqueologia de licenciamento.

Nas palavras de Barreto:

“A Arqueologia de contrato também vem proporcionando uma nova dinâmica no desenvolvimento da pesquisa arqueológica no Brasil. Praticada como um serviço contratual prestado por arqueólogos a firmas privadas ou governamentais, desenvolve-se em geral dentro de um contexto maior de levantamentos de impacto ambiental e salvamentos de patrimônios ameaçados por construções diversas. Apesar de a legislação existente desde os anos 1950 obrigar tais estudos e salvamentos a serem realizados, esta prática, inicialmente denominada de Arqueologia de salvamento, iniciou-se no Brasil apenas nos anos 1970. Nas duas últimas décadas, com um boom de obras de desenvolvimento como usinas hidroelétricas, gasodutos e complexos viários de grande porte, este tipo de pesquisa tem se intensificado de forma mais padronizada e sistemática, com a inclusão da Arqueologia nos obrigatórios “Estudos de Impacto Ambiental” (EIAs), e “Relatórios de Impacto ao Meio Ambiente” (Rimas). A Arqueologia de contrato, apesar de absorver novos quadros formados nos diversos centros acadêmicos do país, que agora oferecem algum tipo de especialização em Arqueologia, e, também, apesar de propiciar uma fonte alternativa ao financiamento da pesquisa arqueológica, tem gerado até o momento um certo retrocesso científico com a volta de levantamentos meramente descritivos e classificatórios como os dos anos 1960 e 1970. A própria natureza do contrato impõe limitações de tempo de pesquisa e exigências de cobertura de territórios bastante extensos e arbitrariamente delimitados, não favorecendo estudos interpretativos dos achados arqueológicos e tampouco o aprofundamento de questões específicas. (BARRETO, 1999/2000. p. 47)”

Podemos ver que os problemas da atividade profissional atrelada à contratos e prazos começam a se desenvolver com o aumento da demanda, e os questionamentos sobre como lidar com essas questões de forma a produzir ciência de qualidade ganham forma e espaço de discussão.

Segundo Silva, ainda carecia, a comunidade arqueológica, de uma visão mais estrutural do processo de construção do conhecimento gerado pelo arqueólogo, bem como de suas ramificações e implicações para com a construção de uma Arqueologia que se identifique com a comunidade/público em vias de mão dupla:

“Em 1996, dez anos após a publicação da Resolução CONAMA nº 001/86, arqueólogos e arqueólogas se reúnem em Goiânia para a avaliação de métodos e procedimentos de trabalho desenvolvidos e aplicados em processos de licenciamento (Simpósio sobre política nacional (...) 1996). Um “Documento síntese” apresentado

ao final das Atas do Simpósio faz importantes recomendações sobre os procedimentos legais e metodológicos cabíveis aos 134 arqueólogos e ao IPHAN, sobre os direitos autorais dos trabalhos técnicos produzidos, bem como sobre a responsabilidade dos empreendimentos impactantes na transparência de seus métodos de intervenção e de conhecimentos prévios sobre o local (Simpósio sobre política nacional (...) 1996). No entanto, tanto os trabalhos presentes nas Atas do Simpósio quanto o Documento-síntese, não fazem qualquer menção à participação pública e das populações impactadas nos processos de construção do conhecimento histórico dos lugares sob licitação. O conhecimento arqueológico é entendido meramente como os vestígios materiais de populações mortas. Não espanta, assim, o fato de que uma das maiores dificuldades para a preservação do patrimônio nacional seja sua irrelevância para grande parte da população nacional (Funari 2001) viva e não arqueológica. (SILVA, 2011. p. 133/134)”

Enquanto isso, o superpoder dos nossos heróis arqueológicos permanece semiadormecido. Ainda que algumas pesquisas utilizem a disseminação do conhecimento arqueológico para o público em geral como parte integrante de seu desenvolvimento, é uma prática incipiente. Mas tudo isso começa a mudar nos anos seguintes, ou pelo menos deveria. E, no final dos anos de 1990, mais precisamente em 1999, surge o que seria um marco no desenvolvimento da extroversão do conhecimento arqueológico, o Guia Básico da Educação Patrimonial (HORTA et al. 1999).

Este guia servirá como base das atividades de extroversão do conhecimento em Arqueologia de licenciamento nos próximos anos, e se pretende estimular o uso do superpoder arqueológico de maneira a otimizar sua divulgação e entendimento. Não livre de críticas, porém, pela sua abordagem onde é desvalorizado o conhecimento de tal público, com preferência a “transmissão” do que à troca:

“O Guia deixa claro sua intenção de manter uma relação interativa entre “agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais” e “comunidades”, tendo em perspectiva a criação de um ambiente em que adultos e crianças sejam envolvidas em um “processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural” (Horta et alii 1999, p. 6). No entanto, deixa também explícito que esse processo ativo visa capacitá-los para um “melhor usufruto destes bens”, e declara abertamente que “a Educação Patrimonial é um instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilita o indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia” (Horta et alii 1999, p. 6). E, como consequência, que a educação patrimonial reforça a autoestima dos indivíduos e comunidade. Fica clara a referência ao público “não-agente-responsável-pelapreservação-e-estudo-dos-bens-culturais” como deficitários de cultura 137 (Merriman 2004a), como simples recipientes vazios a serem preenchidos com o conhecimento superior dos educadores (Freire 1987). A meu ver, autores e IPHAN tomam uma postura lamentável quando publicam tal assertiva, uma vez que me parece impossível que qualquer ser humano possa viver despossuído de cultura e incapaz de ler o mundo que o rodeia. O texto só faz sentido uma vez que tomemos “cultura” como sinônimo de uma cosmovisão erudita e acadêmica, onde a ciência é a única capaz de desvendar as leis que regem o universo e seu funcionamento. (SILVA, 2011. p. 136/137)”

Portanto, nas próximas décadas, a serem abordadas no próximo capítulo, veremos uma padronização de trabalhos de divulgação e disseminação do conhecimento, com ações de médio e longo prazo, contribuições espontâneas em via de mão dupla (pesquisador-público) e ações inovadoras que se tornam padrões de excelência, especialmente no licenciamento, certo? Talvez nem tão certo assim...

3. OS ANOS 2000 EM DIANTE. AGORA VAI! SERÁ?

Primeiramente é importante aqui falar um pouco sobre a transição ocorrida entre os períodos, quando o assunto é Arqueologia aplicada ao licenciamento ambiental. No final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, temos, especialmente no Brasil (ainda que também em outros países considerados, à época, emergentes), um aumento de execução de grandes obras estruturais, como usinas, linhas de transmissão e obras de mobilidade.

Segundo Monticelli, este movimento se entende da seguinte maneira:

“Podemos entender o processo como os elos de uma corrente, todos interligados. À medida em que houve o incremento agrícola-industrial, tornou-se necessário o escoamento da produção através da criação de malha rodoviária e de linhas férreas. Para a manutenção do complexo industrial e a produção agrícola foi necessário o aproveitamento dos recursos hídricos, com a criação de energia e distribuição desta através de grande número de redes de transmissão elétrica. (MONTICELLI, 2005. p.61)”

De maneira geral, os avanços legais e a conjuntura econômica mundial e local tornam o cenário para realização de obras que necessitam de licenciamento favorável, e o reflexo é um aumento exponencial nas pesquisas arqueológicas aplicadas ao processo. Zanettini afirma que, na década de 2000-2010, “Nunca se escavou tanto (bem ou mal) nunca se publicou tanto (com ou sem substância), nunca se divulgou tanto a Arqueologia nas mais diversas plataformas junto à sociedade nessa última década (livros, manuais, websites, blogs, etc.)” (ZANETTINI, 2011. p. 95).

Os problemas pertinentes são discutidos, mas a alta na demanda faz com que, em uma profissão não regulamentada e incipiente no mercado, a execução se torne fonte de discussão que perdura. Conforme Monticelli, as discussões mais em voga no período podem ser observadas quando diz:

“Os diferentes problemas têm sido debatidos em nossos encontros regionais, nacionais e específicos. As atas do simpósio “A Arqueologia no Meio Empresarial”, realizado em Goiânia/GO, de 28 a 31 de agosto de 2000, e publicado por T. Andrade Lima (2002b), dão uma noção muito clara dos problemas em vigor, quais sejam, condutas éticas e responsabilidades, divulgação das informações e conhecimentos, licenciamento ambiental, prazos para autorização de pesquisas, participação de universidades públicas, afirmação dos profissionais autônomos, entre tantos outros. (MONTICELLI, 2005. p.227)”

A partir dos anos 2000, vemos a extroversão do conhecimento arqueológico em trabalhos de Arqueologia em obras de engenharia (como habilmente chama Monticelli) tomar

corpo, ganhar importância e algumas organizações. Ainda que suas atividades fossem preferencialmente executadas por instituições de ensino e pesquisa:

“É digna de nota, ainda, a introdução da denominada Educação Patrimonial nos projetos em Arqueologia, a partir das exigências do órgão federal, responsável pela preservação dos sítios e bens arqueológicos. Desde 1998, o IPHAN exigia a realização de atividades de divulgação científica e exploração do potencial educacional dos sítios pesquisados. A partir de 2002, o IPHAN tornou obrigatória a realização de Programas de Educação Patrimonial nos projetos de escavações arqueológicas, realizadas mediante contrato e autorizadas pelo órgão. Essas exigências geraram a realização de práticas das mais diversas, sob o rótulo de educação patrimonial, em todo o território brasileiro. (GIL & POSSAMAI, 2014. p.18)”

Observa-se que, de agora em diante, para além do Arqueólogo, existe um órgão federal que irá medir, diagnosticar, avaliar e aprovar atividades de “educação patrimonial”. Tomando para si toda essa autoridade sobre o que pode ou não pode ser executado como atividade de extroversão de conhecimento arqueológico, o IPHAN é chancelado por uma série de políticas públicas para difusão desta “nova”, e agora obrigatória, prática:

“Em decorrência da necessidade de uma maior sistematização das ações educativas no âmbito das políticas de preservação, o IPHAN, por meio de seu setor de promoção, passou a estruturar e consolidar uma área específica voltada para as ações educativas ligadas à preservação do Patrimônio Cultural brasileiro. Em 2004, o Decreto nº 5.040/04 cria uma unidade administrativa responsável por promover uma série de iniciativas e eventos com os objetivos de discutir diretrizes teóricas e conceituais e eixos temáticos norteadores, consolidar coletivamente documentos e propostas de encaminhamentos e estimular o fomento à criação e reprodução de redes de intercâmbio de experiências e parcerias com diversos segmentos da sociedade civil. Em 7 de maio de 2009, o Decreto nº 6.844 vincula a Coordenação de Educação Patrimonial – CEDUC ao recém-criado Departamento de Articulação e Fomento – DAF, com o objetivo de fortalecer, na área central do órgão, uma instância dedicada à promoção, coordenação, integração e avaliação da implementação de programas e projetos de Educação Patrimonial no âmbito da Política Nacional do Patrimônio Cultural. Ao sistematizar diretrizes e eixos norteadores fundamentais, procurou ampliar suas formas de atuação abarcando, de um lado, a noção ampliada de Patrimônio Cultural (presente no artigo 216 da Constituição Federal de 1988 e nos parâmetros da área de Patrimônio Imaterial, criada por decreto no ano de 2000) e, de outro, os novos modelos de gestão pública que privilegiam a construção coletiva e intersetorial das ações do Estado. (FLORENCIO et al, 2014. p.14)”

Para além da regulamentação, o órgão também se insere na discussão teórica, apontando o que, para si, conceitua a Educação Patrimonial:

“Atualmente, a CEDUC defende que a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (FLORENCIO et al, 2014. p.19)”

A ideia em si não se mostra ruim, fazendo com que o tema e por consequência nosso superpoder seja debatido em escalas nunca dantes vistas na história deste país...

“...as ações com o patrimônio somente ganham efetividade com o envolvimento das populações, privilegiando um trabalho integrado que possibilite a continuidade e o aprofundamento das atividades. O debate necessita ampliar a discussão teórica, diante das diferentes concepções e projetos nomeados de educação patrimonial. Porém, a publicação de diretrizes, além de assumir o termo educação patrimonial como indicador para políticas públicas, aponta caminhos para a compreensão mais ampliada do tema. Além da resignificação dos bens culturais para diferentes gerações, é um tema relevante no currículo da educação básica, na formação de professores e nos programas de museus, arquivos e memoriais. (GIL & POSSAMAI, 2014. p.20)”

Além disso, não podemos excetuar o contexto político da época, onde, pela primeira vez no processo de redemocratização do país, um partido inclinado à esquerda, o PT, – Partido dos Trabalhadores, na figura do maior estadista do século em países não opressores, Luís Inácio Lula da Silva, começa a se executar uma tentativa, para além da pressão de grupos muito poderosos em um sistema capitalista (agronegócio, bancadas da bala e bíblia),

“Com base na avaliação do IPHAN, ao associar as discussões sobre a preservação aos projetos das universidades públicas torna-se possível uma aproximação dos investigadores com a cultura da comunidade local, permitindo identificar problemáticas em relação ao patrimônio local e prover ações de preservação e educação que beneficiem o lugar. No que se refere à educação básica, no ano de 2011, o IPHAN passou a contribuir nas propostas de atividades do Programa Mais Educação, já estabelecido pelo MEC (IPHAN, 2014, p.31), inserindo atividades específicas de Educação Patrimonial junto ao projeto, que tinha como objetivo o “mapeamento inicial das referências culturais e potencialidades educativas que estão imersas na realidade escolar, ou seja, um inventário pedagógico do patrimônio local” (IPHAN, 2014, p.33). A fim de consolidar a inserção da Educação Patrimonial no projeto, em 2012, o IPHAN e o MEC, em parceria com o MinC, organizaram uma publicação em formato de caderno intitulado “Educação Patrimonial no Programa Mais Educação”, que apresenta os objetivos das atividades de Educação Patrimonial, conceitos sobre patrimônio, as leis de implementação da educação para formação cultural no país e orientações para aplicação de exercícios práticos com alunos e com a comunidade. De acordo com o IPHAN, o conteúdo da publicação (2014, p.34): [...] traz um conjunto de fichas para organizar e reunir informações sobre o Patrimônio Cultural local, partindo do olhar dos estudantes. As categorias utilizadas para classificar os diversos bens culturais – Lugares, Objetos, Celebrações, Formas de Expressão e Saberes – se baseiam nas categorias que o próprio IPHAN / MinC adota em seus trabalhos de identificação e reconhecimento do Patrimônio Cultural do Brasil. Nesta conjuntura, nota-se que as principais políticas de inserção da educação para formação cultural, baseadas na observação e interpretação do patrimônio cultural material e imaterial no país, partiram de iniciativas do IPHAN e do MEC. Adotaram como referência a metodologia de Educação Patrimonial, criando projetos de lei e programas para inserção dos serviços educativos em espaços formais e também em ações com as comunidades, cujo os quais foram legalizados entre os anos de 1996 a 2011... (TARDIVO & PRATSCHKE, 2017. p. 08)”

Por sua vez, por se tratar de um período amplo, levando em consideração os últimos 20 anos, algumas mudanças também aconteceram na estrutura do órgão:

“Nas décadas subsequentes, a reboque das “dores e delícias” da Arqueologia de contrato –diretamente relacionadas às pressões econômicas e políticas sobre uma prática profissional não regulamentada –e de uma agenda política desenvolvimentista, não houve outra alternativa a não ser retomar o diálogo produtivo entre os atores institucionais envolvidos e criar fóruns de discussão, reuniões técnicas e mais regulamentações, representadas pela Portaria Interna nº 230/02, que dispõe os projetos de licenciamento ambiental. (SALADINO, 2014. p.55)”

Ainda, vemos a relação do órgão federal com o capital como uma problemática que vem sendo analisada por diversos autores, e seus reflexos atingem diretamente a estrutura funcional do próprio IPHAN:

“O IPHAN, que sofreu algumas transformações em suas propostas e desenho institucional, resultantes de pressões endógenas e exógenas, ganhou novos contornos em 2009, quando da extinção Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU/IPHAN) e da criação do Centro Nacional de Arqueologia (CNA/IPHAN). É possível perceber a criação do CNA/IPHAN pelo Decreto nº 6.844/09 como uma reação institucional frente às demandas e pressões exógenas referentes a uma agenda política desenvolvimentista que, por sua vez, relaciona-se ao lugar que a Arqueologia de contrato ocupa no cenário atual. Estruturado em três coordenações –Coordenação de Normas e Acautelamento, Coordenação de Pesquisa e Licenciamento e Coordenação de Socialização do Patrimônio Arqueológico –o CNA/IPHAN parece ainda não ter se distanciado do padrão institucional de sombreamento do patrimônio arqueológico frente ao patrimônio edificado. Isto significa dizer que, apesar dos recentes esforços –que podem ser exemplificados pela recente realização de um concurso público para contratação temporária de cerca de 80 arqueólogos –permaneceu o padrão dos insuficientes recursos humanos e financeiros frente às demandas acachapantes do CNA/IPHAN. (SALADINO, 2014. p.45)”

3.1. PROBLEMÁTICAS COM A LÓGICA DE MERCADO E A FUNÇÃO DA EXTROVERSÃO DO CONHECIMENTO

Para além da função pública do compartilhamento de informações acerca do patrimônio local/arqueológico, vemos neste período um problema que começa a permear a atuação do profissional em Arqueologia cada vez mais, a lógica capitalista.

A discussão a respeito dos limites e das responsabilidades dos profissionais toma forma na medida em que os interesses de “empreendedores” e arqueólogos se mostram cada vez mais conflitantes. A dúvida entre cumprir a legislação e ceder a pressões que por vezes vem de poderes muito maiores do que o da pessoa física (Arqueólogo) pode entender, dão margem ao questionamento de Carlos Fausto, quando pergunta “Quem protege os arqueólogos e antropólogos que, porventura, cheguem a conclusões que contrariam o interesse do empreendedor?” (FAUSTO, 2015. p.207).

Surgem, ainda, especificidades no campo da relação das instituições com o IPHAN e com a lógica capitalista do mercado:

“Outro conjunto de problemas neste campo tem relação com a lógica que as instituições de cultura e de patrimônio estão atualmente submetidas: a da cultura como mercado e como negócio, na qual a meta fundamental se expressa em valores quantitativos, ou seja, público. Mais do que a qualidade do trabalho educativo ou da problematização da memória/produção do esquecimento, as instituições voltadas a este mercado da cultura, preocupadas com formação de público em volume necessário para justificar os gastos (que deveriam ser compreendidos como investimento social), tem transformado os educativos em linha de produção de conteúdos repetitivos, pouco dialogados ou criativos. A constituição destes serviços educativos, muitas vezes delegadas a instituições privadas como as organizações sociais (OS), tem subtraído dos educadores o seu papel de sujeito ativo, criativo e reflexivo, transformando-os em meros estagiários mal remunerados e reprodutores de conteúdos, desmotivando seu próprio trabalho. A cultura na lógica do privado, como negócio lucrativo, não é compatível com reflexão crítica, com problematização e nem com compreensão do significado do passado. Como diz Harvey (1992), o tratamento dado ao passado vira espetáculo, encenação, re-presentação de costumes, que ao invés de conduzir a uma compreensão profunda da história, leva a superficialidade, à semelhança de uma tela oca, esvaziada de conteúdo. (SCIFONI, 2017. p. 8/9)”

A participação do Arqueólogo no processo de licenciamento e a consequente tentativa de extroversão do conhecimento gerado fazem surgir questões até hoje difíceis de se responder claramente:

“O capitalismo provocou uma prática arqueológica ética no Brasil, assim como em outros locais, por diversos motivos. Em primeiro lugar, e acima de tudo, a ganância capitalista está no centro da destruição natural e cultural em grande escala. Na floresta amazônica a destruição dos recursos naturais é um dos principais desafios, e o avanço do capitalismo afeta igualmente as comunidades tradicionais. Existem tendências similares do capitalismo em outros lugares do planeta, mas a especificidade da floresta tropical torna esta ameaça especial, como é reconhecido tanto pelo governo brasileiro como por várias instituições internacionais. Arqueólogos enfrentam um dilema ético, no entanto. A legislação patrimonial, promulgada como resultado da luta democrática, exige que todos os projetos de desenvolvimento potencialmente impactantes financiem pesquisas arqueológicas, incluindo ações de resgate. Mesmo que a lei não seja executada em todos os casos, devido aos benefícios a curto prazo para as empresas capitalistas, existem vários projetos em que arqueólogos foram contratados. Por outro lado, em um país pobre, os arqueólogos enfrentam uma tarefa difícil para sobreviver, como resultado, as empresas capitalistas podem contar com a contratação de profissionais que sofrem pressão para assinar relatórios indicando a ausência de vestígios arqueológicos na área (Funari 2001). Assim, há abundância de oportunidades para um conluio entre os arqueólogos e os interesses do capitalismo. (FUNARI & ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008. p. 19/20)”

Afora todas as questões e discussões sobre patrimônio, papéis, legislações e atribuições, podemos, através desse pequeno apanhado de informações, entender que a discussão de quem faz o quê e quem fiscaliza quem é longa e poderia (deveria) suscitar um debate e produções acadêmicas inúmeras.

Como aqui o assunto é outro, foquemo-nos no assunto que queremos tratar, ou seja, de uma maneira geral, como vem sendo utilizado a obrigatoriedade de ações de educação patrimonial neste período tão profícuo, em números totais, para a Arqueologia de licenciamento. Ou, em outras palavras, se temos um superpoder e somos OBRIGADOS a usá-lo, como estamos, os arqueólogos, utilizando essas oportunidades?

3.2. A PROPOSIÇÃO E A EXECUÇÃO, OU ALGUÉM ESTÁ USANDO ESSE SUPERPODER?

A primeira discussão a ser levada em consideração no período é a de quem e como pode ser usado esse superpoder. A formação do profissional em Arqueologia e sua consequente atuação no mercado de trabalho em expansão suscita dúvidas e questionamentos inerentes à aplicabilidade da profissão, desde o início dos anos 2000. Na visão do autor, um dos principais pontos a serem debatidos é, ao mesmo tempo, um dos pontos mais ignorados durante todo o período, que é o tipo de formação dada ao pretendente a se tornar um profissional de Arqueologia.

Em artigo de 2008, Márcia Bezerra expõe sua preocupação com a falta de debate acerca do tema:

“Durante a reunião de Campo Grande, 2005, Bezerra (2005) coordenou o simpósio “O Ensino da Arqueologia ‘Fora da Área de Cobertura’”, cujo objetivo era refletir sobre a(s) Arqueologia(s) ensinadas em cursos de outras áreas. O trabalho de Donatti (2005) mostrou, de forma específica, a necessidade de formação de profissionais na região Norte, a partir de sua experiência como docente do curso de História da Universidade Federal do Amazonas. Todos os demais participantes foram unânimes quanto à carência de cursos de formação e a urgência em se debater a situação. Ainda em Campo Grande, Lacerda (2005) apresentou trabalho que tratou da discussão sobre o crescimento dos projetos de contrato e a profissionalização da Arqueologia. Em 2007, Florianópolis, o Simpósio “Diálogos Arqueológicos I: projetos de formação em Arqueologia” (Dias, 2007), atraiu diversos representantes de cursos de formação de arqueólogos no Brasil, que levantaram uma série de problemas sobre a formação de novos cursos, os currículos e o mercado de trabalho. Ainda neste mesmo congresso, Thiesen e Martins (2007) apresentaram o “Programa Sítio-Escola – LEPAN/FURG” e Viana e Barbosa (2007) propuseram o “Aproveitamento Acadêmico da Arqueologia de Contrato”, mostrando que os projetos de impacto podem contribuir para a formação de novos arqueólogos, como é o caso do curso da Universidade Católica de Goiás. (BEZERRA, 2008. p. 142/143)”

Debate pertinente até o presente, no próximo capítulo iremos abordar mais pontos sobre a formação do profissional em Arqueologia, muito mais voltada aos “gostos” do formador do

que a “necessidade” do mercado de trabalho. Em suma, formamos pesquisadores para vagas inexistentes e profissionais inadequados para vagas que existem.

Para além disso, alguns questionamentos pertinentes ao período da primeira década do ano 2000 são feitos na tese de doutorado de Rossano Lopes Bastos, e permeiam muitos dos pontos a serem levantados aqui, com a finalidade de chegar no uso (ou não) do superpoder cada vez mais acumulado pelo Arqueólogo. Primeiramente, parte o autor de uma conceituação sobre patrimônio cultural:

“Custódio (1996), sem entrar em particularidades doutrinárias, caracteriza o patrimônio cultural como o conjunto de bens móveis ou imóveis, materiais ou imateriais, decorrentes tanto da ação da natureza e da ação humana como da harmônica ação conjugada da natureza e da pessoa humana, de reconhecidos valores vinculada aos diversos e progressivos estágios dos processos civilizatórios e culturais de grupos e povos. (BASTOS, 2007. p. 24)”

A preocupação, inerente ao período passado explicitada por Caldarelli, sobre a formação do profissional em Arqueologia, também se mostra aparente, sob crítica forte quando o autor afirma que:

“Nossa observação imediata, mesmo com reduzido corpo técnico de profissionais para atender a referida demanda, é de que, quando o estado responde de forma adequada e rápida, a tendência é de legalização das atividades de pesquisa arqueológica.

Por outro lado, devemos também, no campo da Arqueologia ou de contrato, destacar que deve-se dar de imediato uma perda de informação maciça do saber arqueológico, tendo em vista que os profissionais que atuam no mercado arqueológico preventivo, salvo raras exceções, não estão capacitados a enfrentar os novos desafios fundados pelo mercado, que exigem não só um aporte interdisciplinar, mas transdisciplinaridade e capacidade de relacionamento interinstitucional. (BASTOS, 2007. p. 56/57)”

Ao meu ver, esta crítica, pesada sob diversos aspectos, se refere muito mais à formação dos profissionais que saem da academia para enfrentar o mercado de trabalho do que às capacidades destes ex-alunos. É urgente debatermos sobre como saem da academia os futuros coordenadores de pesquisas arqueológicas antes de debatermos sua capacidade para tal.

A partir disso, entramos em um debate sobre a publicização do conhecimento arqueológico, ou seja, a utilização do superpoder do arqueólogo não super-herói. Já em 2015, Richardson e Almansa-Sánchez dizem que:

“Public archaeology can be defined as both a disciplinary practice and a theoretical position, which can be exercised through communication with the public, involvement of the public or the preservation and administration of archeological resources for public benefit by voluntary or statutory organizations. (RICHARDSON & ALMANSA-SÁNCHEZ, 2015. p. 01)”

Bastos concorda na medida em que escreve “Não há como pensar em políticas públicas de preservação sem pensar o saber e o poder local” (BASTOS, 2007. p. 65)”. Podemos perceber que neste período a discussão sobre o conhecimento produzido por pesquisas arqueológicas e o que fazer com ele já é pauta, seja pela obrigação legal, seja por estudos teóricos estrangeiros e baseados neles.

Dentro destes parâmetros no começo dos anos 2000, percebi que, para além do aumento da demanda de Arqueologia do licenciamento, o campo da extroversão do conhecimento necessitava de uma pesquisa de modo a qualificar e quantificar sua atuação na década 2000-2010. Ainda não publicado, o estudo buscou no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do IPHAN, abordar as ações de extroversão do conhecimento propostas e executadas nos projetos disponibilizados neste sistema.

3.3. A PESQUISA NO SEI (SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES) DO IPHAN E A PASTEURIZAÇÃO DE UM SUPERPODER

Primeiramente, para falar sobre a pesquisa estabelecida, é primordial estabelecer os parâmetros que fundamentaram a mesma. Ainda que delimitada pelo confuso sistema de informação digitalizada do SEI-IPHAN, a metodologia aplicada tentou (e acredita ter conseguido) qualificar e quantificar ações e proposições de aplicações do superpoder (aka extroversão do conhecimento arqueológico) em processos de licenciamento e pesquisas arqueológicas no período entre os anos 2000-2010. Para estabelecer os critérios quantitativos, uma simples contagem seria o suficiente. Porém, o que mais interessava era a pesquisa qualitativa, e para tanto foram estabelecidos critérios a respeito do que era pesquisado.

Primeiramente, foram analisados todos os processos de licenciamento ambiental e de pesquisa arqueológica disponíveis no site nas datas supracitadas. Afora as dificuldades de organização de informação por processos simultâneos, sobrepostos e/ou repetidos, sem contar os erros de digitalização, foram estabelecidos critérios sobre as proposições de atividades de extroversão do conhecimento, seja em programas de educação patrimonial, seja em propostas pretéritas ou posteriores a isso.

Para a qualificação de proposições, os critérios de separação foram os seguintes:

- Básico: quando o programa de atividades de extroversão do conhecimento arqueológico aponta atividades pontuais com os grupos habitantes do local e/ou participantes do empreendimento;
- Contínuo: quando as atividades propostas nos programas pontuam mais encontros e feedbacks do que somente visitas pontuais, seja com a comunidade local, seja com participantes do empreendimento, desde que repetidas vezes;
- Amplo: quando são previstas atividades de longo prazo com os grupos participantes, ou quando são propostas atividades que não estipulam duração temporal e avaliação pontual.

Com essa primeira separação, os pesquisadores envolvidos (Melchiades, Leão e Santos, 2021 inédito) se propuseram a qualificar a execução das propostas constantes nos projetos e programas, sob os seguintes aspectos:

- Curto: Aplicações de curto prazo, ou seja, pontuais. Que envolvem somente uma visita e/ou conversa com um Grupo específico participante do processo de licenciamento;
- Médio: Aplicações de atividades de extroversão do conhecimento que envolvam dois ou três encontros com grupos específicos participantes do processo de licenciamento em tela;
- Longo: Aplicações de mais de três atividades com o mesmo grupo de participantes do processo de licenciamento em questão.

O trabalho, portanto, seria de qualificar as atividades de uso do superpoder do arqueólogo em suas atividades de extroversão do conhecimento durante uma década certo? Errado! Durante a pesquisa o que se percebeu foi que o item mais presente nas execuções das atividades de extroversão do conhecimento arqueológico foi um que não estava previsto na metodologia inicial, a desculpa.

Para muito além dos números totais de atividades executadas, o número de justificativas e explicações para a não realização de atividades relacionadas à extroversão do conhecimento arqueológico em processos de licenciamento excede todas as expectativas mais pessimistas. Na formulação deste autor, este estudo visaria comprovar que existia uma pasteurização das atividades de extroversão, uma vez que a lei exige um mínimo de atividades, este mínimo seria cumprido e teríamos, salvo raras exceções no meio empresarial (calma instituições de pesquisa,

não estou falando de vocês) ações pontuais de uma visita em forma de palestra e distribuição ocasional de folders pré-estabelecidos com informações genéricas sobre Arqueologia, com bônus do contexto local. Ledo e otimista engano.

O que se percebeu durante a pesquisa foi um infundável número de desculpas (não consigo achar outro termo) para a não execução das atividades de extroversão do conhecimento. Dentre elas, prazo exíguo, dificuldade com a comunicação entre comunidades locais ou grupos formados por participantes do empreendimento, inaplicabilidade devido à ausência de vestígios arqueológicos (como se fosse relacionado) e até negativas de pessoas proeminentes junto ao processo são vistas como plausíveis para a não execução das atividades. Logo, em um período em que temos a OBRIGAÇÃO LEGAL da aplicabilidade do superpoder arqueológico em processos de licenciamento, o que mais vemos é a não execução destes, por diversos fatores.

Aqui tenho a obrigação de deixar claro que, como profissional atuante em Arqueologia do licenciamento desde 2009, entendo as diversas imposições e dificuldades de cronograma/orçamentárias para a prática do desenvolvimento da troca de conhecimentos entre equipe técnica de Arqueologia e público inerente ao processo de licenciamento. Porém, a mesma experiência que me demonstra as dificuldades do processo me mostra que, a depender de negociação e boa vontade, é inadmissível a inaplicabilidade de QUALQUER ação.

Para exemplificar melhor os números que estou criticando, vou me utilizar dos dados do ano da década em tela (2000-2010) em que mais portarias autorizativas de pesquisa arqueológicas foram emitidas. Segundo apresentação de Zanettini em evento da 19ª Primavera dos Museus, em 2021 (ZANETTINI, 2021), a década de 2000-2010 percebe um aumento exponencial no número de portarias autorizativas de permissão de pesquisa arqueológica no país. Para exemplificar o raciocínio, vou tomar o ano de 2006 como referência, pois, além de se enquadrar na metade do período, mostra com clareza o ponto em que quero chegar.

Foram analisados 64 processos diferentes, nomeados com licenciamento ambiental e pesquisa arqueológica. Dentro destes, 16 não possuem sequer previsão de atividades de extroversão do conhecimento ou, como chamado na época, educação patrimonial. Por si só, este número, que representa 25% dos processos, já chama a atenção. Ocorre que dos restantes, ou seja, dos 48 processos restantes, apenas 21, menos da metade, apresenta a execução de ações de extroversão do conhecimento. Absurdos 27 processos apresentaram justificativas e não executaram NENHUMA ação de compartilhamento de informações junto a qualquer público que não o científico.

Rapidamente irei explicar as causas de o conhecimento acadêmico/científico não se aplicar aqui: na maior parte das vezes, e me encontro exatamente neste período acadêmico, os artigos em revistas especializadas são mais pra contar currículo do que para extrovertir conhecimento para algum público, por mais específico que seja. Vivemos, infelizmente, em uma época de construtores de currículo para passar em concursos públicos, em detrimento à aptidão de lecionar ou ao potencial de pesquisa em um público que não pode se dedicar exclusivamente à vida acadêmica, como nossa profissão/campo de estudo elitista faz questão de lembrar a cada oportunidade. Vemos dezenas de artigos similares com grupos de autores ou um mesmo autor com diversas publicações semelhantes em veículos diferentes para construir currículo e pontuar melhor em concursos público/privados. Não estou aqui julgando a adaptação ao sistema, mas sim o sistema em si, onde a pontuação quantitativa vale mais do que aptidão em sala de aula ou publicação qualitativa. Mas enfim, isso é assunto para um artigo próximo...

Na década de 2000-2010 temos, portanto, muitas preocupações a respeito da qualidade dos trabalhos de Arqueologia em licenciamento, pouca discussão sobre a qualidade da formação do profissional, muitas desculpas para a não execução de atividades de extroversão e arqueólogos criticando o sistema, porém se aproveitando dele. Na próxima e mais presente década as coisas irão mudar, principalmente porque a profissão de Arqueólogo irá ser regulamentada, certo? Poxa vida, pessoa que está lendo até aqui, ainda acredita em otimismo no campo da pesquisa? Estou falando da década do golpe, do Aécio, do Temer, do BOLSONARO! É óbvio que não melhorou. Mas irei argumentar para exemplificar, pois, afinal, é a proposta desta tese de doutoramento, ainda que por vezes o texto soe MUITO informal.

3.4. A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO E O IMPACTO CAUSADO

A regulamentação da profissão de Arqueólogo é uma demanda de muito tempo. Possivelmente desde que a atividade começa a ser executada de maneira profissional, ter um reconhecimento e amparo legal é primordial para a organização da categoria. Sem a regulamentação, fica inviável a criação de bases legais para o exercício da profissão, bem como muito difícil a negociação com outros profissionais em termos contratuais.

Como Machado bem escreve, em um panorama de expansão do licenciamento e sem a legislação pertinente, temos:

“O crescimento do mercado de trabalho com o licenciamento ambiental deu margem para que pessoas sem a devida formação se aproveitassem da brecha aberta pela falta de regulamentação para realizar pesquisas arqueológicas. A multiplicação dos pedidos de autorização de pesquisa esbarrou na estrutura insuficiente do IPHAN para analisar e acompanhar os projetos. Deixou de ser observado, em algumas superintendências, os critérios estabelecidos para concessão das permissões, uma vez que muitos dos técnicos que as analisavam não tinham sequer conhecimento das mesmas. Assim, na falta de regulamentação, ter recebido autorização pelo IPHAN passou a ser o abono que chancelava oportunistas sem qualificação como arqueólogos. Técnicos do IPHAN, ao perceberem o problema, já não conseguiram contê-lo. A necessidade de regulamentar a profissão, mais do que nunca, passa a ser prioridade e uma questão de proteção do patrimônio arqueológico. (MACHADO, 2020. p.12)”

Concordando com Machado e expandindo a questão para o contexto político/social, Carmo e Vieira acrescentam:

“Em 2009, por meio do Decreto nº 6.884, o IPHAN criou o Centro Nacional de Arqueologia⁴ (CNA), órgão descentralizado do Departamento de Patrimônio Material de Fiscalização (Depam), caracterizado como uma Unidade Especial e Integrante do Comitê Gestor do instituto e constituindo-se também como uma unidade gestora. Com a criação do PAC 2, em 2010, a emissão de Portarias de Arqueologia Preventiva seguiu em crescimento vertiginoso até o final do governo Lula. Em 2011 Dilma Rousseff deu continuidade às obras do PAC, com crescimento considerável “com uma carteira de cerca de 37 mil empreendimentos e volume de investimentos expressivo”.

Em 2012, novamente reagindo às demandas do governo e do mercado, o IPHAN realizou mudanças em suas diretrizes e no quadro do CNA. Visando a uniformização dos procedimentos adotados pelas Superintendências Regionais foram revogadas orientações sobre o denominado Diagnóstico Arqueológico Não Interventivo⁶. Baseada numa interpretação mais literal do conteúdo da Portaria nº 230/2002, essa mudança incidiu diretamente nos processos de solicitação de Licença Prévia (LP) sem apresentação de projeto ao órgão, o que constituía um descompasso em relação à legislação vigente. (CARMO; VIEIRA, 2020. p. 73)”

Nas palavras de Caldarelli, não podemos esquecer que o contexto do momento urge a fortificação e que os arqueólogos assumam suas responsabilidades no que tange a preservação do patrimônio. Segundo ela:

“está mais do que na hora de problematizar o risco de que aspectos importantes para a reconstituição do passado remoto da América sejam irremediavelmente perdidos pelo não engajamento de arqueólogos competentes nessa luta para a recuperação e estudo de ao menos parte dos vestígios materiais desse passado, não documentado por testemunhos escritos, ainda mais agora que uma nova legislação ambiental em nosso País desdenha da importância do passado para a compreensão do presente e compromete a visão futura de nossa história e de nossa pré-história. (CALDARELLI, 2019. p. 04)”

Ainda sobre problemáticas enfrentadas, temos Saladino, Campos e Rodrigues-Carvalho que comentam:

“Nas últimas décadas, a implantação de uma agenda político-econômica desenvolvimentista resultou no aumento das pesquisas arqueológicas no país, atreladas ao licenciamento ambiental, sua lógica e dinâmica. Impactantes foram os resultados, e é possível perceber aspectos negativos e positivos. O crescimento, em escala exponencial, dos acervos arqueológicos depositados em instituições de guarda

e pesquisa, e a destruição total ou parcial das matrizes arqueológicas de diversos sítios são os primeiros desafios a saltar as vistas. As pressões sociais, em prol da preservação de seus marcos de memória e lugares sagrados também contribuíram para as/os profissionais repensarem sua posição e suas práticas. (SALADINO et al. 2020. p. 58)”

Não podemos deixar de citar, ainda que em breve menção, a última mudança na legislação que versa sobre a Arqueologia e sua participação em processos de licenciamento, a Instrução Normativa nº 001 de 2015. Mudando proposições e tentando tornar o processo arqueológico no licenciamento mais ágil e eficaz, a mudança na lei, vem, em conjunto com outros fatores, ampliar ainda mais a quantidade de projetos e, em decorrência disso, de profissionais em atividade:

“O ano de 2015 consolidou importantes mudanças nos procedimentos administrativos seguidos pelo IPHAN nos processos de licenciamento ambiental, principalmente com a publicação da Instrução Normativa nº 001 de 2015 que revogou a Portaria nº 230/20028 e pela abertura de um concurso temporário (um ano prorrogável por até quatro anos) responsável pela contratação de 48 (quarenta e oito) arqueólogos para preencherem o quadro técnico do IPHAN nas Superintendências Regionais, Escritórios Técnicos e no CNA. (CARMO; VIEIRA, 2020. p. 73/74)”

Ainda que suscitando discussões em suas particularidades, a luta pela regulamentação, de apoio aprovado nos encontros da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) de 2015 e 2017, se mostrou finalmente efetiva:

“Foi um processo que exigiu o amadurecimento proporcionado pelas experiências anteriores. Conhecendo o histórico de erros e acertos, contando com um maior contingente de estudantes de graduação, maior capacidade de mobilização com o uso de redes sociais, um expressivo contingente de profissionais atuantes, o apoio de instituições como o IPHAN e o MPF, além de recursos humanos e financeiros da SAB, houve uma conjunção favorável que culminou com a aprovação do Projeto de Lei sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo. O apoio de universidades e outras instituições, alcançado através de associados em todas as regiões do país, foi muito importante nesta construção de parcerias, demonstrando a força de mobilização dos arqueólogos no Brasil, quando de seu interesse.

Como resultado deste longo processo de batalha pela regulamentação, a aprovação do PL 1.119/2015 ocorreu na última comissão da Câmara dos Deputados no dia 05 de Dezembro de 2017. Ainda que tudo indicasse não haver empecilhos para a sanção presidencial, devido à ampla aliança construída, essa fase não foi desprezada pela gestão seguinte da SAB, presidida por Jorge Eremites, que buscou o apoio de deputados e assessores em Brasília para que não se repetisse a frustração anteriormente ocorrida. Intermediado por associados e apoiadores de outras instituições, conseguiu o apoio do Deputado Federal Lelo Coimbra, do PMDB/ES, que se empenhou e acompanhou de perto o trâmite até a assinatura da sanção presidencial em 18 abril de 2018, como Lei nº 13.653. (MACHADO, 2020. p.14)”

Mas convém lembrar que a regulamentação da profissão não faz com que o cenário melhore ou se modifique sem união em prol de assuntos em comum. Como reflete Saladino,

“Vale refletir sobre causas e consequências da permanência da percepção, tanto da Musealização da Arqueologia quanto da Educação Patrimonial como áreas menores, visto que é por meio desses tópicos que a Arqueologia contribui para a consolidação da Política Nacional de Preservação do Patrimônio Cultural Material (Portaria IPHAN n. 375/18), na medida em que realiza a sua função social de acessibilidade e possibilidade de fruição do patrimônio arqueológico e, ainda, em que a/o arqueóloga/o assume sua responsabilidade para com a conservação dos bens arqueológicos (dispostos na Portaria IPHAN no 196/16). (SALADINO et al. 2020. p. 61)”

Ou ainda como frisa Caldarelli:

“...não deveríamos nós, arqueólogos, *dedicados ou não à Arqueologia associada a empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, por serem potencialmente lesivos a bens arqueológicos ainda não conhecidos e registrados*, nos preocupar em lutar por uma Arqueologia preventiva honesta, que possa efetivamente contribuir para problematizar, recuperar e interpretar os processos e razões que levaram o território nacional, o sudeste brasileiro e o território capixaba à configuração econômica, social e cultural que hoje os caracterizam, com seus problemas e avanços? . (CALDARELLI, 2019. p. 20)”

Em suma, muitas são as preocupações no campo da Arqueologia, especialmente a que atua no licenciamento. As ações de extroversão do conhecimento produzido permeiam estas preocupações e discussões, ainda que não como elemento principal. Porém, isso não significa que estejam sendo marginalizados os aspectos sociais e políticos da efetiva pesquisa arqueológica e o que fazer com seus resultados:

“A realização, na plena potência, da função social da Arqueologia, não resulta apenas do rigor teórico-metodológico de um estudo, mas também do zelo com a ética profissional e com a função social do próprio fazer. Compreendemos tratar-se de um desafio que vem sendo assumido gradual e inexoravelmente por parte das/os arqueólogos. Um exemplo dessa nova postura pôde ser visto na Sessão “Arqueologia, Museologia e Patrimônio”, do V Seminário de Preservação do Patrimônio Arqueológico do MAST. A comunicação “Educação Patrimonial nas Ruas do Rio: respeito, apropriação e legitimação— caso do Cemitério do Largo de Santa Rita” foi apresentada por representantes de todas as agências e segmentos envolvidos no projeto, a saber: Arqueologia, IPHAN e sociedade civil organizada (ANDRADE *et al.*, 2020). Todas as palestrantes ressaltaram, a partir de suas perspectivas e atribuições no projeto (metodologia da pesquisa arqueológica, educação patrimonial, fiscalização e reivindicações por parte dos movimentos sociais envolvidos), a complexidade do mesmo, a natureza conflituosa do campo do patrimônio cultural e, por conseguinte, a necessidade de diálogo, concessão e negociação por parte dos envolvidos. Trata-se de um verdadeiro e rico aprendizado, que consiste na relativização de uma das linhas abissais do pensamento ocidental, o monopólio da verdade atribuído a ciência moderna ocidental (SOUSA SANTOS, 2007). Tal abordagem permite a adaptação de protocolos institucionais frente as demandas e reivindicações da sociedade civil organizada e a consideração dos sentimentos e das memórias na discussão e construção do espaço urbano, bem como no fazer arqueológico e nas interações com a cultura material decorrente. Em outras palavras, representa o esforço de equalizar a assimetria de forças envolvidas na preservação e valorização do patrimônio arqueológico brasileiro. Por tudo isso, compreendemos estar diante de um processo

no qual o patrimônio arqueológico pode contribuir na construção de identidades e pertencimento (WICHERS, 2011).

Compreendemos ser este um caso emblemático e paradigmático da complexidade do campo do patrimônio cultural e, particularmente, dos desafios impostos ao fazer arqueológico, que resultam na necessidade de refletir sobre a suas dimensões ética, científica (teórico-metodológica) e social. Nele está clara a interação entre memórias, identidades e patrimônios, por sua vez, em constante processo de construção por meio de seleções, negociações e reinterpretações. Também se impõem os diferentes interesses políticos, econômicos, sociais e culturais das/os agentes envolvidas/os, que abarcam as necessidades urbanas e as vontades de memória que, neste caso, adquirem tons mais fortes devido a dimensão sagrada/simbólica associada aos remanescentes humanos. Este nos parece um exemplo de potenciais conflitos com os quais nos deparamos cada vez mais na prática arqueológica, mas que apresenta uma situação diferenciada de solução, concretamente, uma tentativa de equilíbrio entre os múltiplos atores que estão em cena, independente do poder (político, econômico, científico e simbólico) de suas perspectivas.

Por tudo isso, consideramos que o caso supracitado pode ser compreendido como um claro exemplo de ‘metodologia indisciplinada’, na medida em que foram indisciplinadas “a distribuição topológica do conhecimento teórico e do mundo e a autonomia prática do conhecimento a respeito das relações sociais/vitais” (HABER, 2011, p. 17), subjetivando, a partir de outros lugares que não aqueles que institucionalmente nos levam a construir “nosso privilégio epistêmico, nomeadamente, o reconhecimento, a aprendizagem e a solidariedade” (HARBER, 2011, p. 18). (SALADINO et al. 2020. p. 62/63)”

Ou ainda:

“A conquista obtida com a regulamentação pouco significa se não for acompanhada da organização profissional dos arqueólogos, assim como pela reflexão de como esses profissionais estão sendo formados e capacitados para o exercício de sua profissão, incluindo os aspectos éticos, de respeito às comunidades e responsabilidade com o patrimônio envolvido. Esse é o grande desafio que ainda temos pela frente. (MACHADO, 2020. p. 19)”

Em suma, são muitos os pontos de debate sobre a Arqueologia no Brasil, seu atual momento enquanto profissão, campo de estudo/pesquisa e formação. Não menos importante, suas aplicações, ramificações e consequências dos resultados. Mas e o que fazer com tudo isso? Servimos, enquanto arqueólogos, para que? Ou para quem? Tentarei falar melhor sobre isso no próximo capítulo.

4. O ARQUEÓLOGO E O SEU SUPERPODER

Um projeto de pesquisa que vise atender e entender necessidades humanas é um elemento de discussão e interpretação. Segundo um antigo dicionário que tenho em casa (Luft,

1991), uma das definições do termo política é “maneira hábil de agir e tratar” (p.490). Um arqueólogo, como escreve Alarcão (2000), “fala, pois, de acontecimentos e de normas sociais ou, talvez melhor, de comportamentos sociais normalizados.” (p.37).

A Arqueologia é, como a História, uma ciência humana e social. Ambas lidam com o passado, cada uma à sua maneira. Porém, enquanto no estudo da História o aspecto político é um dos mais considerados e pesquisados, na Arqueologia ele acaba por ficar em segundo plano. Ainda que existam algumas pesquisas e artigos a respeito, faz falta um trabalho mais aprofundado, principalmente relacionando pesquisas arqueológicas ao momento político do local onde se encontram.

Pesquisar a História de uma população é imprescindível. Funari nos lembra que “Como afirmou o arqueólogo alemão Joachim Herrman: “não há sociedade ou homem sem consciência histórica. A Humanidade não pode compreender-se, nem delinear seu futuro, sem apreciar e acolher seu passado” (Funari, 2003. p. 99). Ocorre que a pesquisa sobre o passado não se limita às fontes documentais, existe uma ampla gama de outros métodos de estudo que lidam com a construção do saber pregresso.

A Arqueologia sabidamente se propõe a fazer parte dessa pesquisa. Mas ao lidar com fontes não escritas, a Arqueologia se torna uma poderosa arma de conhecimento. Tânia Andrade Lima diz que “Inúmeros são os exemplos de intervenções do poder na prática arqueológica...o regime nazista na Alemanha...o estado de Israel... potências ocidentais...” (Lima, 1988. p.19). A relação com o poder se torna presença um tanto óbvia no “ser” Arqueológico, como explicita Funari, “A criação e a valorização de uma identidade nacional ou cultural relacionam-se, muitas vezes, com a Arqueologia. Neste caso, predominam com frequência os interesses dos grupos dominantes mediados pela ação do Estado” (Funari, 2003, p. 99).

Assumindo então o papel de detentor de tamanho poder de informação, como lida o Arqueólogo com seu papel? Segundo Hilbert, o pensamento de um Arqueólogo em primeira pessoa poderia ser algo como “Uso minha sabedoria de Arqueólogo para criar histórias a partir das coisas que os outros deixam para trás. Transformo coisas em narrativas. Mas, diferente dos outros cientistas históricos e sociais...o diálogo com a cultura material se dá pela atribuição de sentidos ao próprio objeto” (Hilbert, 2006. p.99). Nessa linha de raciocínio, se o Arqueólogo é quem atribui sentido ao objeto através de sua pesquisa, como ignorar a força política que cabe à essa atribuição?

Em artigo de 2002, Juliani comenta, com propriedade, sobre alguns pontos levantados por Appadurai um ano antes, onde a argumentação sobre o papel político do arqueólogo e da Arqueologia no processo da globalização e políticas do passado se preocupa com o papel exercido pelo Estado e até mesmo pela mídia. Em suas palavras, “Para Appadurai, em ambos os casos, a Arqueologia exerce um papel vital lembrando que ela representa uma chave com a qual os aparatos das nações podem refletir as políticas de memória” (Juliani, 2002. p.58).

Inúmeros são os casos na história mundial em que a pesquisa arqueológica é utilizada como fator de contribuição para confirmação de um ponto de vista social. Se o caso do território de Israel é o mais emblemático ponto de questionamentos sobre hegemonia cultural passada onde a “importância ideológica da Arqueologia em Israel, bem como a grande participação de voluntários nas escavações e na preservação e exibição do material arqueológico, explica-se pela busca de identidade entre o atual Estado judeu e a antiga ocupação hebraica da Palestina” (Funari, 2003. p.101), os exemplos não param por aí, e não somente existem relacionados a grupos hegemônicos atuais, mas também passados.

No México, por exemplo, Lima comenta que “Os astecas legitimaram suas genealogias de autoridade e poder, bem como sua expansão imperialista, sincretizando seu passado com o passado tolteca...” (Lima, 1988. p.20). Já na Rússia, Funari toma emprestado afirmações do arqueólogo francês Paul Briant para demonstrar que a pesquisa arqueológica nacionalista era baseada na tentativa de provar a “pureza” do antepassado local, “porque o nacionalismo russo não estava interessado em que se considerassem os povos atuais da Rússia como relacionados a povos de outras regiões. Do seu ponto de vista, seria melhor afirmar que o território da Rússia nunca foi ocupado por povos de outros lugares” (Funari, 2003. p.102).

Ainda podemos trabalhar diversos outros casos, como a imposição da cultura bretã para justificar o imperialismo (Lima 1988), a disputa Brasil contra Estados Unidos pela datação mais antiga encontrada (Funari 2003) ou mesmo a Arqueologia educacional na República Popular da China no início dos anos 50 do século passado (Lima 1988). Austrália, Argentina, diversos casos no Brasil. A maioria dos países com tendência colonialista ou que trabalhem o sentimento nacionalista. Em todos estes casos a Arqueologia pode e serve como instrumento de legitimação ou de negação de propostas de interpretação históricas.

No que tange mais propriamente ao nosso universo de pesquisa, o Brasil, temos, segundo Lima “o fato das culturas indígenas terem sido desprezadas, marginalizadas e, em grande parte, exterminadas pela etnia branca que a partir do século XVI tornou-se a classe dominante, marcou profundamente a relação do Estado brasileiro com o seu patrimônio

arqueológico” (Lima, 1988 p.22). Ou seja, a dominação e/ou doutrinação arqueológica também se faz presente.

Concordando com Lima, Melchiades comenta que “não podemos esquecer a luta ideológica constante para apagar a memória indígena de nossa cultura, ainda que, mesmo sem percebermos, alguns hábitos como o próprio chimarrão e o consumo do pinhão, sejam “apropriados” dos hábitos indígenas e “reclassificados” como “gaúchos” (Melchiades, 2017. p. 63).

Portanto, além das análises superficiais de números e dados, se mostra necessária uma análise profunda sobre quais razões podem levar a influência política a agir na Arqueologia, a importância da detenção do conhecimento específico, seus usos em sociedade. A preservação da memória como fator essencial de políticas de nacionalização e, principalmente, o esquecimento como arma de dominação ou doutrinação.

A relação do trabalho realizado pelo profissional da Arqueologia com políticas vem sendo discutida cada vez mais, uma vez que a identificação da atividade como política fica cada vez mais presente à nossa realidade. Ainda que sua associação com o nacionalismo e imposições étnico-culturais já fosse prática antiga, como já se podia ver na obra do Alemão Gustav Kossinna, do início dos anos 1900, que “tentou provar que a Alemanha seria o berço dos povos indoeuropeus e o centro de criatividade cultural dos tempos pré-históricos, enaltecendo a pureza e a superioridade racial alemã (Trigger, 1984, p.360), visão que foi utilizada pelos nazistas. (Donatti, 2017. p.42), o pensamento associativo sem a carga nacionalista (a mesma utilizada pela ditadura militar no Brasil) se manifesta de modo mais corriqueiro, induzindo ao pensar arqueológico a tarefa diária de relacionar-se com a política. Johnson (2000) já comentava que “Antes de salir al trabajo el arqueólogo lee los periódicos y se preocupa de la situación que vive el mundo” (p.207). Ou seja, até mesmo para conseguir pensar Arqueologia, devemos pensar política, em algum nível. Nesse sentido, Ávila (2013) afirma que “quero dizer que a Arqueologia, como qualquer outra disciplina científica ou qualquer aspecto da vida não escapa da política” (p.1).

Sendo assim, como ciência que estuda a humanidade, é consenso entre os profissionais que existe a relação e que ela deve ser abordada, certo? Errado. Dissard (2008) faz uma divisão bem interessante quando escreve:

“Some archaeologists perceive their work as excavating things from the ground, interpreting them scientifically and discovering objective facts about the past. Politics,

in this case, should not interfere with the practice of objective science. Any political engagement on the part of the archaeologists is to remain outside of this realm. Opposed to this objectivist view, other archaeologists recognize that any knowledge is contingent on the social conditions of its production. Any reconstruction of the past is in fact a construction which simply mirrors the predominant social and political ideologies of the time. (DISSARD, 2008. p.307)”

Com base no conhecimento adquirido de que a relação Arqueologia e política não é exatamente unânime ou bem vista por todos os profissionais, seguiremos uma linha que defende que não existe prática social sem política. E que negar isso da prática arqueológica é fechar os olhos para o mundo fora da quadrícula. Não quero aqui desmerecer o trabalho de quem não liga os pontos explicitados, mas como profissional e acadêmico, não me sinto capaz de não misturar as coisas. Como já diria Tim Ingold (2012) o mundo é feito de coisas, e habitar esse mundo é participar constantemente de uma reunião sobre ele. E reunião é política, é negociação e é passado, presente e futuro. Logo, é Arqueologia.

Existe, dentro da visão de que a política está dentro da Arqueologia, quer ela queira quer não, também visões diferenciadas. Entretanto, aqui vemos novamente um ponto em comum: a divisão da Arqueologia em outros dois lados, o acadêmico e o de mercado. Esta divisão não faz o menor sentido sob minha ótica, e vou explicar os meus motivos.

Primeiramente, o que se convém chamar de Arqueologia acadêmica é a prática arqueológica vinculada a instituições de pesquisa, onde se realizam projetos de longo prazo e planejamentos, onde professores qualificados pelas suas formações e produção científica compartilham seus conhecimentos com interessados estudantes que sonham em ser professores dedicados também. E a própria Arqueologia acadêmica, quando opta por negligenciar os trabalhos de licenciamento incide em um erro de separação inoportuno.

“Esta omissão é crítica porque a Arqueologia acadêmica (teórica) e a Arqueologia de contrato (prática) são as duas metades de um todo, filosófica e institucionalmente. Por isso, os arqueólogos acadêmicos não podem desvincular-se da Arqueologia de contrato. (HUTCHINGS & LA SALLE, 2015. p.37)”

Já a Arqueologia vinculada à prática de mercado, ou ao licenciamento cultural, é, para o senso comum, o campo de “estudo” onde maus profissionais e pessoas sem preocupação com o patrimônio se vendem ao capitalismo para gerar lucro e explorar outros arqueólogos através da compra de sua produção manual e intelectual. Em resumo, onde se vende destruição patrimonial transvestida de pesquisa.

Essa hipótese acima é, ao meu ver, surreal. Ignorar os problemas enfrentados pelo que se convencionou chamar de Arqueologia acadêmica é quase tão absurdo quanto acreditar que

arqueólogos que fazem parte dos processos de licenciamento são destruidores da ciência. Acreditar que os problemas dessas duas áreas de um mesmo objeto são excludentes entre si, não se relacionam e tampouco sofrem interferências externas de diversos segmentos é ingenuidade.

A primeira das autocríticas a serem feitas na Arqueologia é a de que, como pesquisadores de ciência humana, não podemos generalizar, para o bem ou para o mal. Sem dúvidas, é na academia que reside a base do conhecimento. Nas universidades que estão sendo feitas as pesquisas mais importantes, é lá que se desenvolve o questionamento, a discussão. Mas também é lá que se formam TODOS os profissionais da Arqueologia. Então se tem algo de errado com o profissional, tem também com a sua formação.

Inegavelmente a situação acadêmica no Brasil é composta de variadas emoções. Cientistas não são valorizados. Bolsistas ganham auxílios irrisórios. Prospectos de alunos trabalham em outros empregos pois a iniciação científica é simbólica. A vida de pesquisador, no Brasil, ainda é muito excludente. Em sentido literal, é quase impossível alguém precisar se sustentar e a sua família e se dedicar unicamente à pesquisa no País. Sem nenhuma ajuda externa, sem base financeira familiar, é muito difícil.

Esse caráter elitista da vida acadêmica é por si só um problema, mas não podemos fechar os olhos a outros. Quem, como eu, vive o cotidiano interno de programas de pesquisa, sabe que cada vez mais as políticas externas e internas interferem diretamente na vida dos professores e pesquisadores. E não falo somente de bolsas e salários, concursos e orientações. Falo de verbas, de projetos, de necessidade de produção. Falo de “jogar o jogo político da universidade”. Escreveu dois artigos? Publica um em cada semestre para render mais. Orientando escreveu? Compartilha o nome e todos ganham no currículo. Não quer participar daquele evento chatíssimo organizado pelo financiador? Lamento, bolsa não aprovada.

Resumindo, enxergar que o meio acadêmico também apresenta problemas é imperativo. Funari (2003) diz que “Na medida em que a Arqueologia é uma disciplina científica, possui lugares institucionais de pesquisa que controlam ao menos seis questões básicas: o que deve ou não ser pesquisado, o acesso aos sítios arqueológicos, ao material armazenado, às verbas de pesquisa, aos cargos acadêmicos e aos meios de informação científica encarregados de divulgar os resultados do estudo arqueológico” (p.107). Ainda que não concorde com tanto poder na mão do professor, concordo que essas questões derivam de relações institucionais.

Logo, para além de identificar situações problemáticas na academia e na geração de conhecimento arqueológico derivada dela, é urgente enxergar que a relação de Arqueologia e política já começa dentro do ambiente hoje considerado mais “puro”. Dentro do ambiente acadêmico as escolhas são feitas por política, por negociações. O romantismo acadêmico está morto. A preocupação deve ser o que fazer a partir disso, e não tentar ressuscitar o morto. Urge a necessidade de que professores não sejam colocados em outro patamar com relação aos seus alunos. Todo produtor de conhecimento científico está fazendo o mesmo, ciência.

Sabidamente existirão más intenções e incompetências, e isso é inerente ao ser humano. Qualquer tentativa de negação disso na academia é uma vã tentativa de romantizar a capacidade da nossa classe para além do que precisamos. Arqueólogos também são pessoas. E se comportam como tal. Se algo precisa ser dito sobre a academia é que ela funciona melhor do que poderia. Mas se comporta pior. Principalmente no que diz respeito à sua relação com o mundo exterior. E agora vamos falar do mercado.

A primeira coisa que deve ser esclarecida sobre a prática arqueológica no mercado é que ela é balizada, organizada, formada e referenciada pela prática arqueológica nas Universidades. É lá que se formam os profissionais. E eles são formados para atuar em pesquisas e no mercado de trabalho.

“Tal prática de Arqueologia, executada por imposição legal nos processos de licenciamentos ambientais, é denominada como Arqueologia Preventiva por prevenir danos ao patrimônio arqueológico, ou ainda, rotulada como Arqueologia de Contrato (AC), uma “forma de relação na qual a Arqueologia oferece serviços profissionais aos projetos de desenvolvimento”, conforme Gnecco e Dias (2015, p. 4). Designada por Monticelli (2010, p. 14) como “Arqueologia em obras de engenharia”. (GOMES, 2018. p.17)

As diversas críticas feitas da academia para o mercado devem, portanto, ser encaradas também como críticas à formação e aos formadores de Arqueólogos. Certamente é a hora da autocrítica acadêmica.

Sobre o distanciamento ocasional optativo de alguns setores do que chamamos de Arqueologia acadêmica, Almansa (1994) comenta que “Por lo que respecta a los profesores universitarios, son reconocidos por el resto de la profesión como “los especialistas”, con lo cual a la imagen del científico distorsionador se une ahora la del particularismo desproporcionado y casi egoísta. En realidad, esa imagen se nutre ya con bastantes ingredientes en el seno mismo de las universidades, donde resulta bastante frecuente la obtención de una parcela-refugio lo

más al margen posible de problemas extraacadémicos, con lo cual lo que llamaba una responsabilidad difusa termina por difuminarse totalmente.” (p.71)

Após isso, vamos a algumas considerações sobre a prática arqueológica de mercado, normalmente aplicada ao licenciamento. Primeiramente, Zarankin e Pellini (2012) elaboram um breve histórico até a data da publicação, e irei me utilizar dele para contextualizar a prática:

“No Brasil, embora uma das primeiras tentativas de se criar uma legislação específica de defesa do patrimônio arqueológico remonte à década de vinte do século passado, com o Projeto de Lei elaborado por Alberto Chield, então presidente da Sociedade Brasileira de Artes Plásticas, foi somente com a Lei Federal 3924 de 26/07/61, que confere proteção genérica ao patrimônio arqueológico, que se criou no país um instrumento efetivo para a salvaguarda dos bens arqueológicos. A lei proíbe, em todo território nacional, o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas. (ZARANKIN; PELLINI, 2012. p.49)”

A proteção legal existe, portanto, a partir de 1961. Entretanto, sua eficácia dependia muito mais da boa vontade das pessoas do que do aparato legal criado em torno do patrimônio. Como afirma Prous (1992) “Em 1961, conseguiram que uma legislação fosse promulgada: infelizmente, embora muito avançada, ela era de aplicação difícil, principalmente pela falta de recursos humanos. Incentivaram, portanto, a realização de cursos e estágios de formação, onde os primeiros profissionais brasileiros receberiam a orientação de especialistas estrangeiros” (p.13). Com o final do regime militar e os estudos da reabertura democrática, o patrimônio é citado “A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, parágrafo X, ampliou a proteção estabelecida pela Lei 3924/61, tornando os bens arqueológicos bens de interesse público” (idem).

Dentro deste espaço de tempo, outras leis surgiram e auxiliaram na proteção legal do patrimônio arqueológico:

“A Lei 3924/61 e a Constituição de 1988 não são os únicos instrumentos jurídicos que versam sobre o Patrimônio Arqueológico. A Lei Federal nº 6.766, de 19/12/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, informa em seu artigo 13, inciso I, que somente aos Estados é permitido o exame e a anuência para projetos de loteamento e desmembramento urbano quando os mesmos forem localizados em áreas de especial interesse arqueológico. Já a Lei 9.605, de 1998, sobre Crimes Ambientais, que impõe sanções penais e administrativas a condutas de atividades lesivas ao meio ambiente, dispõe, em seu Capítulo 5, Seção 4, penalidades relativas aos crimes contra o patrimônio cultural. Os artigos 63, 64 e 65 da mesma lei atribuem penas de reclusão, detenção e multa a quem alterar, danificar ou descaracterizar locais de especial interesse arqueológico. (PROUS, 1992. p.49)”

Ainda que à época da constituição, portanto, existe um pacote legal devidamente específico sobre o patrimônio arqueológico. Entretanto, sua aplicação específica era restrita em dois aspectos. O primeiro é que obras e interferências em solo de pequeno e médio porte não sofriam fiscalização, logo, não havia a preocupação com o preservar. Quem efetivamente cumpria a própria legislação eram os governos, em seus níveis municipal, estadual e federal. Deriva daí o nosso primeiro estudo de caso, Itaipu. O segundo é que a prática arqueológica era diferente no Brasil. Os próprios Zarankin e Pellini falam sobre isso na sequência do seu texto:

“Embora esse conjunto de leis tenha regulamentado e protegido o Patrimônio Arqueológico, elas nunca tiveram grande influência na prática da Arqueologia no Brasil, que era realizada basicamente dentro dos centros acadêmicos a partir de agendas que atendiam aos interesses quase que exclusivamente científicos. Era nossa “aldeia de iguais. (ZARANKIN; PELLINI, 2012. p.50)”

Porém, as coisas mudam. E a legislação do patrimônio também sofreu alterações. Seguindo ainda a narrativa contada por Zarankin e Pellini, seguimos:

“O cenário começa a mudar em 1986, com a publicação da Resolução nº 001/86 do Conselho Nacional de Meio Ambiente, o CONAMA. Criada no sentido de estabelecer critérios para a avaliação de impactos ambientais promovidos pela implantação de empreendimentos, a Resolução nº 001/86 do CONAMA, incluiu em seu texto a obrigatoriedade de estudos sobre os bens culturais como componente do diagnóstico ambiental para o meio socioeconômico. Como consequência desta e da Resolução nº 237/97 (que divide o Licenciamento em três fases: Licença Prévia, de Instalação e de Operação – LP, LI e LO), também do CONAMA, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, editou a Portaria nº 230, em 17 de Dezembro de 2002, que passou a considerar a necessidade de compatibilizar as fases de obtenção de licenças ambientais com a apreciação e acompanhamento das pesquisas arqueológicas no país.

A promulgação da Resolução CONAMA nº 001/86 e da Portaria IPHAN nº 230 teve um profundo impacto na Arqueologia brasileira, pois, a partir de 2002, todo empreendimento, privado ou público, com determinados níveis de impacto ambiental, passou a ser obrigado a realizar uma série de estudos de impacto ambiental, dentre os quais os arqueológicos. Como consequência, surgiu um novo tipo de prática arqueológica - e um novo tipo de arqueólogo -, já não orientada pela academia, mas pelo mercado, a Arqueologia de Contrato. (ZARANKIN; PELLINI, 2012. p.50)”

Analisando os citados acima, podemos perceber que a Arqueologia e a preservação ou preocupação legal com o patrimônio arqueológico foram, com o tempo, sendo cada vez mais vinculadas ao licenciamento, sobretudo ambiental. Embora contando com abordagem especializada e técnica, o licenciamento arqueológico acaba por se assemelhar, em fases e prazos, deveras ao do meio-ambiente, regulado por outras instituições que não o IPHAN.

Este histórico representa bem a evolução legal até a data da publicação. Porém, duas grandes mudanças ainda estariam por ocorrer em aspectos legais relacionados à prática arqueológica após o ano de 2012. Elas são a publicação da Instrução Normativa 01/2015 e a Lei 13.653/2018.

Quanto à IN 01/2015, temos uma série de interpretações e críticas, negativas e positivas. A norma da lei assinala que:

“Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, quando instado a se manifestar nos processos de licenciamento ambiental federal, estadual e municipal em razão da existência de intervenção na Área de Influência Direta - AID do empreendimento em bens culturais acautelados em âmbito federal.” (BRASIL, 2015¹⁰).

Nos artigos subsequentes, são estipulados diversos parâmetros para a aplicação dos procedimentos, com classificações e especificações que, se trazem à tona discussões teórico-metodológicas, também servem para organizar os processos de licenciamento, facilitando suas análises. O papel do IPHAN na relação do profissional da Arqueologia com o patrimônio em breve será abordado.

Ainda sobre a IN01/15, é estabelecida a correlação entre licenciamentos e órgãos, com a implicação ou motivação da manifestação do IPHAN a partir de órgãos ambientais de âmbitos municipais e estaduais. Para maiores informações, o site do IPHAN¹¹ disponibiliza um resumo e uma seção de dúvidas frequentes que é indispensável para quem pretende se atualizar a respeito.

Além da última das legislações para aplicação da prática profissional da Arqueologia, o último ponto marcante a ser abordado nesta contextualização é a Lei 13.653/2018, que versa sobre a regulamentação da profissão de Arqueólogo. Aqui temos o ponto final de uma longa discussão formativa, onde pairavam dúvidas sobre quem era considerado arqueólogo e quais as razões das condições para sê-lo, uma vez que a formação de graduação em Arqueologia, salvo os últimos anos, sempre foi escassa no Brasil. Afere a lei que:

Art. 2º O exercício da profissão de arqueólogo é privativo:

¹⁰ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Instrucao_normativa_01_2015.pdf>.

¹¹ www.portal.iphan.gov.br

I - dos diplomados em bacharelado em Arqueologia por escolas oficiais ou reconhecidas pelo Ministério da Educação;

II - dos diplomados em Arqueologia por escolas estrangeiras reconhecidas pelas leis do país de origem, cujos títulos tenham sido revalidados no Brasil, na forma da legislação pertinente;

III - dos pós-graduados por escolas ou cursos devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação, com área de concentração em Arqueologia, com dissertação de mestrado ou tese de doutorado sobre Arqueologia e com pelo menos dois anos consecutivos de atividades científicas próprias do campo profissional da Arqueologia, devidamente comprovadas;

IV - dos diplomados em outros cursos de nível superior que, na data de publicação desta Lei, contem com, pelo menos, cinco anos consecutivos, ou dez anos intercalados, no exercício de atividades científicas próprias do campo profissional da Arqueologia, devidamente comprovadas;

V - dos que, na data de publicação desta Lei, tenham concluído cursos de especialização em Arqueologia reconhecidos pelo Ministério da Educação e contem com, pelo menos, três anos consecutivos de atividades científicas próprias do campo profissional da Arqueologia, devidamente comprovadas.

Parágrafo único. A comprovação a que se referem os incisos III, IV e V do **caput** deste artigo deverá ser feita nos termos do regulamento desta Lei. (BRASIL, 2015.)”

Não entrando nos méritos da decisão, a elaboração de uma referência é importante quando se trata de uma classe incipiente, principalmente em termos de formação e mercado. Por isso a importância da lei, valorizando a existência e possibilitando uma maior organização dos arqueólogos e arqueólogas de todo o país.

A prática profissional da Arqueologia se encontra, então regulada e regulamentada. Estamos passando por um momento de calma para discutir métodos de pesquisa e aproveitar os conhecimentos adquiridos e debatidos para fazer uma Arqueologia cada vez mais preocupada com o patrimônio. Certo? Errado!

Primeiramente, é essencial falar sobre as mais severas críticas sobre a profissionalização da Arqueologia. São questões referentes ao modo de realizar uma pesquisa científica com prazos e demandas de cronogramas não científicos. Pedro Funari, da Unicamp desponta como um crítico não somente da Arqueologia profissional, mas ao campo como um todo na questão do Brasil. A manutenção do *establishment* formado por uma Arqueologia elitista parece ser o grande mote de críticas dele, principalmente em seus trabalhos de 1994 e 2000.

Tânia Andrade Lima manifesta sua preocupação com o exercício da atividade arqueológica quando escreve que

“cabe aos profissionais que à área se dedicam uma conscientização quanto aos possíveis usos políticos do seu objeto de estudo, uma avaliação quanto ao seu grau de envolvimento com os sistemas vigentes e uma reflexão quanto aos condicionamentos

e influências determinados pelos seus próprios valores e ideologias, de modo a alcançar uma maior objetividade e menor comprometimento em seus resultados. (LIMA, 1988. p.19)”

E afirma ainda que as práticas arqueológicas devem ser usadas como bandeiras, quando comenta que “começam a se esboçar tentativas de utilização da pesquisa arqueológica, como nas justas questões da demarcação de terras indígenas e da preservação da memória negra” (p.27). Ou ainda quando afirma que

“o fato de as culturas indígenas terem sido desprezadas, marginalizadas e, em grande parte, exterminadas pela etnia branca que a partir do século XVI tornou-se a classe dominante, marcou profundamente a relação do Estado brasileiro com o seu patrimônio arqueológico, caracterizada pelo interesse na preservação da memória dos vencedores, reservando-se aos vencidos, índios e negros, o paternalismo ou o esquecimento. Como agravante, além da questão dos neobrasileiros não se identificarem etnicamente com as culturas indígenas pré-históricas, os seus restos, sem qualquer traço de monumentalidade, raramente suscitam admiração, com algumas poucas exceções. (LIMA, 1988, p.24)”

Porém, ainda que com diversas críticas e pedidos de atenção de experientes arqueólogos no que tange à prática profissional, em minha opinião a maior problemática para as críticas realizadas ao exercício da atividade estão no campo da formação. A discussão teórica da universidade acaba por isolar o exercício da profissão para qual o curso de graduação forma, e essa negligência ou omissão acaba por formar os profissionais deficitários que serão criticados ali adiante. Isso, evidentemente, descontando a porcentagem (espero que mínima, porém não esquecida) de maus profissionais intencionais ou falsificadores. Este caso não é de crítica acadêmico-metodológica, e sim de investigação criminal e polícia.

Finalizando a abordagem que começa dicotômica, mas se mostra intrínseca, Penin (2010) deixa claro, citando Bourdieu, que “ou seja, para uns, o que existe é uma “ciência pura”, livre de todas as necessidades sociais; para outros, há uma “ciência escrava” das demandas político-econômicas (Bourdieu 2003:201 apud Penin 2010 p.46). Ledo engano, enquanto trabalham juntos, os profissionais e seus formadores, temos as diversas atividades não inerentes à profissão:

“o campo científico da Arqueologia é marcado por grande heteronomia, e a influência direta de fatores externos a ela é imensa. Posto de outra forma, os arqueólogos têm hoje de encetar diálogo com vários atores sociais: os órgãos patrimoniais, as fundações de fomento à pesquisa (no caso da Arqueologia acadêmica), os empreendedores (para a Arqueologia de contrato), os órgãos ambientais (em sua função licenciadora), os Ministérios Públicos Federal e Estadual (em seu papel de fiscal da Lei), as comunidades locais com algum tipo de interesse na questão científica

e/ou patrimonial (aí incluídos grupos indígenas, sociedades quilombolas, grupos ribeirinhos, etc.), dentre outros. (PENIN, 2010. p.49)”

Neste sentido, ainda cabe ressaltar que, a partir da legislação e da promulgação da Instrução Normativa (lembrando que a única norma de patrimônio com força de lei ainda é a de 1961) a principal discussão que se forma é a da função e responsabilidade do Arqueólogo em seu exercício profissional. Com as novas legislações e procedimentos técnicos formalizados na IN 01/2015 e legislados pela regulamentação da profissão, surge um ente superpoderoso no processo de licenciamento. O Arqueólogo. Quanto a isso, Funari e González afirmam que:

“A principal questão ética, porém, está relacionada à inclusão do público na prática arqueológica e em seu discurso. Entendemos o público não apenas como os grupos locais, as comunidades étnicas e os alunos, mas também a sociedade em geral que lê revistas e desfruta de programas sobre ciência popular no rádio e na televisão. (FUNARI; ROBRAHN-GONZALEZ, 2008, p.18)”

Ainda que concordando com os dilemas impostos nas questões éticas e de extroversão propostas acima, cabe apenas ressaltar a temporalidade da citação, acrescentando um elemento que, na opinião deste autor, pode ser o arqui-inimigo ou o melhor parceiro das aventuras dos heróis arqueológicos, a internet. Mas sobre isso iremos discorrer em capítulos mais adiante.

É no conhecimento técnico-científico do Arqueólogo responsável pelo projeto que repousam as expectativas de cumprimento de prazos do contratante, de excelência de trabalho do órgão fiscalizador, de preservação de patrimônio e publicação de resultados dos pares, e, principalmente, de devolução de conhecimento por parte da sociedade. Para chegar nesses resultados, o Arqueólogo possui poder, muito poder. Pode interferir em calendários, recomendar multas, impossibilitar partes de um licenciamento que até “ontem” nem participava. Pode melindrar dados dos pares, publicar meias informações. Reservar mercado e criticar colegas com força suficiente para prejudica-los neste mercado. E, mais perigoso do que todas as anteriores, pode não inserir a comunidade na Arqueologia. Sem as pessoas de agora, as do passado tem serventia?

Assim, temos, arqueólogos do mercado de trabalho, grandes poderes. E com grandes poderes vêm grandes responsabilidades, já dizia um aracnídeo muito famoso. Porém, analisando as principais discussões práticas sobre a Arqueologia no Brasil, as críticas são direcionadas, em sua grande maioria, aos profissionais que atuam no licenciamento. As mais comuns são o trabalho raso, a falta de capacidade de preservação, a “ciência” feita a toque de caixa e, principalmente, a falta de capacidade das equipes técnicas.

Teremos, mais para frente ou mais para trás neste trabalho, opiniões sobre as críticas. Mas hora agora é de falar do superpoder. E esse superpoder pode ser definido com uma palavra: INFORMAÇÃO. E a maneira que o Arqueólogo lida com ela em todos os seus níveis. Esta discussão será realizada a partir de agora, e exemplos dos casos dos capítulos anteriores irão explicitar os motivos pelos quais os poderes atribuídos aos arqueólogos foram aumentando exponencialmente, conforme Hilbert (2020) “O poder de explicar e controlar o tempo e os espaços arqueológicos. “Quantos anos têm essas pedras, de onde vêm, como funcionam as coisas?” É como viajar no tempo. É magia pura! É muito poder nas mãos de um simples arqueólogo.” (p.75). Complementar a essa análise, porém não menos importante, diagnosticar as ramificações dos tipos de uso do superpoder arqueológico com o passar dos anos e explicitar consequências dos tipos de uso.

4.1. UM SUPERPODER NÃO USADO – OS REMANESCENTES DE ITAIPU

A Usina Binacional de Itaipu e sua construção são marcos no mercado hidrelétrico mundial. O tamanho e a capacidade de geração de energia são referência, bem como a rapidez da obra. Porém, uma realização desta magnitude não anda sozinha, e muito menos gera apenas contentamento entre os afetados, direta ou indiretamente.

“Se por um lado o País ganhou com essa fonte de energia, consolidando o parque industrial no sudeste e sul do Brasil principalmente, por outro acarretou diversos impactos de cunho social no âmbito de várias localidades” (Ribeiro Et al 2012 p.3). A afirmação corrobora com a pergunta feita por Galvão e Bermann: “como e por que os direitos das populações atingidas pela construção de usinas hidrelétricas não são respeitados? ” (p.209). Para começar a tentar responder esta pergunta, precisamos do entendimento dos territórios a serem explorados/alagados.

Ribeiro et al (2012) comenta que “o território mantém uma relação intrínseca com o poder político” (p.2). Ou que “se não houver uma relação de poder, não existe o território em si” (idem). Um território como o de Itaipu, portanto, carrega consigo uma importância política de larga escala. Considerada “a maior hidrelétrica do mundo e um dos principais “monumentos” do desenvolvimentismo da ditadura” (Koling 2011. P.1), Itaipu carrega consigo não só a monumentalidade da obra e os resultados energéticos dela, carrega consigo questões sociais, e que são pertinentes ao Arqueólogo.

Piacenti et al (2003) escreve que, para se analisar o impacto de uma obra do porte de Itaipu, existem diferentes aspectos a serem considerados. No que diz respeito ao licenciamento cultural, comenta que:

“Na área social, são várias as ações que modificam o perfil da sociedade de cada município e região. As mais impactantes são as de reassentamentos, desapropriações e migrações que alteram o sistema populacional microrregional. Esse movimento de população é caracterizado pela demanda de mão-de-obra para a construção das barragens, pela expulsão de famílias do seu habitat de origem e pela dinamização do comércio e da indústria local com os fluxos migratórios. (PIACENTI et al, 2003. p.106)”

Para o caso específico, Koling comenta, em seu artigo de 2012 que “A multiplicidade dos sujeitos e interesses envolvidos dimensiona a complexidade à pesquisa histórica que tem por objeto o processo de construção de Itaipu” (p.2). Sobre os números em conflito da Itaipu, Ribeiro et al de 2012 fala que:

“Somente no território brasileiro, mais de quarenta e duas mil pessoas foram afetadas pela chegada das águas do reservatório, sem contar do lado paraguaio. É um grande deslocamento migratório para o período. A região oeste como um todo teve 11,42% de sua população deslocada de alguma forma, seja dentro do território do próprio município, para outros estados ou regiões, e até mesmo para outros países. Em alguns dos municípios o deslocamento de pessoas foi superior a dez por cento, se comparado ao percentual total de sua população. Os casos mais expressivos são dos municípios de Santa Helena (31,37%), São Miguel do Iguaçu (23,71%), Marechal Cândido Rondon (16,70%) e Foz do Iguaçu (11,32%). É valido lembrar que, situações de conflito ocorreram entre a Itaipu e as pessoas que moravam sobre a terra que haveria de ser alagada. (RIBEIRO et al, 2012. p.7)”

Maggi (2015) vai além. Afirma que, por se tratar de uma obra binacional e que coadunou elementos jurídicos de ambos os países, Itaipu seria mesmo um território, subordinado, porém com aplicações legais únicas. Contando com a questão migratória, em que localidades perdem quase 30% da população enquanto a cidade-base Foz do Iguaçu ganha mais de 100%, Maggi comenta:

“Desse ponto de vista, Itaipu responde ao interesse de integração nacional preconizado pela política de ocupação do território brasileiro principalmente no período da ditadura militar. Segundo Souza (2002), apesar da diminuição entre 10 a 30% da população que habitava o território agora ocupado pelo lago da barragem, a construção de Itaipu promoveu um grande crescimento demográfico no município de Foz do Iguaçu que tinha cerca de 34 mil habitantes em 1970 e passou a ter 190 mil em 1991, ano de inauguração da 18ª turbina. Dessa maneira, num único movimento Itaipu constituiu um território próprio e é instrumento na definição de parte do território brasileiro e paraguaio. Um território que define outros dois. (MAGGI, 2015. p.58/59)”

Ainda na esfera crítica dos autores sobre o posicionamento do empreendedor, no caso, o governo, quanto aos residentes do local, temos novamente Galvão e Bermann dizendo que “nos últimos 20 anos, processos de democratização do país que vêm sendo esvaziados e subsumidos por técnicas de governo que, sob o manto de uma desenfreada modernização que quer se fazer passar por avanço social, proliferam-se e banalizam-se inúmeras formas de violência que acompanham o processo de desenvolvimento” (p.212).

Ou seja, na esfera humana, a questão de quem já morava na área se demonstra prioritária. Mas e os indígenas da região? Não houveram negociações com os povos originários? Muito poucas. Sobre isso, Koling (2011) nos escreve que:

“A maioria dos expropriados viviam no meio rural e eram famílias de colonos que haviam migrado para essa região durante as décadas de 1940 a 1960, vindos do RS e de SC. Suas origens socioculturais (étnica e religiosa) eram marcadas pela língua materna (italiana, alemão, polonesa e ucraniana) e religião católica ou luterana, bem como pela predominância da agricultura familiar e uma visão valorativa do trabalho e da produção agrícola, com uma noção da propriedade da terra enquanto legado para os filhos. Praticamente, já havia passado o período de uma geração, 25 anos, quando as obras da Itaipu foram iniciadas em 1975. Distintamente desse grupo social, os povos Ava-Guarani que viviam na reserva em São Miguel do Iguacu, tinham perdido a grande maioria da terra do seu tekoá e foram “confinados” na pequena faixa (de 100 a 200 m de largura) da orla do lago nas imediações onde viviam às margens do Paranazão, chamada Reserva do Tekoá do Ocoí (cf. RIBEIRO, 2002). (KOLING, 2011. p.05)”

Os estudos sobre os desapropriados possuem, portanto, um foco maior na questão dos proprietários e posseiros da colonização de meados do século passado, estabelecidos na região ao menos a uma geração. A questão indígena já era complicada anteriormente, com os habitantes originários tendo que se recolher à pequenas porções de terras e contando com a ajuda de grupos missionários:

“Aquilo que convencionalmente consideramos como movimento dos expropriados pela Itaipu enfoca as práticas sociais dos atingidos de origem nacional, não-índios, e apesar das indicações de unidade das injustiças, que incluía colonos, índios e pescadores/ilhéus, o Movimento Justiça e Terra (MJT) e a ação da CPT voltava-se os colonos (proprietários e posseiros) e comerciantes. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) engajava-se na luta indígena, onde as injustiças eram mais gritantes, pois não foram indenizados, e a marginalização mais acentuada e prolongada. A área do Tekoá Añetete, com mais de 1.700 hectares, em Diamante do Oeste/São Miguel do Iguacu, só foi conquistada em 1997 e o Tekoá Itamarã, outra pequena área, foi posterior e isso. (KOLING, 2011. p.05)”

Temos então uma situação em que:

“A situação de posseiros e proprietários em relação a empresa Itaipu Binacional ocasionou muitos impasses e conflitos, pois, não somente o valor agregado a terra e as benfeitorias, tem-se também a afetividade e os vínculos sociais criados nessas localidades e que seriam cobertos pelas águas.

Assim, quando as águas chegaram, aqueles todos sem exceção tiveram que se retirar de suas casas tomando novos rumos. Uma das opções dos agricultores que saíram das terras ocupadas pelo Lago de Itaipu foi a compra de terras nas áreas próximas a região e no próprio estado do Paraná.

Alguns agricultores migraram para as regiões Centro-Oeste e Norte do País. Fatores como as terras nestas regiões terem o valor reduzido, a política de retirada de incentivos para as plantações e a indenização compulsória pela Binacional de Itaipu.

Alguns dos expropriados pela Hidrelétrica de Itaipu emigraram em direção a Republica do Paraguai se somando a brasileiros que já produziam no pais vizinho.

Com o incentivo do governo para a expansão das fronteiras agrícolas, muitos dos proprietários que não foram afetados pelas ações da Itaipu, atraídos pelos baixos custos das terras nas novas áreas e no intuito de aumentar sua área de trabalho, optaram por vender suas áreas e mudar-se para novas regiões. Assim, uma boa porcentagem da população expropriada do Lago de Itaipu, manteve-se no município de origem, comprando as áreas das pessoas que se aventuraram para novas regiões do Brasil.

Outra porcentagem dos expropriados de Itaipu, acabaram abandonando o serviço rural e migrando para as cidades auxiliando o êxodo rural nas regiões alagadas.

Pode-se concluir que o impacto social foi muito grande na região afetada pelas ações da Usina Hidroelétrica de Itaipu Binacional. O município além de sofrer com a perda de parte de sua área produtiva, o que impactou sobre os rendimentos econômicos do município, também sofreu com a migração de pessoas, que significam força de trabalho, além dos vínculos culturais do município. (RIBEIRO et al, 2012. p.8/9)”

A questão que se impõe prioritária nos estudos populacionais dos afetados pela construção de Itaipu então diz respeito aos novos proprietários de terras, a partir do início dos anos 1990, e dos posseiros, usuários das terras de contato ainda mais recente. A falta de percepção sobre os povos originários deve, aqui, chamar a atenção, para logo à frente ser retomada.

Antes de entrar na questão arqueológica em si, cabe ainda mais um questionamento: como tirar tanta gente de suas casas e não causar uma revolta popular? Temos as explicações em diversos artigos, mas resumidas no capítulo escrito por Galvão e Bermann do livro que trata especificamente das questões da geração de energia e sociedade de 2017. A primeira questão é referente ao processo midiático. Investe-se pesado no controle das informações para que a “opinião pública” fique ao lado do empreendimento. Como? O maior mote é a “segurança energética”, o temor do “apagão” e a “necessidade urgente” da realização do empreendimento.

Assim, temos:

“A alegada crescente demanda por eletricidade do país encontra, na opinião pública uma aceitação generalizada. Isto porque ninguém quer que falte luz, que ocorram “apagões”, pois a disponibilidade de energia elétrica é absolutamente vital para que a população brasileira, sem distinção de classes, possa usufruir das benesses que os diferentes serviços energéticos proporcionam (iluminação, refrigeração, força-motriz para os equipamentos eletrodomésticos e máquinas industriais, entre outros). (GALVÃO; BERMAN, 2017. p.214)”

Na segurança energética, apoia-se a justificativa de omissão quanto aos casos das pessoas afetadas, onde:

“A eletricidade é o marco civilizatório da modernidade. Em qualquer parte do planeta, nos grandes conglomerados urbanos, nas pequenas vilas rurais, a humanidade não pode mais prescindir da eletricidade. Daí, a “segurança energética” aparece como objetivo supremo de qualquer governo, mesmo que para se atingir este objetivo, o meio ambiente e as populações atingidas pelas obras tenham de ser desconsiderados. (GALVÃO; BERMAN, 2017. p.215)”

Além disso, questões econômicas “Via-de-regra, as previsões de crescimento do PIB são superdimensionadas, o que também superdimensiona a demanda energética prevista.” (p.214) e políticas “o enorme interesse governamental, e seu amálgama com os interesses empresariais, na produção hidrelétrica e na projeção de futuros aproveitamentos hidrelétricos apresentados de forma recorrente em diversos documentos.” (p.215). Ou ainda os dois últimos pontos abordados pelo livro, que falam sobre as premissas nem tão verdadeiras sobre a energia hidrelétrica:

“Concorre, também, a frequente alegação de que a hidroeletricidade é uma fonte “limpa” e “renovável”, fazendo referência à questão ambiental e os benefícios de sua utilização face às emissões de gases de efeito estufa (GEEs) nas usinas termelétricas que utilizam fontes fósseis como os derivados de petróleo (óleo diesel e óleo combustível), carvão mineral e gás natural. Cabe lembrar que o aumento das emissões de GEEs de origem antropogênica é o fundamento central no qual se apoiam os documentos elaborados pelo IPCC (sigla em inglês para o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas) e que balizam o debate internacional atual em torno da necessidade de redução destas emissões (incluindo o desflorestamento através das queimadas) decorrentes da ação do homem. (GALVÃO; BERMAN, 2017. p.215)”

E a falsa promessa de economia:

“Aqui também comparece outro elemento que sensibiliza a opinião pública em favor da hidroeletricidade, que é a alta dos custos de geração com o acionamento das usinas termelétricas para suprir a demanda, o que refletiu numa vigorosa alta nas tarifas de eletricidade no país, em virtude da recente crise hídrica. (GALVÃO; BERMAN, 2017. p.216)”

Tem-se, então, o enredo perfeito para a rápida expansão do empreendimento e anulação dos habitantes diretamente afetados. A ditadura militar certamente não é um fator atenuante nas negociações. Como é objeto de estudo até hoje, expropriações para obras de infraestrutura são um assunto complicado e que geram diversos estudos. Portanto, da parte que me cabe considero esta breve discussão introdutória o suficiente para passarmos ao próximo tópico. A figura do Arqueólogo no processo.

4.2. A ARQUEOLOGIA DE GRANDES EMPREENDIMENTOS – RAMIFICAÇÕES DO NÃO DITO

Qual deveria ser o papel do Arqueólogo em toda essa discussão territorial, pertencimento e “progresso necessário”?

Primeiramente, quero deixar claro que, como cientista e entusiasta da ciência que faço, gostaria que a resposta fosse romântica: Estudar até esgotar todo o material ou campo de pesquisa para só então pensar em realizar o empreendimento. Ou ainda fora da realidade do país: Todos os Arqueólogos se unindo e impedindo a realização da obra, através de boicote (se ninguém escava não licencia) ou de impeditivos legais, com auxílio do órgão de classe. (aqui inexistente, seria algo como pedir para o IPHAN – governo, impedir o governo de realizar algo que o próprio governo considera essencial).

Manifesta minha vontade, pesarosamente digo que nenhum destes dois caminhos é possível. Hoje. Quiçá na época do empreendimento em tela, em plena ditadura militar. Partimos então para uma análise do que acontece nas obras de hidrelétricas frente ao patrimônio arqueológico, o que se entende hoje como o caminho a ser seguido e o que foi feito no projeto em análise. Mais uma vez ressalto que a crítica é contextual, não conceitual. O trabalho realizado em Itaipu foi, para o momento, de uma qualidade excepcional.

Para inicializar a argumentação, tomarei como base um artigo publicado por Carlos Fausto em 2015, onde trata da responsabilidade de Antropólogos e Arqueólogos, no que se trata de aspectos sociais de contratos. Ainda que seja um artigo que trata de duas áreas, irei aqui me utilizar de suas ideias para referendar as minhas sobre a Arqueologia, campo que estudo.

Bastante crítico ao que chama de “ciência do contrato”, Fausto comenta sobre a falta de reflexão que surge em um trabalho de campo pressionado pelo prazo do empreendedor, ainda mais no contexto estatal. As reclamações sobre prazo inexecutável e atrasado perante o andamento das obras também são plausíveis dos cientistas. No decorrer do texto, são realizados questionamentos quanto a um trabalho de Arqueologia realizado no Xingu, para exemplificar a falta que alguns questionamentos podem fazer na hora das conclusões.

A primeira discussão que Fausto faz é a questão legal. Como já foi falado aqui, o Arqueólogo profissional do licenciamento possui, teoricamente, muito poder. Informação é poder. Porém, uma questão ética e subjetiva permeia este poder, a da contratação.

“O importante, no entanto, é que se compreenda que foi o empreendedor quem contratou a empresa de consultoria e esta apresentou o projeto de diagnóstico ao IPHAN, que então expediu uma permissão de pesquisa. Bem, mas não é assim mesmo que funciona em “Arqueologia de contrato? (FAUSTO, 2015. p.207)”

Ainda que possa ser visto por “puristas” da Arqueologia como ofensivo, este questionamento é absolutamente pertinente e não só pela possibilidade do profissional de Arqueologia “se vender” ao mercado. A discussão precisa evoluir ao âmbito da proteção legal do arqueólogo. Se o IPHAN apenas julga e ordena, sejam propostas como procedimentos e resultados, quem protege o profissional das pressões externas por resultados esperados pelo seu próprio contratante?

É interessante analisar o ponto do autor, que não se limita a relação básica e possivelmente conflitante empreendedor – arqueólogo. Conforme segue:

“Hoje, boa parte da Arqueologia brasileira é realizada graças aos contratos de “salvamento”. Não sou contra essa atividade; ela é necessária e os arqueólogos devem cumprir a função que lhes cabe na garantia do patrimônio cultural. Mas para tanto devem entender, primeiro, que seu compromisso de base é com esse patrimônio e não com a contratante; segundo, que a disciplina científica não pode acomodar-se aos padrões da atividade de contrato, feita por prazo e encomenda. Se a Arqueologia for toda ela de contrato, não se perderá apenas em conhecimento, perder-se-á também em legitimidade para agir na preservação do patrimônio. Ou será que, no Brasil, o contrato virou um fim em si mesmo?”

Os arqueólogos precisam, ademais, dedicar-se a aperfeiçoar a legislação, como fizeram os antropólogos, junto com outros atores sociais, durante a Assembleia Constituinte, fato que conduziu a uma das mais avançadas constituições do mundo em termos de direitos de povos autóctones. É necessário estabelecer regras mais rígidas para o licenciamento e mecanismos de controle social sobre a qualidade dos trabalhos realizados. É preciso buscar tornar mais públicos e mais transparentes tanto os mecanismos de escolha das empresas de consultoria, como os resultados advindos dessas atividades. (FAUSTO, 2015. p. 212)”

Ou seja, não adianta apenas a briga interna por uma melhor formação e por melhores profissionais. Lisura, transparência, legislação, amplitude de divulgação de resultados, mesmo quando contrariam a comunidade acadêmica. Passou da hora de Arqueólogas e Arqueólogos pararem de se acusar uns aos outros e trabalharem em prol, além do patrimônio e de si mesmos, dos próximos arqueólogos. Eles que vão seguir protegendo as “nossas coisas”. E para esses, me parece cada vez mais, só sobram migalhas intelectuais e enxurradas de críticas.

A produção de resultados de pesquisa conflitantes vai além. Se acaso uma pesquisa realizada fere uma tradição de povos originários, é sabido que o IPHAN, como órgão que protege também o patrimônio imaterial¹², indefere o resultado se não for extensamente comprovado. A problemática se dá na esfera jurídica, onde um relatório preliminar ou de diagnóstico arqueológico possui valor de laudo, inferindo diretamente nos processos de reconhecimento de terras e lugares sagrados dos povos supracitados.

Questões como estas parecem óbvias para o entendedor da Arqueologia. Mas para o profissional envolvido no processo esta discussão é absolutamente imprescindível. Enquanto sabemos que

“A Arqueologia não pode nem deve ser apenas um conjunto de resultados desconexos entre si, produzidos pelas urgências de um trator atrás do pesquisador (o “lumpemproletariado de campo”) ou do empreendedor cobrando relatórios que acreditam ser feitos magicamente, sem necessários processos de reflexão, pesquisa e inclusão dos envolvidos, sejam índios, quilombolas, ribeirinhos, ciganos, mendigos, o Estado e suas instituições, inúmeros setores da sociedade civil, empresários e empreiteiros (ROCHA et al 2012 p.134)”

Também concordamos que a problemática do superpoderoso arqueólogo não encontrar chancela aos seus atos fora do âmbito do empreendedor é preocupante. Se o resultado e os prazos coincidem com os pretendidos pelo contratante, tudo certo. Mas se não, temos algumas questões, novamente explicitadas por Rocha et al:

“A consequência direta é que mesmo quando arqueólogos apresentam dados de pesquisa que demonstrem tal inviabilidade, seja por critérios relacionados ao patrimônio arqueológico em si ou pela relação deste com grupos sociais atuais, seus

¹² Utiliza-se aqui a descrição constante no próprio site do IPHAN, que diz: “Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). A Constituição Federal de 1988, em seus [artigos 215](#) e [216](#), ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial. (www. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>) acessado em 12/2021

relatórios, por terem seus direitos autorais cedidos, passam pelos filtros das empresas e consórcios contratantes e se tornam “neutros”, leia-se, pró-emprego. Assim sendo, a ética individual não traz as garantias esperadas que tais observações cruciais, embasadas cientificamente, sejam consideradas em seu potencial crítico-reflexivo e embargante, apoiado no princípio da precaução (Colombo, 2004), pois os relatórios são reconsiderados, editados, segundo uma agenda política. (ROCHA et al, 2012. p.134)”

Porém, ressalvo que, novamente, a busca de proteção do profissional de Arqueologia precisa partir de dentro da classe para fora dela. Não existe possibilidade de algum representante alheio à Arqueologia procurar a nossa Sociedade de Arqueologia Brasileira, ou um futuro e bem-vindo sindicato/associação derivado da legislação profissional e orientar/buscar direitos para a classe. Ainda assim, a academia critica o licenciamento que se sente desamparado pela academia e não se resolve o problema. Talvez o que falte não seja reconhecer a política como parte da práxis arqueológica, mas desenvolver política dentro do meio arqueológico.

Para tanto, considero imprescindível a discussão de classe, seja por meio da sociedade existente, seja por meio da criação de um sindicato. E nessas discussões de classe devemos, arqueólogos, falar sobre temas sensíveis a nós, como remuneração, piso salarial, valor de projetos, mão de obra não especializada, dentre diversos outros pontos a serem analisados por quem busca união e valorização enquanto profissional e enquanto, sobretudo, classe produtora de ciência.

Em Itaipu, conseguimos, através da análise do relatório extensamente comentado no primeiro capítulo, verificar uma problemática antecessora à todas estas que constam acima. Foram milhares de fragmentos coletados e arduamente analisados. Centenas de sítios arqueológicos catalogados e classificados em suas Tradições, Subtradições, Fases e Subfases. A Arqueologia do momento, a prática e o método arqueológico pós-pronapiano foi executada com maestria. Porém, se entendemos até aqui que o maior patrimônio do Arqueólogo é a informação que este produz, entendemos as ramificações de conflitos e negação indígena como reflexo de uma abordagem inexistente sobre o tema. Ou seja, o superpoder ainda não havia sido ativado.

Não constaram no relatório, apesar de ter convicção de que existiram, interações ou atividades de extroversão em comunidades locais. Não houve acompanhamento dos processos de avaliação de memórias por populações originárias. Em resumo, a Arqueologia dos anos de 1970 era excelente em encontrar e catalogar sítios arqueológicos. Mas deficitária em compartilhar o conhecimento fora da esfera acadêmica. E isso contribui para os conflitos ocorridos no local.

Já nas pesquisas arqueológicas do Museu Goeldi nas décadas de 1980 e 1990, com o aumento de obras de grande porte de infraestrutura principalmente na região norte do país, pode-se perceber que, ainda de modo não padronizado, começam a surgir as interações entre o superpoder do não-super-herói com os mais diversos públicos. Porém, devido ao pensamento corrente na época, ainda não era um tópico principal a ser tratado.

Um exemplo disso são as pesquisas arqueológicas conduzidas na serra dos Carajás. Com pouco ou nada registrado em termos de uso do nosso superpoder nas décadas de 1980 e 1990, a partir dos anos 2000, com a mudança na lei e a discussão sobre métodos de extroversão entrando em voga, são inúmeros os trabalhos de diversos tipos de disseminação de conhecimento arqueológico na região. Trabalhos esses que servem de modelo pela sua durabilidade e aceitação no ambiente familiar nas cidades próximas.

Caldarelli escreve, em artigo de 1991, sobre licenciamentos anteriores em locais de instalações de hidrelétricas, que

“Os resultados científicos de tais projetos foram em geral pobres, limitando-se ao estabelecimento de cronologias culturais da área em estudo, que permitiram complementar um quadro de ocupação pré-colonial do território brasileiro por diferentes grupos culturais, iniciado na década de 60 pelo PRONAPA, detectar alterações temporais e espaciais da cultura material desses grupos e eventualmente indícios de contatos. (CALDARELLI, 1991. p. 02/03)”

A partir disso, o que veremos a seguir é uma percepção dos arqueólogos de que faltava um elemento informativo na pesquisa arqueológica. A utilização do superpoder pelo não-super-herói. E ela começa no próximo item.

4.3. O USO, O DESUSO E A PROMESSA DE USO

O uso das atividades de extroversão do conhecimento nas décadas vindouras passa a ser encarado de outra forma. Devido a aspectos legais, que vão ao encontro de questionamentos da comunidade arqueológica do período, é promulgada uma nova portaria. Com o advento da portaria nº230/2002 do IPHAN, fica obrigado o trabalho de pesquisa arqueológica em processos de licenciamento a apresentar propostas de divulgação, socialização e extroversão do conhecimento produzido, sob o nome de Educação Patrimonial. Porém, como bem frisa Bertocello (2020):

“Embora o Programa de Educação Patrimonial seja mencionado na Portaria e que esta aponte que deveria ser realizado em todas as fases anteriores, não há subsídios suficientes para definir o que seria considerado como Educação Patrimonial no âmbito do licenciamento ambiental. (BERTONCELLO, 2020. p. 31)”

Sem o balizamento de termos de referência específicos para o advento dos programas de educação patrimonial, firmou-se o compromisso informal de utilização do já mencionado Guia Básico (Horta et al, 1999). Porém, contando com alguns problemas e críticas, o uso do Guia acaba se tornando, não o parâmetro para atividades, mas a regra de uso, o que ocasiona problemas como mencionados por Siviero (2015):

“No entanto, o problema maior desse Guia está em tomá-lo como um paradigma da educação patrimonial, como única abordagem pedagógica do patrimônio cultural e reproduzi-lo *ipsis litteris*. Como metodologia pedagógica, ele apresenta muitos pontos positivos, por exemplo: indicações de possibilidades multi e interdisciplinares de abordagem educativa dos bens culturais; aprendizado baseado na experiência e no contato direto com as evidências materiais culturais; inversão do sentido explicativo (de efeito-causa para causa-efeito); estrutura de começo-meio-fim das atividades e da metodologia; e participação dos educandos na construção do conhecimento.

Contudo, os maiores problemas encontram-se em sua concepção, pois, ao ter os bens culturais como enfoque e centro das ações educativas e tomá-los sob uma lógica cartesiana (causa-efeito), corre-se o risco de: não dar atenção ao contexto ou à contextualização dos bens culturais; esconder em sua materialidade os processos de valoração e os fenômenos, práticas, saberes e pessoas que garantem sua existência; e tornar implícita e irrefutável a escolha das narrativas, informações e valores atribuídos aos bens culturais. (SIVIERO, 2015. p.98)”

Apesar de ser um avanço em termos legais e de intenção, esta falta de critérios técnicos bem definidos faz com que, infelizmente, a qualidade dos trabalhos seja puxada para baixo. Os motivos são diversos, mas podemos citar principalmente a falta de costume do Arqueólogo (que já não conta com preparação específica para a elaboração de orçamentos dos próprios serviços) com as novas exigências da portaria. Além disso, a celeridade exigida pelos contratantes e a crescente competitividade (sem regulamentação) do mercado de Arqueologia do licenciamento faz com que, segundo estudos específicos (Bertoncello 2017, 2020; Lassance 2021; Gomes 2017; Demarchi 2016; Matos 2017) acaba por, ainda que provendo experiências de grande porte que serão abordadas no próximo capítulo, gerando uma série de ações heterogêneas em forma, conteúdo e, principalmente, duração.

Bertoncello exemplifica, em seu estudo sobre o Oeste de Santa Catarina, que a maioria das ações executadas se resumem ao que anteriormente chamei aqui de ações curtas. É como se nosso herói tivesse o controle e criação do fogo, mas usasse apenas para acender fogões:

“ao analisar uma série de processos de Arqueologia consultiva durante a vigência da Portaria nº 230/2002, dentro de um recorte que abrangia a região Oeste Catarinense, demonstrou que o formato das atividades ocorridas dentro do Programa de Educação

Patrimonial era baseado em ações pontuais, na sua maioria palestras para o público escolar, entrega de folhetos e conversa informal com a comunidade. (BERTONCELLO, 2020. p. 33)”

É neste período que a discussão sobre as importâncias e as ações executadas ganha corpo e “invade” as conversas arqueológicas, fato este presente até o momento desta escrita. Como bem diz Souza:

“A partir desse novo olhar voltado para a socialização do conhecimento, a pesquisa arqueológica passou a ter um compromisso social, uma prática engajada construindo diálogos com as diferentes comunidades, permitindo que elas façam parte da prática arqueológica nas interpretações sobre o passado, deixando de olhar somente para o passado para assumir seu fazer social na compreensão do presente e envolvimento com o passado. (SOUZA, 2018. p.84)”

Com a publicação de mais duas portarias, essas ainda em vigência em 2022 (IN 01/2015 e IPHAN 137/2016), a discussão sobre as ações educativas ou de extroversão do conhecimento se tornam ainda mais presentes. A questão que se impõe pensar aqui é que agora vemos, na Arqueologia aplicada ao licenciamento, a obrigação do uso do superpoder que falo neste trabalho. O ponto é como ele vem sendo usado.

O que busquei chamar de “pasteurização” do método de extroversão do conhecimento é ponto comum quando são realizados trabalhos de análise das aplicações. Lassance conclui, após análise em Projetos Integrados de Educação Patrimonial (PIEPs) realizada no final de 2020, que:

“A leitura completa dos PIEPs e sua análise bibliográfica apontam para um domínio do ambiente escolar como foco das ações propostas, sendo boa parte das publicações citadas sobre Educação voltadas para jovens em ambientes formais de ensino. Todos os projetos analisados abarcam outros públicos – população nos entornos imediatos e trabalhadores dos empreendimentos – mas há uma grande dedicação temporal e conceitual dedicada às escolas e seus alunos. Tal concentração nos leva a refletir sobre a falta de inovação nos projetos, os quais se assemelham muito entre si no que tange suas propostas. O baixo número de referências voltadas para pesquisas com temáticas semelhantes aos sítios pesquisados nos processos de Licenciamento Ambiental também levantou preocupação, pois acreditamos que tal relação seria extremamente benéfica para o desenvolvimento dos PIEPs. Esse “vácuo” é preenchido em alguns projetos com pesquisas antropológicas, como pudemos notar, mas tais conexões deveriam ser mais presentes, levando em conta a importância de uma comunicação em diálogo com as realidades dos educandos. (LASSANCE, 2021. p. 173/174)”

Já Demarchi vai além, quando afirma que:

“A partir do que foi exposto sobre a educação patrimonial fica evidente a necessidade de fornecer novas reflexões teóricas. É preciso, antes, ressemantizar o termo educação patrimonial. Admite-se que tal nomenclatura está desgastada, há um verdadeiro descompasso entre as práticas e as políticas públicas, as práticas e as teorias e entre as próprias práticas. Uma denominação arbitrária é perigosa, pode esconder ideologias que não são a verdadeira intenção do proponente. “Educação para o patrimônio”, por

exemplo, denota um enfoque no objeto em detrimento dos sujeitos, contribuindo, assim, para a fetichização do patrimônio. (DEMARCHI, 2016. p. 277)”

Porém, é na dissertação de mestrado de Bertoncello que está o principal exemplo a que quero me referir e, com ele, encerrar este longo capítulo. A pesquisadora procede uma investigação de processos no IPHAN com foco nas ações propostas e executadas no que se refere ao uso do nosso superpoder.

Estabelecendo um quadro comparativo entre 40 processos, 20 executados sob a portaria 230/2002 e 20 sob a égide da IN 001/2015, a pesquisadora aborda diversos aspectos a respeito das ações propostas e executadas. Primeiramente é importante pensar que, concordando com ela e com Matos (2017), quando falamos em ações em um contrato arqueólogo-emprego, há de saber que, no que depender do dinheiro, ou seja, do empreendedor, o que será executado, em TODOS os níveis, será o mínimo necessário para a aprovação do projeto nos parâmetros legais. Isso pode ser uma justificativa para ações em projetos mais exíguos não apresentarem ações de maior alcance, mas não concordo em finalizar em si.

Dos trabalhos pesquisados, apenas 2, ambos pela 230/2002, não realizaram quaisquer atividades de educação patrimonial. Dos outros, a maioria foi classificada como “palestra associada com outras atividades (33) enquanto 5 efetuaram somente palestras. A análise da pesquisadora é precisa quando destaca quais atividades associadas foram estas:

“Este quadro representa as atividades realizadas durante a vigência de ambas legislações, demonstrando que há maior incidência da realização somente de palestra, ou a não realização de atividades está ligada à portaria 230/2002. Ainda durante a vigência da portaria notamos maior predomínio de palestras associadas com outras atividades, a saber: entrega de folder, conversa com comunidade local e mostra de réplicas (em minoria). Na vigência da IN 001/2015 também predomina um número maior de palestras associadas com outras atividades como entrega de folder, conversa com comunidade local, conversa com servidores públicos, brincadeira com quebra-cabeça e mostra de réplicas. É importante ressaltar que o parágrafo 4º do artigo 45 da IN 001/2015 é claro, quando se refere as atividades que não são correspondentes à Educação Patrimonial: “Atividades pontuais, tais como: palestras e ações de caráter exclusivamente promocional, assim como atividades de esclarecimento e divulgação, não são suficientes para caracterizar Projetos Integrados de Educação Patrimonial”. Mas salientamos que foram percebidas sensíveis mudanças no comportamento em relação às atividades educativas, já que a IN prevê ações pontuais para os projetos de níveis III e IV quando não há indicação de realização do PIEP. (BERTONCELLO, 2020. p. 59/60)”

Souza, em trabalho semelhante executado em 2018 nos Estados do Piauí e do Rio grande do Norte, conclui de forma parecida, quando diz que:

“O que se percebeu sobre as ações de Educação Patrimonial é que há uma necessidade de explanação ou definição acerca dos critérios dos programas ou projetos que incluem a mesma. Assim, essa realidade mostra a fragilidade com que as ações podem

ser desenvolvidas, que podem ter implicações, por exemplo, pela ausência de um planejamento adequado com a realidade local. É um risco quando o/a arqueólogo/a segue apenas uma obrigatoriedade legal, precisa-se do comprometimento de todos os envolvidos para que as ações não sejam apenas pontuais. (SOUZA, 2018. p. 93)”

Ou seja, ainda que apresentem mais atividades do que somente a execução de palestras, a maioria dos processos se resume a atividades pontuais, que, além das já referidas, abarcam a distribuição de folders explicativos e conversas informais. Não podem ser considerados trabalhos que não sejam de curto prazo, portanto. O material completo, de suma importância para entender o panorama de aplicação dos programas, serve para analisar que, se em teoria serviriam para a explosão das atividades de forma a exacerbar o uso do superpoder, na prática passamos a, para além de somente acender um fogão, fazer uma fogueira junto deste.

Mas como tornar o uso do superpoder, sem que fique inviável financeiramente, de maneira a abarcar espaços de média e longa duração neste universo do capitalismo? Como fazer com que as medidas de extroversão do conhecimento se mostrem efetivas em sentidos amplos, mesmo que em empreendimentos pontuais? Minha teoria para isso será explicitada no próximo capítulo, mas nele também irei falar de exemplos já ocorridos de situações em que funciona. Ou seja, é difícil? É. Dá pra fazer? Dá. Mas todo mundo consegue? Entendo que sim, pois somos todos, ainda que nenhum super-herói, superpoderosos.

5. UMA IDEIA COM UM PROBLEMA, MAS NEM TUDO ESTÁ PERDIDO

Com tudo o que foi escrito até aqui, o principal problema questionado nas páginas anteriores já ficou bem explicitado, espero eu. A falta de ações de médio e longo prazo no âmbito da extroversão do conhecimento arqueológico produzido em pesquisas de licenciamento faz com que nosso conhecimento científico siga sendo restrito, o que dificulta as ações efetivas de tentativa de preservação do patrimônio, de valorização deste e, principalmente, a troca entre o pesquisador e as comunidades, produtoras ou que vivenciam este patrimônio.

Tentarei nas próximas páginas, com o embasamento necessário, avaliar proposições sobre o uso desta informação produzida pela pesquisa, o que chamo de superpoder. Sabendo dos problemas de prazo, contexto cultural/político no Brasil e no campo de pesquisa da Arqueologia aplicada ao licenciamento, tentarei dar sugestões aos próximos trabalhos, especialmente em situações de prazos e orçamentos apertados, para que possam construir, ainda mais, ações de maior efetividade junto ao público afetado pelo licenciamento.

5.1. AS TEORIAS E AS SUGESTÕES

Não somente isso, apresentarei, para acabar os escritos com boas notícias, dois exemplos de execuções de ações de extroversão do conhecimento de empresas consolidadas no país, comentando e analisando pontos que podem ser abordados por mais pesquisadores e em mais trabalhos, sejam de que tamanho forem. Na tentativa de expandir o alcance da discussão sobre patrimônio partimos de uma fala de Penin, em sua tese de 2010.

“Trabalhar com Arqueologia dentro da Gestão do Patrimônio Cultural significa, portanto, pensar o patrimônio arqueológico no contexto de um conceito mais amplo de patrimônio cultural. Em outras palavras, o arqueólogo deve saber que o sítio arqueológico não é o único tipo de bem de valor cultural presente em sua área de pesquisa, e muitas vezes a comunidade local dá mais importância a esses outros bens do que ao sítio arqueológico. E ele deve saber trabalhar nessa realidade. (PENIN, 2010. p.31)”

Concordando com a necessidade de observar a Arqueologia de forma ampla, Oosterbeek, Cura e Bastos (2011) vão ampliando a argumentação, quando afirmam que, enquanto somos arqueólogos, temos que desenvolver o olhar crítico e distanciado sobre as aparências do cotidiano, além disso, saber o papel que cabe às ciências humanas no contexto atual, de acordo com o contexto político, mas também entendendo a dificuldade da relação entre o saber “antigo” e as novas tecnologias. Na minha opinião, tentando, de alguma maneira, fazer

com que a dinâmica das novas tecnologias auxilie o debate sobre a Arqueologia em algum grau de sucesso.

Em termos gerais, concordo com Oosterbeek quando este reflete que:

“Reforçar o capital humano através da promoção de uma educação com pensamento crítico baseado no conhecimento detalhado e não apenas nas opiniões, treinar a memória e as habilidades, ilustrar como dilemas são os principais desafios para a Humanidade estão entre as prioridades, se quisermos mudar para melhor. (OOSTERBEEK, 2012. p. 34)”

Porém, quando pensamos no contexto específico do Brasil, sabemos que os grandes conceitos de melhorias no campo científico perpassam a realidade. Não há como falar em construção de pensamento crítico para as nossas dimensões. Enquanto é uma discussão cabível em capitais e cidades de maior proporção populacional, em pequenos vilarejos do interior dos estados, em comunidades que vivem em permanente luta contra problemas básicos como fome e falta de saneamento, não é nem sensível da parte do pesquisador abordar temas dessa magnitude:

“Ou seja, e preciso pensar local, partir das necessidades locais e concretas, sabendo que ao serem concretas elas são “síntese de múltiplas determinações” e, por essa via, são também globalmente determinadas. Não se trata, assim, de deduzir de modelos teóricos globais a sua aplicabilidade local, mas de entender que uma marca essencial da globalização e a potenciação das autonomias locais (pelas razões antes mencionadas). Mas se as preocupações das pessoas são locais, pois é nos locais que elas vivem, a sua realidade sócio-econômica e global, e uma ação eficaz, também no plano da investigação, e aquela que contribuir para agir no plano global, sublinhando convergências metodológicas, comparabilidade de modelos e afirmação de diversidades mutuamente reconhecidas. (OOSTERBEEK, CURA & BASTOS. 2011. p. 490)”

E sabemos que, na Arqueologia aplicada ao licenciamento, muitas vezes os lugares pesquisados são remotos, de menor estrutura física, por vezes até mesmo sem, como eu já disse antes, o que deveria ser o mínimo. Nossa reflexão então vai no sentido de uma aplicabilidade de ideias Internacionais de sustentabilidade na ciência, nacionais de práxis em Arqueologia Pública, mas, além de toda a discussão teórica (essencial, pois sem ela não existe a prática), uma tentativa de reflexão prática de como alcançar alguns objetivos rapidamente.

Quando falamos em pesquisa científica, em especial em Arqueologia, falamos de influências de pesquisadores e “escolas” de outros países sobre a construção prático/teórica local. Com seus prós e contras, a construção de como se pensa e faz Arqueologia hoje no Brasil

é diretamente ligada, como já explicitado antes neste trabalho, às trocas realizadas com estrangeiros, especialmente Europeus e Estadunidenses.

No que se trata de pensar em um panorama de maior alcance da extroversão do conhecimento, algumas metodologias que vem sendo discutidas (e até aplicadas, mas em seu contexto próprio) no continente Europeu podem, ao meu ver, trazer reflexões para nossa teoria neste assunto. Não são regras e nem verdades absolutas. Mas podem, e devem, ajudar a pensar os problemas enfrentados na troca de conhecimento.

Quando falamos em problemas diretamente relacionadas à educação, seja onde for, sabemos que, mesmo que com especificidades, alguns planos de ação são comuns. A tentativa de estabelecer uma melhora do processo de aprendizado, bem como de criar consciência crítica no aluno vem se discutindo e em seu artigo de 2017, Margalit Berriet fala, comentando Rochex e Crinon (2014), sobre a alternativa de tentar aproximar os métodos educacionais de uma abordagem múltipla, sem isolar os “campos do conhecimento”:

“International surveys show that social inequalities in educational pathways and in "performances" are fundamental. Jean-Yves Rochex presents an analysis of the production processes of inequality. In his view, they are multiple and interdependent, due to “families and to social environmental differences, as to the current ways of organizing the system of Educational policies, socio-geographic and institutional contexts as classroom practices.” 26 Rochex proposed a number of means to reflect upon more effective political and professional actions to combat these inequalities. In his analysis, a major track is missing, yet transversal education proved to be one of the most effective in the fight against inequality—teaching methods that are linked with and active and creative learning. These ways and means are essential in developing personal, intuitive, and sensitive capacity and expression. Imagination and creativity reinforce the value of pluralism as positive components of the whole, while enabling each of the elements to exist within a group. Creativity and expression are essential factors in the process of curiosity, understanding, and critical learning—the willingness to dialogue, arouse innovations, production, and transition. They are positive factors in the openness and acceptance of personal, social, and economic differences. (BERRIET, 2017. p. 75)”

É claro que o campo teórico é um e a prática é outra, mas pensar em uma abordagem de extroversão do conhecimento produzida em uma perspectiva interdisciplinar é excelente, e já é ou foi executada em algumas vezes no país. A reflexão aqui é de como trabalhar isso ANTES das elaborações dos projetos específicos, para, além de não onerar o orçamento, vislumbrar uma base metodológica de extroversão que parta deste princípio.

Outra questão a ser salientada aqui diz respeito a um projeto executado no Brasil, e fala sobre o que está sendo chamado de Arqueologia colaborativa, nomenclatura técnica para o que já chamei aqui de duas-vias. Em um projeto desenvolvido com a comunidade indígena na legalmente reconhecida Terra Indígena Vanuire (composta de povos identificados como

Kaingang e Krenak), Faccio e Barone aplicam algumas atividades no intuito de realizar esta troca com o público:

“The choice of a methodology with these characteristics - that is, strongly collaborative - was at the origin of the researchers' intentions and found an echo and a clearer meaning from the participation of the coordinators - Unesp social scientists - in the Vanuïre Ethnic School Commission. It was at a meeting of this commission that the desire, expressed by one of the community teachers, to "write their own history," indicated the way to be adopted in the later formatted project that gave rise to these reflections. (FACCIO; BARONE, 2017. p.141)”

As atividades, descritas abaixo, vão no intuito de entender o que os habitantes do local gostariam de trabalhar, para depois, em conjunto, executar, como descrevem aqui:

“The activities developed with the teachers of Vanuïre village occurred in two stages. The first one consisted in the realization of a workshop, in which topics related to the elaboration of memory narratives were addressed, dealing with theoretical and methodological concepts related to the subject. As the project was guided by the collaborative methodology, the collective formed by university students and indigenous teachers built a research plan that mobilized teachers first, then the entire community.

As the themes of the group's memory were selected, some people in the community were identified, especially the older residents of the locality, to contribute by providing information for the production of the narratives. In the reports of memory produced in the second stage, aspects related to cultural elements of the ethnic groups of the village were evidenced. In the case of fishing and cooking, this connection was quite evident. The teacher who recovered a traditional technique of fishing, at first, presented an equipment used by the father (the "big sieve"), already produced with industrialized materials (in this case, plastic canvas); Later, deepening the Search for details of this equipment, the technique of producing the same object was identified, however, with natural material (bamboo). The second stage also included reports collected on the migration trajectory of families of the ethnic groups that were established in the Vanuïre Indigenous Land during the 20th Century. (FACCIO; BARONE, 2017. p.141/142)”

O desafio aqui, como se pode ver, não é a aplicabilidade de ações que envolvam todos os agentes da mesma maneira, na formulação e aplicação de oficinas e demais ações. A questão é como trabalhar de maneira colaborativa em diversos contextos, com diversos grupos e, principalmente, como elaborar uma base prática para essa aplicação. Este é um questionamento difícil e para o qual não possuo resposta.

Arqueologia comunitária também é um assunto abordado por Ferreira, em artigo de 2008, quando aborda uma perspectiva mais política da ação:

“Assim, argumento aqui que a Arqueologia comunitária, como uma das vertentes da pesquisa arqueológica mundial, está constantemente sob fogo cruzado. Primeiro, porque ela (e o mesmo aplica-se aos demais campos de trabalho em Arqueologia) não pode furtar-se de um legado duradouro: as relações históricas que a disciplina manteve com o nacionalismo e o colonialismo. Segundo, porque ela, para firmar-se como gênero de pesquisa, deve enfrentar as ambivalências das políticas de representação do patrimônio cultural. Contudo, seus métodos, que apresentarei no tópico final deste

artigo, podem trazer uma série de benefícios, tanto para as comunidades quanto para a interpretação arqueológica. (FERREIRA, 2008. p.82)”

Considero de suma importância, e já falei sobre isso por aqui, o posicionamento político e o entendimento, por parte do Arqueólogo de sua responsabilidade social. Concordando com o autor, vou além. Afirmo que Arqueologia não é uma profissão comum, ela possui um valor agregado de para com o outro acima da média. E essa responsabilidade é tamanha que chamo, nesta tese, o conhecimento produzido pelo profissional desta área de superpoder.

As práticas de Arqueologia colaborativa, comunitária ou de via de mão dupla, devem, também, divulgar não somente atividades que “funcionam”. Concordando com Franco (2017), afirmo que, além de ser primordial compartilhar experiências bem sucedidas e dados gerados, é muito importante compartilhar fracassos para que não se repitam. Pois em práticas educacionais, para além de saber como e o que fazer, é necessário ter exemplos claros de como e do que não fazer.

Concordando com este aspecto, em artigo que trata da práxis social da chamada Arqueologia pública, Souza reafirma a importância do entendimento da responsabilidade social e profissional do pesquisador em Arqueologia. Além disso, é uma ferramenta de auxílio objetivar que as teorias pautadas em Arqueologia pública, colaborativa e comunitária não escondem suas preocupações, como aqui também não foram escondidas, com os métodos predatórios e as conexões escusas inerentes ao capitalismo predatório em que tentamos efetivar o exercício de nova profissão.

“Como foi descrito acima, a responsabilidade social e profissional é inerente à interface da Arqueologia com a sociedade e merece uma análise dentro da perspectiva arqueológica, bem como a implicação do esforço de inserir a práxis social do arqueólogo no processo de interação social e democratização da Arqueologia para a preservação do patrimônio arqueológico. Outro fator que merece atenção dentro da Arqueologia Pública é saber que ela está ligada à dinâmica das relações capitalistas inseridas nas sociedades contemporâneas. E que os trabalhos no campo da Arqueologia Pública estão afeitos às questões políticas e sociais, as quais contribuem para o interesse da sociedade nos aspectos científicos, econômicos e educacionais. A importância social da Arqueologia não é apenas com o passado, mas também com atuações que envolvem a compreensão do presente. Nesse sentido, o desafio da Arqueologia Pública é não apenas ser mais uma disciplina, mas ser capaz de atuar de modo a promover o pensamento reflexivo sobre a própria práxis arqueológica em todos os níveis. (SOUZA, 2018. p. 82)”

Ainda reafirma Souza:

“Nessa aproximação com a comunidade, o arqueólogo deve valorizar e respeitar as diferenças que os grupos sociais atribuem às suas vivências, garantindo a diversidade de conhecimento acerca do passado em que se considere a pluralidade significativa de reapropriações e ressignificações do patrimônio arqueológico pelas pessoas.

Envolvendo as pessoas no fazer Arqueologia, desmitificando a ideia de que o arqueólogo veio buscar tesouros escondidos debaixo da terra, ou que veio “levar” informação, veio “levar” patrimônio. Nesse sentido, a relação simétrica estabelecida, pensando junto com a população questões relacionadas ao patrimônio, possibilitará a atuação da Arqueologia Pública a partir das demandas das pessoas, reafirmando a relação que elas querem estabelecer com o patrimônio, reconhecendo os saberes, os fazeres, os valores determinados pela comunidade. Para se saber quais políticas públicas podem ser adotadas, dentro do universo das representações sociais, que promovam a valorização e identidade local. É necessário, então, discutir junto à comunidade: qual é o papel do arqueólogo? Em que aspectos poderá se contribuir em meio às relações sociais, econômicas e patrimoniais atuantes no interior de empreendimentos econômicos? (SOUZA, 2018. p. 85)”

Estas obras, em seu contexto, ajudam a elucidar de forma teórica o problema que estou tentando lidar de forma mais prática. Assim, quando concordamos em elevar o grau de importância para o mesmo patamar de todos os agentes implicados em ações de extroversão do conhecimento, precisamos formular, através do arcabouço teórico, estudos base para execuções diversas, no intuito de, ainda que respeitando todas as especificidades locais, sabermos a importância de assuntos chave para o exercício do ofício do Arqueólogo e de como ele consegue construir a interação com as pessoas com quem se DEVE falar:

“A relação dos cidadãos com a Arqueologia só se pode apoiar na base da clarificação do interesse que a Arqueologia tem para a melhoria das suas vidas. Referimos acima quais cremos serem as preocupações essenciais dos cidadãos, e entre elas referimos a questão identitária, mas claramente não mencionamos o acesso à cultura. Na verdade, a noção do direito de acesso à cultura parte de um equívoco conceptual: o de que a cultura é algo exterior ao cidadão comum e apanágio de um número limitado de especialistas. Em sociedade, os indivíduos estabelecem entre si relações de intercâmbio, para satisfação das suas necessidades, a que se dá a designação de economia, que se regulam através de sistemas de comunicação, mediação e representação, a que damos o nome de cultura. A cultura e a economia são, assim, indissociáveis. Na verdade, existem especialidades técnicas, científicas e artísticas, mas a cultura é o conjunto dos mecanismos comportamentais que regulam as relações dos indivíduos entre eles e com tudo o que os cerca. Não se trata, por isso, de facultar o acesso à cultura, mas antes o de promover a construção de conhecimento, plasmada na construção de novas noções e conceitos, que por sua vez só se conseguem forjar num quadro de articulação global, econômica, das relações sociais. (OOSTERBEEK, CURA; BASTOS. 2011. p. 494)”

Portanto, com tudo que descrevi e escrevi até aqui, posso afirmar que existe uma preocupação da comunidade arqueológica em melhorar a comunicação de suas pesquisas, e de aprender a apreender o conhecimento intrínseco na raiz das pessoas que habitam os locais destas pesquisas. Porém, quando falamos da Arqueologia aplicada ao licenciamento, ainda engatinhamos nesta direção. Trabalhos de grande porte, como veremos a seguir, conseguem desenvolver ações de extroversão mais efetivas, principalmente no que tange sua duração, aplicação e divulgação. Porém, para os trabalhos de licenciamento de médio e pequeno porte,

ainda há um predomínio de ações pontuais que não se mostram efetivas em uma construção partilhada de conhecimento.

Minha sugestão aqui é para que, nestes trabalhos onde a dificuldade de se implementar comunicações de longo prazo é visível, que se desconsidere a lei. Não estou, que fique claro, dizendo para não cumprir a lei. Mas que se desconsidere sua limitação. Que a Arqueologia não se encerre quando a anuência for liberada. Que se capacitem professores e se estabeleçam canais de conversação e aplicação de métodos de extroversão não presenciais.

Ora meus colegas, temos nas mãos um superpoder de valor inestimável e que ainda pode ser utilizado e otimizado através de meios virtuais, usemo-los. Se em comunidades isoladas a inaplicabilidade ainda persiste, em boa parte dos públicos alcançados existe um canal para conversação. Em comunidades escolares, podemos trocar e-mails, quem sabe até videoconferência. Quando não existe esta possibilidade, usemos os Correios (enquanto não acabam) e troquemos materiais e ideias.

Minha sugestão aqui é que cada empresa, seja de vários profissionais ou de um só, dedique um pouco mais do seu tempo, por vezes escasso, mas por vezes disponível também, para a comunicação com os locais trabalhados, e que esta se mantenha por mais tempo que exige a lei. Não podemos depender de legisladores para avaliar a necessidade de utilização do nosso poder. Devemos utilizá-lo ao máximo de nossas capacidades, e ainda não estamos, todos, fazendo isso. Mas dá pra melhorar.

Estabelecer bases de pesquisa e de atividades, projetos de capacitação de professores e agentes de comunidade para que estes possam servir de canais de comunicação entre Arqueologia e público que sirvam, mediante adaptações pontuais, para diversos projetos e que requeiram pouco ou nada de recursos financeiros é, ao meu ver, um dos caminhos nesta tentativa, aí sim para mim essencial, de ampliação do contato e do prazo de execução de trabalhos voltados ao compartilhamento de informações, e ao uso do nosso superpoder.

5.2. EXEMPLOS DE IDEIAS BOAS

Temos hoje, no Brasil, diversos exemplos de trabalhos de extroversão do conhecimento que vão ao encontro das propostas apresentadas como de maior efetividade aqui. A grande

maioria deles vinculado, como de se esperar, a centros de pesquisa, instituições, museus e universidades.

Mas também temos casos que podem servir de exemplo em empresas unicamente ligadas a Arqueologia aplicada ao licenciamento, e iremos, para finalizar com boas notícias, falar sobre dois desses casos nas páginas a seguir.

5.2.1. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ALTO HORIZONTE, GOIÁS

O primeiro trabalho a ser comentado é de 2014 portanto, sob a égide da portaria 230/2002, e foi realizado no município de Alto Horizonte, Estado de Goiás. Executado por empresa voltada para a Arqueologia no licenciamento, em um processo envolvendo mineração.

Primeiramente o relatório das atividades destaca a proposta inicial e o grau de participação atingido, quando fala que:

“As ações buscaram, através da mobilização de diferentes atores locais, a preservação do patrimônio arqueológico e das histórias locais, contemplando sujeitos muitas vezes negligenciados pela “historiografia oficial”, permitindo a construção de uma história indígena para o território e um mergulho em torno das expressões materiais da cultura de grupos, como os garimpeiros, que habitaram e habitam a região. Nesse sentido, concebemos o patrimônio arqueológico enquanto objeto do passado e recurso do presente. O processo contou com a participação de mais de **450 atores locais** e envolveu mais de **15 grupos**. (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014. p.01)”

Após isso, ainda na introdução, são descritas as etapas que envolveram todo o processo de aplicação das ações de uso do superpoder:

“o trabalho dividido em seis etapas: o levantamento de dados secundários; a primeira vivência no território cujo trabalho foi desenvolvido a partir da história oral temática; os primeiros resultados do trabalho – Livro e exposição com base nas narrativas de vida e sobre o patrimônio cultural local; a retroalimentação das ações; a segunda vivência no território que buscou a multiplicação dos saberes e, por fim, a avaliação e os processos de acompanhamento. (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014. p.01)”

5.2.1.1. BASE TEÓRICA

Na parte do relatório que versa sobre os aportes teóricos utilizados para a aplicação das propostas, podemos ver uma primeira preocupação com a valorização do público a participar das ações, quando se lê:

“Neste cenário, grupos indígenas, quilombolas, comunidades descendentes, movimentos sociais, comunidades locais, entre outros, têm questionado a hegemonia dos cientistas na construção e interpretação da pesquisa e no gerenciamento do patrimônio arqueológico, propondo movimentos de descolonização das práticas arqueológicas.

Porém, a grande maioria dos trabalhos educativos, realizados no âmbito dos projetos de Arqueologia, bem como nos museus arqueológicos brasileiros, normalmente desconsideram a visão de mundo dos sujeitos envolvidos, tendendo a tomá-los como pessoas que necessitam da “luz do conhecimento”. (SILVEIRA & BEZERRA, 2007). Para os autores, esta perspectiva conscientizadora deve ser substituída pelo envolvimento dos grupos sociais que lidam diretamente com o patrimônio, valorizando suas práticas sociais e simbólicas cotidianas, grupos estes que normalmente sequer são ouvidos durante a pesquisa arqueológica. (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014. p. 20)”

A seguir, é apresentada uma qualificação teórica para os métodos utilizados, na ordem em que as ações foram propostas e executadas, como no exemplo abaixo:

“A **História Oral Temática** se ocupa em conhecer e aprofundar conhecimentos sobre determinada realidade, estruturas sociais e processos históricos obtidos através de conversas e relatos orais. Os sujeitos, ao focalizarem suas lembranças pessoais, oferecem elementos para uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória do grupo social ao qual pertencem, ponderando esses fatos pela importância em suas vidas (CASSAB, 2003). Pelo seu caráter possui características diferentes da História Oral de Vida, pois detalhes da história pessoal do narrador apenas interessam quando revelam aspectos relacionados ao tema da pesquisa (CASSAB, 2003; MEIHY, 2005). Portanto trata-se de uma **metodologia** com enorme potencial para o **desenvolvimento de diagnósticos** e compreensão dos diferentes sujeitos com o território. (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014. p.21)”

Aqui sentimos falta de mais referenciais teóricos, principalmente no tocante às ações realizadas após o diagnóstico elaborado pela empresa, como por exemplo o conceito de transcrição de Augusto e Haroldo Campos. Porém, as bases que foram apresentadas foram seguidas pelas ações, como podemos ver na sucinta apresentação delas que irei realizar. É essencial também salientar que a metodologia previamente pensada foi modificada após a primeira etapa de conversas com as comunidades locais, o que vem ao encontro do que propomos, ter uma base de proposta e adaptá-la. Esta modificação fica explícita no capítulo 4.

5.2.1.2. AÇÕES REALIZADAS

As etapas realizadas foram, a saber:

- Levantamento de dados secundários, onde, através de bibliografia, foram levantados e expostos dados sobre o município;
- Primeira vivência no território, quando foi elaborado o diagnóstico. Segundo o relatório, a proposta aqui era de “compreender as leituras patrimoniais dos atores locais sobre o município e desenvolver as primeiras ações do Programa de Educação Patrimonial” (p. 42), conforme pode ser visto no capítulo 6. Durante esta etapa, foram realizados o levantamento do patrimônio cultural do município, desenvolvimento da história oral temática através da realização de oito entrevistas;
- Reunião com a secretaria municipal de cultura, no intuito de firmar uma parceria, impossibilitada pelo contexto eleitoral. Porém ainda foi possível, segundo o relatório, obter informações sobre os projetos culturais desenvolvidos na cidade, bem como dos festejos tradicionais de cultura local e regional;
- Reunião com a secretaria municipal de educação, com a mesma problemática da anterior. Aqui foi possível, então, obter dados educacionais sobre o município, bem como montar uma proposta de evento para ser desenvolvido junto a comunidade;
- Visitas técnicas, ao Projeto Arte e Cultura, onde foi possível conhecer melhor o trabalho dos professores da cidade junto aos alunos fora da escola e ao espaço do Pajé Jaraki, que é um local onde um membro da etnia Arara exerce atividades pertinentes aos seus conhecimentos de ervas medicinais e medicina tradicional;

Na sequência, no capítulo 7, são expostas as primeiras mudanças no programa, conforme o relatório:

“O programa voltou-se então para discussões sobre patrimônio que poderiam ser aplicadas nas políticas públicas, fortalecendo as mobilizações a partir da área da qual falamos: a Arqueologia e seu contexto no licenciamento ambiental e as formas de preservação do patrimônio. Nesse sentido, o processo educativo buscou que os sujeitos envolvidos se motivassem, se apropriassem de informações, criassem conhecimentos, de forma a atuar e conquistar direitos. (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014, p.93)”

Neste momento foram produzidos um livro para que os chamados multiplicadores pudessem trabalhar as questões temáticas junto aos públicos. Foi também elaborado um mapa

do patrimônio arqueológico de Alto Horizonte, com o objetivo de socializar o patrimônio arqueológico identificado. Foi também efetuada uma exposição de painéis e objetos arqueológicos, onde se identificou como muito importante a utilização das peças principalmente pela troca de informações a respeito delas. Ainda foi produzido um CD de apoio, com materiais diversos entre textos e vídeos.

A quarta etapa, referida no capítulo 8, é chamada de retroalimentação de ações e norteadores para as oficinas, e se constitui em reuniões com secretários e diretores de escolas, palestras, oficinas, reorganização do acervo arqueológico e exposição na biblioteca municipal, retorno das atividades realizadas anteriormente.

A quinta etapa, descrita no capítulo 9, foi a segunda vivência no território, que contou com a entrega dos livros confeccionados para subsidio de conhecimento dos multiplicadores, palestra com os funcionários da mineradora, oficina com gestores públicos, oficina com moradores da área urbana e com membros do corpo escolar do município em tela e de municípios vizinhos. Também foi realizada oficina com estudantes.

A sexta e última etapa foi a avaliação e a consideração sobre formas de acompanhamento, quesito importantíssimo para mim. Porém, este item específico, acaba por não acontecer, conforme abaixo:

“Embora os professores da rede municipal tenham colocado a possibilidade da aplicação das propostas e desenvolvimento de projetos para o ano de 2014, as ações não se efetivaram. Trata-se de um dado para próximas ações de Educação Patrimonial no município de Alto Horizonte tendo em vista que o **diálogo à distância (virtual ou por telefone)** com os professores não se mostrou viável. A continuidade destas discussões a partir de outros projetos de pesquisa deverá considerar outras formas de avaliação e continuidade que possibilitem o retorno da equipe de Educação para reforçar e contribuir com as atividades desenvolvidas pelos professores junto a seus alunos. (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014, p.151)”

A conclusão a que se chega após análise das atividades é que foram realizadas diversas trocas de conhecimento, produção de materiais, conversas formais e informais. O projeto pode ser considerado um exemplo de aplicação da 230/2002, ainda que, tristemente, não tenha sido dada sua continuidade a partir de atividades não presenciais.

5.2.2. PROJETO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM MONTES CLAROS DE GOIÁS E ARAGARÇAS, GOIÁS

O segundo caso a ser abordado é o de um Programa de Gestão, já sob a regra da IN 01/2015, relacionado a atividades de plantio de cana-de-açúcar, pela empresa Sapiens Arqueologia, voltada, também, ao exercício de atividades junto a processos de licenciamento. As atividades foram realizadas nos municípios de Montes Claros de Goiás e Aragarças, no ano de 2021, coincidentemente também no Estado de Goiás.

Já na introdução são explicitados alguns pontos de referências teóricas (Cerqueira (2011), Fonseca (2009), Le Goff (1994), Pollak (1989)) e a divisão por etapas das aplicações, a saber:

“Visando uma construção social do conhecimento, o Programa de Educação Patrimonial foi dividido em três etapas: a primeira é a caracterização cultural junto aos levantamentos bibliográficos, a segunda é a educação patrimonial junto aos colaboradores da EBER e comunidade local; a terceira é realização nos ambientes escolares: Colégio Estadual Francisco Modesto da Silva, Escola Municipal Maria Raimunda Gomes do Nascimento, Escola Municipal Professor Jose Rosa De Oliveira, Colégio Estadual Melquíades Victor de Oliveira e Escola Arco Íris. As atividades tiveram o intuito de promover o conhecimento histórico, arqueológico e incentivar o uso da memória na produção cultural. (SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2022. p. 2)”

5.2.2.1. *BASE TEÓRICA*

A construção teórica começa citando o clássico guia de Horta, passa por fundamento do psicodrama de Moreno e chega a conceitos atuais com Soares e Oosterbeek. É essencial aqui salientar todo um subcapítulo voltado às ações em tempos de pandemia, com citações à estudos sobre os impactos (Libânio e Moraes) e suas consequências (Chiaretti). Aqui não percebemos um alongamento sobre teorias, que, em tese, deveriam constar no projeto. As aplicações metodológicas que irão nos demonstrar os preceitos a que foram submetidas.

5.2.2.2. *AÇÕES REALIZADAS*

Aqui temos uma conceituação mais elaborada do psicodrama e sua escolha para nortear as ações, conforme exemplo de um dos vários apontamentos, segue:

“Psicodrama pode ser definido como uma via de investigação da mente humana mediante a ação. É um método de pesquisa e intervenção nas relações interpessoais, nos grupos, entre grupos ou de uma pessoa consigo mesma. Mobiliza o sujeito para vivenciar a realidade a partir do reconhecimento das diferenças e dos conflitos e facilita a busca de alternativas para a resolução do que é revelado, expandindo os

recursos disponíveis. Tem sido amplamente utilizado na educação, nas empresas, nos hospitais, em clínicas e nas comunidades em geral. Com base de preferência metodológica nesse conceito, propiciamos aos envolvidos uma socio dinâmica com a finalidade de criar vínculos entre os indivíduos dos grupos e o patrimônio cultural. (SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2022. p.11)”

As ações foram divididas em etapas, e consistem no estabelecimento de linhas de comunicação com a comunidade envolvida, experiências práticas com os sujeitos envolvidos e diversificação das atividades por meio de estratégias visando os diferentes agentes envolvidos.

Aqui temos também uma explicação metodológica sobre os critérios de avaliação a serem utilizados, sob a base da Learning Impact Research Project, onde:

“*Na Learning Impact Research Project*, a aprendizagem pode ser entendida como um conjunto de processos inter-relacionados e complexos que: são idiossincráticos e imprevisíveis; são individuais ou coletivos; relacionam e modelam a aprendizagem através de interações com outras pessoas, com espaços sociais e com ferramentas específicas para a aprendizagem visual; envolvem a identidade pessoal e coletiva na busca de relevância do grupo em seus aspectos culturais; buscam bases nos conhecimentos já popularizados; resultam em explicações e conhecimentos que parecem significativos. (SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2022. p. 14)”

A primeira etapa de ações relativas à extroversão do conhecimento foi a de caracterização cultural, conforme vemos no capítulo 5. Aqui vemos a elaboração de contextos etno-histórico, histórico, arqueológico, sendo esse regional e local.

A segunda etapa é explicitada no capítulo 6, onde são descritas as atividades realizadas durante a etapa de resgate dos sítios arqueológicos identificados. Para cada sítio arqueológico identificado, foram realizadas palestra e capacitação dos auxiliares de campo. Segundo o relatório, o resultado desta metodologia foi “favorável, pois a difusão de conhecimentos acerca das pesquisas desenvolvidas, temáticas culturais e patrimoniais se tornava mais ampla ao atingir maior número de indivíduos. (2021, p. 34)”

Ocorreram, também, conforme relatório, diversos momentos de socialização com colaboradores da empresa contratante e profissionais da agricultura da região.

“As visitas dos colaboradores ocorreram durante toda a etapa de campo, em cada sítio arqueológico pesquisado, principalmente ao sítio Toca da Anta. Por ser um sítio em abrigo, com presença de pinturas rupestres em três painéis, ele alcançou maior visibilidade. Os visitantes iam em busca de perguntas, tais como: “Quem viveu aqui? Como esse povo morava aqui? O que comiam? O que estavam pintando nas paredes?”. Verificamos grande interesse dos colaboradores em saber mais sobre a cultura material que estava sendo resgatada e as informações que elas poderiam trazer. (SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2022. p. 37)”

Foi realizada a chamada socialização com a comunidade, com conversas sobre os achados na região e convites (muitos aceitos) de visita ao local das principais escavações de resgate. Esta visita ocorreu em diversos momentos, de forma espontânea e por convites. As conversas, nas palavras do relatório, “semiestruturadas” vão ao encontro das bases principais, com espaço a especificidades e informalidades, tão importante em meu ponto de vista. Aqui é necessário ressaltar a percepção da equipe quando:

“Em conversas oportunísticas a equipe percebeu que os auxiliares se tornaram multiplicadores do conhecimento advindo das pesquisas arqueológicas nos seus municípios, visto que todos os dias traziam dúvidas, expondo as memórias de seus familiares e amigos acerca do patrimônio regional. À vista disso, elaboramos uma estratégia para solucionar as dúvidas e difundir os conhecimentos, em que consistia na reunião diária antes de finalizar as atividades, na qual eram socializados os dados obtidos, suas implicações e resolução dos questionamentos. (SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2022. p. 40)”

A seguir, conforme descrito no capítulo 7, foi realizada a etapa de integração da educação patrimonial, com a construção de mais bases teóricas para explicitar as ações realizadas:

“O Programa de Educação Patrimonial foi alicerçado em bases teórico metodológicas de autores pioneiros em âmbito nacional, que buscam o desenvolvimento de um trabalho holístico, pautado na execução de atividades associadas a uma abordagem construtivista. Nomeadamente, as produções de Piaget (1975; 1978), Moreno (1975), Diniz (1995), Horta *et al.* (1999), Almeida e Morais (2003), Cerqueira *et al.* (2011), Abadia e Rambelli (2013), Nunes e Arantes (2013), Neto (2013). (SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2022. p. 47)”

Nesta etapa foram realizadas as seguintes ações:

- Elaboração de material de apoio, como cartilhas específicas, folder específico, powerpoint, kit de réplicas arqueológicas, *kit* de materiais originais, vasilhames para quebrar e remontar e argila para modelagem.
- Execução de módulos pedagógicos em cinco diferentes escolas. Realizadas na ordem: Entrega das cartilhas, palestra, exposição das réplicas, exposição do material arqueológico, oficina de remontagem, oficina de técnica de manufatura cerâmica;
- Atividades pedagógicas na empresa contratante e com agricultores, realizadas nos mesmos moldes da anterior, com públicos diferentes e se adequando a especificidades de local, tempo e interesse;

- Divulgação nas telecomunicações. Este ponto é importante, porém não abordado pois depende mais de interesse externo do que do profissional para que ocorra. Neste caso específico, a empresa realizou descobertas consideradas interessantes por um jornal local, que publicou uma matéria a respeito. Com isso, a repercussão foi enorme e a equipe soube trabalhar em cima disso, ganhando notoriedade nacional com matérias exibidas nos principais veículos de comunicação¹³

Por fim, temos a avaliação do programa executado, considerada positiva por participantes e pesquisadores, e considerações finais, onde versa que:

“A união da caracterização cultural com a educação patrimonial foi essencial para o sucesso do programa. O reconhecimento que as comunidades têm pelo seu patrimônio acontece mediante a busca das lembranças, algo que os pesquisadores podem realizar através do resgate social da memória, conversando com as pessoas. Os pesquisadores se tornam mediadores de um processo em que eles viram participantes, cenário visto nos contatos com os órgãos públicos, com as personalidades reconhecidas no município e com os professores produtores de conhecimento. Isso permitiu a integração de valores históricos e culturais no Programa de Educação Patrimonial.

A implantação teórica e metodológica nessas etapas, caracterização cultural e educação patrimonial, utilizou em seu programa bases da história cultural e do

¹³ LONGO, Malu. Encontrado Sítio de 3 mil anos. O Popular, ano 83, nº 24.757, p. 13. Disponível em: <<https://opopular.com.br/digital/31-janeiro-2022/1o-caderno>>. Acessado em: 31 de janeiro de 2022.

SOUZA, Renata. Pesquisadores encontram sítio arqueológico de 3.500 anos em Goiás. CNN: São Paulo, atualizado 02/02/2022 às 15:15. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/pesquisadores-encontram-sitio-arqueologico-de-3-500-anos-em-goias/#:~:text=J%C3%A1%20cadastrado%20no%20Instituto%20do,%C3%B3sseos%20e%20por%C3%A7%C3%B5es%20de%20carv%C3%A3o.>>. Acessado em: 04 de fevereiro de 2022.

GOMES, M. Milhares de artefatos são recolhidos em sítio arqueológico de mais de 3,5 mil anos em Goiás. G1 Goiás, publicado em 01/02/2022 as 07h41. Disponível em: <<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2022/02/01/sitio-arqueologico-de-mais-de-35-mil-anos-e-encontrado-em-goias.ghtml>>. Acessado em: 04 de fevereiro de 2022.

Época Negócios. Artefatos revelam sítio arqueológico de 3,5 mil anos em Goiás. Publicado em 01/02/2022 as 17H32. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Um-So-Planeta/noticia/2022/02/artefatos-revelam-sitio-arqueologico-de-35-mil-anos-em-goias.html>>. Acessado em: 04 de fevereiro de 2022.

RODRIGUES, A. Artefatos revelam sítio arqueológico de 3,5 mil anos em Goiás. Agência Brasil: Brasília, publicado em 01/02/2022 as 17:24. Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2022-02/artefatos-revelam-sitio-arqueologico-de-35-mil-anos-em-goias>>. Acessado em: 04 de fevereiro de 2022.

Jornal Grande Bahia. Artefatos revelam sítio arqueológico de 3,5 mil anos em Goiás. Publicado em 2 de fevereiro de 2022. Disponível em: <<https://www.jornalgrandebahia.com.br/2022/02/artefatos-revelam-sitio-arqueologico-de-35-mil-anos-em-goias/>>. Acessado em: 04 de fevereiro de 2022.

A Redação. Sítio arqueológico de 3,5 mil anos é encontrado em Goiás. Publicado em 01/02/2022 as 10:28. Disponível em: <<https://www.aredacao.com.br/noticias/162945/sitio-arqueologico-de-3-5-mil-anos-e-encontrado-em-goias>>. Acessado em: 04 de fevereiro de 2022.

COELHO, P. Goiás: pesquisadores encontram sítio arqueológico de 3,5 mil anos. UOL: Aventuras na História, publicado em 02/02/2022 as 09H30. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/goias-pesquisadores-encontram-sitio-arqueologico-de-35-mil-anos.phtml>>. Acessado em: 04 de fevereiro de 2022.

psicodrama pedagógico para produzir conhecimentos e trazer a noção de pertencimento para os participantes. O uso de imagens locais para reconhecimento também foi crucial nesse processo. Portanto, as intervenções socioculturais e psicodramáticas que possibilitaram as ações da equipe, permitiram discutir, questionar, criticar e esclarecer as relações da sociedade com a Arqueologia e principalmente, com a sua história local. Foi explorado o grau de consciência das pessoas sobre o tema patrimonial, algo que a equipe deu contornos ideológicos sobre a importância dos estudos culturais em todas suas dimensões.

Consideramos as aplicações teóricas e metodológicas do psicodrama satisfatórias, visto ação de influência da espontaneidade e da criatividade dos grupos. Ao recuperar a espontaneidade e a criatividade dos protagonistas, eles estarão diante da possibilidade de produzir ações que valorizem a memória no meio em que vivem e futuramente diante da sociedade. Isso significa não produzir riscos para a história e Arqueologia pela imparcialidade, ou seja, não haverá falta de conhecimento dos participantes sobre o tema patrimonial diante dos caminhos que percorrerão no futuro. (SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2022. p. 108)”

Considero esta aplicação de programa como exemplar pois, além de detalhar métodos e abordagens teóricas, executa essas de acordo com o programado. A situação de exceção pela notoriedade de um dos sítios arqueológicos resgatados foi explorada com excelência pela empresa, ganhando a notoriedade e utilizando-a para divulgação de nosso superpoder arqueológico de modo a estabelecer um padrão para novas ocorrências deste tipo. Ainda que sentindo falta das atividades de longo prazo, acho que ficam explicitadas algumas considerações refletidas no texto.

Ambos os casos explicitados acima são de empreendimentos de porte não considerado pequeno, onde existe a possibilidade temporal e legal de realização de mais atividades de extroversão. Novamente aqui friso que o uso do nosso superpoder não deve ficar restrito a essas situações, podendo, e devendo, ser mais trabalhado em orçamentos exíguos e prazos apertados.

6. CONCLUSÃO

Este trabalho tentou, através de discussão sobre práticas e responsabilidades, falar sobre o que o autor considera um superpoder, o conhecimento produzido por pesquisas arqueológicas.

Como já explicitado anteriormente, o real problema do uso do superpoder arqueológico não se aplica aos grandes empreendimentos, e sim aos mais pontuais. A tentativa de estabelecer uma discussão e sugestões para com quem executa este tipo de processo é o mote do trabalho em tela.

Na primeira parte, estabeleci um panorama de um grande trabalho de Arqueologia aplicada ao licenciamento na década de 1970, quiçá o primeiro desta modalidade. Entre dados e pesquisas relacionadas aos sítios encontrados, percebi que, de acordo com o que era prática na época, não se estabeleceram, ao menos oficialmente, ações de compartilhamento de conhecimentos ou extroversão de resultados.

No segundo capítulo, procurei demonstrar a evolução dos conceitos e abordagens durante as décadas de 1980 e 1990, sob o prisma de uma instituição de pesquisas que realiza(va) serviços em licenciamento (Museu Emilio Goeldi) e sob a perspectiva de uma proeminente figura na “Arqueologia de contrato” da época e até atualmente (Solange Caldarelli). Através dos dados analisados, pude verificar que já existiam algumas poucas ações pontuais de trabalhos de extroversão, muitos não oficialmente, porém, de acordo com as atribuições legais e teóricas do momento.

O terceiro capítulo tentou demonstrar a mudança de panorama de acordo com as mudanças legais. Panoramas e estudos foram analisados para demonstrar uma esperada “pasteurização” das atividades de extroversão do conhecimento. Porém, o dado preocupante que chamou a atenção foi que, além da consideração de que se executa, na maioria dos casos, o mínimo suficiente para se aprovar relatórios, por muitas vezes o que se formula são justificativas (aceitas) para sua não realização.

Já na quarta parte desta tese é elaborada a discussão conceitual sobre Arqueologias, com sua tradicional (e não corroborada) separação entre acadêmica e de contrato. Procuro estabelecer pontos de discussão e reflexão entre problemas identificados por outros pesquisadores na formação e prática do profissional em Arqueologia, bem como explicitar pontos de concordância e sugestões de abordagem.

O quinto e último capítulo versa sobre minhas sugestões de melhorias nas aplicações, de acordo com abordagens do Brasil e do Exterior. Também, para não fazer “terra arrasada”, cito exemplos de ações que podem ser tomadas como base, em alguns aspectos, para futuros trabalhos.

Com toda a pesquisa realizada durante esses quatro anos do doutorado, percebi que existe uma vontade da comunidade arqueológica de debater e aferir melhorias no processo do uso da informação arqueológica. Porém, a aplicação destas melhorias ainda é muito incipiente.

A questão aqui é que precisamos, enquanto profissionais da Arqueologia, desenvolver métodos de melhorar nossos procedimentos, para conseguir aplicá-los mesmo em situações desfavoráveis de prazo e financeiras. A criação de metodologias base é uma escolha, mas para mim a principal modificação a ser feita é na questão da identificação da duração da Arqueologia em um processo de licenciamento.

Sabendo que as empresas contratantes fazem o mínimo estipulado na legislação para conseguir suas licenças, e pagam por este mesmo mínimo, não podemos, enquanto cientistas, porque é isto que somos, nos resumir a leis, regras e órgãos fiscalizadores. Devemos querer mais. E querer mais da maneira que podemos e temos condições, que é nos tornando um pouco super-heróis para usarmos o nosso superpoder.

Sei que é difícil, que todos temos compromissos, boletos, responsabilidades, etc. Porém, acredito fortemente, e minha vivência de dez anos trabalhando no licenciamento me permite afirmar isso, que todos podemos fazer um pouco mais. Uma troca de e-mails, um envio de SEDEX, uma chamada de vídeo, tudo isso é executável quando o público possui condições de receber.

Se o público não possui esta estrutura, bom, aí é outra situação, e não sei como resolver. Porém, quando existe esta possibilidade, é de suma importância que não fiquemos inertes à possibilidade de ampliar nossa área de influência e troca. Podemos e devemos manter os contatos prometidos, gerir o tempo para conseguir responder questionamentos e participar das atividades propostas pelos chamados multiplicadores do conhecimento. Devemos nos ater a trocas, a percepções a saberes externos, mas devemos, sobretudo, dar ATENÇÃO.

Não somos melhores que outros. Não somos super-heróis. Nem pedimos para ser. Mas temos um superpoder nas mãos e é nossa tarefa diária aprender a usá-lo da melhor maneira possível, pois vai que um dia chega um Thanos da política querendo acabar com o licenciamento, ou um Galactus (spoiler, desculpe Marvel) no governo querendo acabar com

nosso conhecimento. Vai que ele já está lá e está ganhando esta batalha velada porque não nos unimos? Precisamos conversar mais, querer juntos e fazer todos. E eu acho que dá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Luciano Aronne & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre. FGV: Edipucrs. 2013. 348 p.

ALARCÃO, Jorge de. **A escrita do tempo e a sua verdade (Ensaio de epistemologia da Arqueologia)**. Quarteto Editora, Coimbra. 2000.

ALMANSA, Manuel Acién. **Política y Arqueología: ¿dependência?** Universidade de Málaga. 1994.

AVILA, Gabriela Martins. **Arqueologia e política: A história e a verdade**. Anais da 65ª reunião anual da sbpc – Recife, PE – 2013

BARRETO, Mauro Viana. **História da pesquisa arqueológica no Museu Paraense Emílio Goeldi**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropologia. 8(2). 1992.

BARRETO, Cristiana. **Arqueologia brasileira: uma perspectiva histórica e comparada**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, Suplemento 3, p. 201-212, 1999

BARRETO, Cristiana. **A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da Arqueologia o Brasil**. Revista USP, São Paulo, n. 44, p. 32-51, dez./fev. 1999-2000.

BASTOS, Rossano Lopes. **Preservação, Arqueologia e Representações Sociais**. Erechim. Editora Habilis. 2007. 327p.

BERRIET, Margalit. **Education, training and communication in cultural**. Education training and communication in cultural management landscapes. Arkaeos 42. Mação. 2017. p. 71-83.

BERTONCELLO, Aline. **Patrimônio, legislação e licenciamento ambiental: análise das ações educativas em processos de Arqueologia consultiva realizadas no Oeste Catarinense (2012-2018)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2020.

BEZERRA, Marcia. **Bicho de nove cabeça: os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil**. Revista de Arqueologia, v. 21 n. 2, p. 139-154, 2008.

BINFORD, Lewis. **En busca del pasado**. Barcelona: Crítica, 1.988. 283 p.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 001, de 17 de fevereiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23>. Acessado em: 20/07/2020.

BRASIL. **Portaria IPHAN nº 230, de 17 de dezembro de 2002**. Define o escopo das ações a serem desenvolvidas nas fases de licenciamento ambiental. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?jsessionid=A06CADFB00F22E94591802C9702B8A3C?id=337>>.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 01, de 25 de março de 2015**. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Brasília, DF, 2015b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Instrucao_normativa_01_2015.pdf>.

BRASIL. **Portaria IPHAN nº 196, de 18 de maio de 2016**. Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel. Brasília, DF, 2016g. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_Iphan_196_de_18_de_mairo_2016.pdf>.

CALDARELLI, Solange Bezerra. **A degradação do patrimônio arqueológico como consequência da construção de usinas energéticas em bacias hidrográficas: uma reflexão crítica sobre a reversibilidade do processo**. Anais do 3º Encontro Nacional de Estudos Sobre o Meio Ambiente, Londrina, UEL, 1991, 1: 72-79.

CALDARELLI, Solange Bezerra; CALDARELLI, Carlos Eduardo. **Política ambiental e legislação relativa ao patrimônio cultural brasileiro**. Anais do 3º Encontro Nacional de Estudos Sobre o Meio Ambiente, Londrina, UEL, 1991, p.295-301.

CALDARELLI, Solange Bezerra. **Inventário e Preservação do Patrimônio Arqueológico da Amazônia**. Trabalho apresentado no SIMDAMAZÔNIA-Simpósio para o Desenvolvimento da Amazônia, preparatório à CNUMAD - Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO 92). Belém, ONU / Ministério das Relações Exteriores do Brasil / Governo do Estado do Pará/SECTAM-Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente / MPEG/CNPq, 1992.

CALDARELLI, Solange Bezerra. **A preservação do patrimônio cultural em planejamento ambiental**. Anais do 4º Encontro Nacional de Estudos Sobre o Meio Ambiente, 2: 258-265. Cuiabá, UFMT, 1993.

CALDARELLI, Solange Bezerra. **Avaliação do potencial arqueológico de Serra da Mesa**. Cadernos de pesquisa. Nº9. Editora UCG. Goiânia. 1995. p. 9-19.

CALDARELLI, Solange Bezerra. **Arqueologia e recursos hídricos: a evolução dos conceitos e procedimentos de avaliação e mitigação dos impactos de empreendimentos hidrelétricos**. Trabalho apresentado na VI Reunião Anual da Seção Brasileira da IAIA – Associação Internacional de Avaliação de Impactos. São Paulo, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, 1997.

CALDARELLI, Solange Bezerra. **A Arqueologia como profissão**. Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Rio de Janeiro, 1999.

CALDARELLI, Solange Bezerra. **Levantamento arqueológico em planejamento ambiental**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, USP, Suplemento 3: 347-369, 1999.

CALDARELLI, Solange Bezerra; SANTOS, Maria do Carmo Mattos Monteiro dos. **Arqueologia de Contrato no Brasil**. REVISTA USP, São Paulo, n.44, dezembro/fevereiro 1999-2000. p. 52-73.

CALDARELLI, Solange Bezerra. Et al. **Rescue archaeology in Brazilian amazon: retrospect and perspectives**. Archaeology and Society. Large scale rescue operations – their possibilities and problems. ICAHM Report, Stockholm, 1: 277-286.

CALDARELLI, Solange Bezerra. **Contribuições das pesquisas realizadas pela Scientia Consultoria Científica à Arqueologia Capixaba e risco que o patrimônio arqueológico corre com as mudanças em estudo pelo Governo Federal**. II ENCA- Encontro Nacional de Arqueologia Capixaba. 2019.

CARBONERA, Mirian. **A tradição tupi-guarani no alto Uruguai: Estudando o “acervo Marilandi Goulart”**. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo – RS. 2008. 245p.

CARMO, Sura Souza; VIEIRA, Flávia Cristina Costa. **Ressonâncias da Arqueologia preventiva no reconhecimento da profissão de Arqueólogo**. Habitus. Goiânia, v. 18, n.1, p. 70-88, jan./jun. 2020.

CECCON, Roseli dos Santos. **Em busca de uma “Arqueologia Brasileira”. Universidade do Paraná, décadas de 1950 a 1970**. Dissertação de mestrado. Edipucrs. Porto Alegre – 2011. 147 p.

CHMYZ, Igor, ed. **Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. Curitiba, Manuais de Arqueologia**. Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, n. 1, p. 1-34. 1966

CHMYZ, Igor. **Primeiro relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu**. IPHAN. Gráfica Graemi - Curitiba. 1976, p. 105

CHMYZ, Igor. **Segundo relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu**. IPHAN. Gráfica Graemi - Curitiba. 1977, p. 150

CHMYZ, Igor. **Terceiro relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu**. IPHAN. Gráfica Graemi - Curitiba. 1978, p. 141

CHMYZ, Igor. **Quarto relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu**. IPHAN. Gráfica Graemi - Curitiba. 1979, p. 109

CHMYZ, Igor. **Quinto relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu**. IPHAN. Gráfica Graemi - Curitiba. 1980, p. 102

CHMYZ, Igor. **Sexto relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu**. IPHAN. Gráfica Graemi - Curitiba. 1981, p. 69

CHMYZ, Igor. **Sétimo relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu**. IPHAN. Gráfica Graemi - Curitiba. 1983, p. 106

CLARKE, David. **Spatial archaeology**. New York: Academic Press, 1.977. p.386.

DEMARCHI, João Lorandi. **Perspectivas para atuação em educação patrimonial.** Revista CPC, São Paulo, n.22, p.267-291, jul./dez. 2016.

DIAS, Adriana S. **Um projeto para a arqueologia brasileira. Breve histórico da implantação do PRONAPA.** Revista do CEPA, 22, p. 25-39, 1995.

DIAS, Adriana Schmidt. **Novas perguntas para um velho problema: escolhas tecnológicas como índices para o estudo de fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico.** Dossiê - Fronteiras territoriais e identidades socioculturais: causas e significados da variabilidade artefactual dos registros arqueológicos • Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum. 2 (1), 2007.

DISSARD, Laurent. **Visual Archaeo-technology and politics in southeastern Turkey.** In: JORGE, Vitor Oliveira; THOMAS, Julian. Archaeology and the politics of vision in a post-modern context. Cambridge Scholars Publishing. p. 306-329. 2008.

DONATO, Hernâni. **Brasil 5 séculos.** São Paulo: Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes. Editora Green Forest do Brasil, 421 p. 2000.

DONATTI, Patrícia Bayod. **História da Arqueologia no Brasil.** UFAM. Somanlu, ano 17, n. 1, jan./jun. 2017

EVANS, Clifford. MEGGERS, Betty. Guia para Prospecção Arqueológica no Brasil. Série Guias, nº2. Museu Paraense Emilio Goeldi. Belém. 1965.

FACCIO, Neide Barrocá; BARONE, Luís Antonio. The contribution of collaborative research and heritage education on the recollection of memory and reinforcement of identity in an indigenous village: reflections of an experience in the western region of São Paulo State (Brazil). Education training and communication in cultural management landscapes. Arkaeos 42. Mação. 2017. p. 195-207.

FAGAN, Brian. **In the beginning an introduction to archaeology.** 3 Ed. Boston Toronto: Little, Brown and Company, 1978. 562 p.

FAUSTO, Carlos. **Da responsabilidade social de antropólogos e arqueólogos: sobre contratos, barragens e outras coisas mais.** Revista de Arqueologia – Volume 28. N.2. p. 202-215. 2015.

FERREIRA, Lúcio Menezes. **Sob fogo cruzado: arqueologia comunitária e patrimônio cultural.** Revista Arqueologia Pública, São Paulo, nº 3, 2008. pgs. 81-92.

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim et al. **Educação patrimonial Histórico, conceitos e processos.** IPHAN, 2014.

FRANCO, Roberto Messias. **Education training and communication: approaches to environmental public policies in Brazil.** Education training and communication in cultural management landscapes. Arkaeos 42. Mação. 2017. p. 231-245.

FUNARI, Pedro Paulo A. **O papel da cultura material urbana na construção de uma memória histórica.** Departamento de História da Unicamp. Campinas. 1992.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Arqueologia Brasileira: visão geral e reavaliação**. Revista da história da arte e Arqueologia. Editora Unicamp – Campinas. 1994. 23-41 p.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Public Archaeology from a Latin American perspective**. Public Archaeology, 1, 4, 2001. P.239-243.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências**. Cienc. Cult. vol.65 no.2 São Paulo. 2013.

FUNARI, Pedro Paulo; ROBRAHN-GONZALEZ, Erika. **Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil**. Revista de História. São Paulo, 27 (2) 2008.

GALVÃO, Jucilene; BERMANN, Célio. **Grandes Empreendimentos hidrelétricos e conflitos sociais: estratégias de Empresas e Governo na negação de Direitos e das Formas de Resistência**. In: Luiz Alex Saraiva; Adriana Vinholi Rampazo. (Org.). Energia, organizações e sociedade. 1ªed.Recife: Massangana, 2017, v., p. 9-284.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; POSSAMAI, Zita Rosane. **Educação Patrimonial: Percursos, concepções e apropriações**. Revista Mouseion, Canoas. Nº 19. 2014.

GOMES, Josiane Fialho Gonçalves. **Sangue, suor e lágrimas: problemas, perspectivas e desafios na preservação do patrimônio arqueológico em licenciamentos ambientais**. Dissertação de mestrado, PUCRS, Porto Alegre. 2018.

HILBERT, Klaus. **“Cave canem!: cuidado com os “Pronapianos”! Em busca dos jovens da arqueologia brasileira**. Dossiê - Fronteiras territoriais e identidades socioculturais: causas e significados da variabilidade artefactual dos registros arqueológicos • Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências humanas. 2007.

HILBERT, Klaus. **Ossos do ofício: Arqueologia na prática**. Curitiba. Editora Appris. 307 p. 2020.

HODDER, Ian & ORTON, Clive. **Análisis espacial en arqueología**. Barcelona: Crítica, 1.990. 295 p.

HODDER, Ian. **Theory and practice in Archaeology**. Londres. Routledge. 2005.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

HUTCHINGS, Rich & LA SALLE, Marina. **Arqueologia como capitalismo do desastre**. Revista de Arqueologia. Volume 28, n. 2. 2015.

INGOLD, Tim. **Trazendo coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais**. Horizontes Antropológicos, ano 18, n.37. p. 25-44. Porto Alegre. 2012.

ITAIPU, Usina Hidrelétrica Binacional. Site <https://www.itaipu.gov.br/nossahistoria> acessado em 26/03/2020.

JOHNSON, Matthew. **Teoría arqueológica – una introducción**. Barcelona. Editora Ariel História. 284 p. 2000.

JULIANI, Lúcia. **Os recursos arqueológicos como suportes à memória das cidades**. in: POSSAMAI, Zita. ORTIZ, Vitor. (org), Cidade & Memória na Globalização. Porto Alegre, Unidade Editorial da Secretaria Municipal de Cultura. 2002. p. 57-76.

KOLING, Paulo José. **Sujeitos e práticas sociais: uma abordagem sobre a organização e resistência dos expropriados da Itaipu**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH – São Paulo. 2011.

LAMING-EMPERAIRE. **Guia para o estudo das indústrias líticas da América do Sul**. CEPA – UFPR. Curitiba. 1967.

LASSANCE, José. **Educação como canal de comunicação Arqueológica/museológica: uma análise bibliográfica dos Projetos de educação patrimonial no licenciamento Ambiental no Rio Grande do Sul**. Rev. Arqueologia Pública Campinas, SP v.17 n.02 p.159 Dez./2021.

LIMA, Tania Andrade. **Patrimônio Arqueológico, Ideologia e Poder**. Revista de Arqueologia n.5 – 1988 – p. 19-28.

LUFT, Celso Pedro. **Minidicionário Luft**. Editora Ática. São Paulo. 1991.

MACHADO, Christiane Lopes. **Regulamentação profissional da Arqueologia: Início, desvios e pedras no caminho**. Habilis. Goiânia, v. 18, n.1, p. 8-23, jan./jun. 2020.

MAGALHÃES, Marcos Pereira (org.). **Amazônia Antropogênica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2016. 429 p.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital**. Revista NERA, Ano 18, num 27. Presidente Prudente. p. 53-63. 2015.

MATOS, Alexandre Pena. **Educação Patrimonial no Contexto Arqueológico: reflexões acerca das práticas educacionais**. 2017. Tese (Doutorado em História, na área de concentração Sociedade, Cultura Material e Povoamento) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MEGGERS, Betty Jane. **Advances in Brazilian Archaeology, 1935 – 1985**. American Antiquity, V. 50 N. 2, p. 364 – 373. 1985.

MEGGERS, B. J., EVANS, C. Como Interpretar a Linguagem da Cerâmica. Smithsonian Institution. 1970.

MEGGERS, Betty; EVANS, Clifford. **A Utilização de seqüências seriadas para inferir comportamento social**. Boletim Série Ensaio, Rio de Janeiro: Instituto de Arqueologia Brasileira, n. 3. 48 p. 1985

MELCHIADES, Carlos Eduardo Ferreira. **Mapeamento do patrimônio arqueológico do Rio Grande do Sul: Um ponto, uma linha e um horizonte.** Dissertação de mestrado. Edipucrs. Porto Alegre. 2017. 132 p.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Arqueologia amazônica: Santarém.** São Paulo: MAE-USP, 1972.

MILHEIRA, Rafael Guedes. **Arqueohistoriografia e identidade no contexto das pesquisas arqueológicas em Sambaquis.** Revista Virtual Ângulo. <http://www.cph.ipt.pt/cph/angu>. Acessado em 05/01/2017. Vol.2 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5.** Revista Brasileira de História. São Paulo. Vol. 38 N. 79 – 195-216 p. 2018.

MONTICELLI, Gislene. **Arqueologia em obras de engenharia no Brasil: Uma crítica aos contextos.** 370 p. Tese. Doutorado no Curso de Doutorado Internacional em Arqueologia do Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005.

MONTICELLI, Gislene. **O céu é o limite: como extrapolar as normas rígidas da cerâmica Guarani.** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 1, p. 105-115, jan-abr. 2007

OLIVEIRA, Josilene Aparecida de. **História da Arqueologia Paraense: um balanço da produção arqueológica no Paraná no período de 1876-2001.** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá. 2006.

OOSTERBEEK, Luiz; CURA, Sara; Bastos. **Pensar Local...Agir Global O Museu de Arte Pré-Histórica de Mação: memória, intuição e expectativa.** In Patrimônio Arqueológico e Cultura Indígena. - Pinheiro, A., Gonçalves, L.J., Calado, M. (orgs.), 95-107. Teresina, Brasil: Universidade Federal do Piauí, 2011.

OOSTERBEEK, Luiz. **Nosso futuro comum...25 anos depois: Dez questões da ansiedade para a práxis da gestão do território.** Um novo paradigma da sustentabilidade: Teoria e práxis da Gestão Integrada do Território / Ingelore Scheunemann e Luiz Oosterbeek (orgs.). - Rio de Janeiro :2012. 280p.

PENIN, André. **Academia, contrato e patrimônio: visões distintas da mesma disciplina.** Tese de Doutorado. USP. 2010.

PEREIRA, Edithe. **O Museu Goeldi e a pesquisa arqueológica: um panorama dos últimos dezessete anos (1991-2008).** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v.4, n. 1, p.171-190, jan.- abr. 2009.

PESTANA, Marlon Borges. **Points of you – Brazilian Archaeology and the Pronapian's feeling.** AP: Online Journal in Public Archaeology. Vol 01. 2011. 93-95 p.

PIACENTI, Carlos Alberto, et al. **Apontamentos sobre a economia dos municípios atingidos pelas hidrelétricas de salto Caxias e Itaipu binacional.**

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília: UNB, 1.992. 605 p.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueología: Teorías, Métodos y Práctica**. Madrid: Akal Ediciones. 571 p. 1998.

RIBEIRO et al. **Território e conflito: breve histórico sobre a implantação da usina hidrelétrica Itaipu Binacional e seus reflexos na produção do espaço**. XIII Jornada do trabalho, Presidente Prudente, 2012.

RICHARDSON, Lorna-Jane; ALMANSA-SÁNCHEZ Jaime. **Do You Even Know What Public Archaeology Is? Trends, Theory, Practice, Ethics**. World Archaeology. 2015. 47:194–211.

ROCHA, Bruna Cigaran da. **Arqueologia pelas gentes: um manifesto. Constatações e posicionamentos críticos sobre a arqueologia brasileira em tempos de PAC**. REVISTA DE ARQUEOLOGIA Volume 26 - N.1: 130-140 - 2013

SALADINO, Alejandra. **IPHAN, Arqueólogos e patrimônio arqueológico brasileiro: um breve panorama**. Revista de Arqueologia. Volume 26, n.2. 2013.

SALADINO, Alejandra. **IPHAN, arqueólogos e patrimônio arqueológico**. Revista de Arqueologia, v. 26/27, n. 1/2, p. 40-58, 2013 / 2014.

SALADINO, Alejandra. Et al. **Reflexões dobra a prática arqueológica no Brasil do século XXI**. Habilis. Goiânia, v. 18, n.1, p.52-69, jan./jun. 2020.

SAPIENS ARQUEOLOGIA. **Relatório do projeto integrado de educação patrimonial. Áreas do complexo do parque industrial e áreas de plantio de cana de açúcar para a EBER bio-energia e agricultura ltda, município de Montes Claros de Goiás e Aragarças, Estado de Goiás**. Relatório Técnico. Hidrolândia. 2022.

SARAIVA, Luiz Alex Silva; RAMPAZO, Adriana Vinholi (Org.) **Energia, organizações e sociedade/ Luiz Alex Silva Saraiva e Adriana Vinholi Rampazo**. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2017.

SCHAAN, D. P.; BEZERRA, M. (orgs.). **Construindo a Arqueologia no Brasil: a trajetória da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Belém: GKNoronha, 2009. 300 p.

SCIFONI, Simone. **Desafios para uma nova educação patrimonial**. Revista Teias, v. 18 • n. 48 (Jan.-Mar., 2017): Políticas e Práticas de Educação Patrimonial no Brasil e na América

SCHMITZ, Pedro Ignácio. Migrantes da Amazônia: a tradição Tupiguarani. In: SCHMITZ, Pedro Ignácio. (Editor Responsável). **Documentos 5: Arqueologia no Rio Grande do Sul, Brasil**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas – UNISINOS. P. 31-64. 2006.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. O mundo da caça, da pesca e da coleta. In: SCHMITZ, Pedro Ignácio. (Editor Responsável). **Documentos 5: Arqueologia no Rio Grande do Sul, Brasil**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas – UNISINOS. P. 13-30. 2006.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; BECKER, Ítala Irene Basile. Os primitivos engenheiros do Planalto e suas estruturas subterrâneas: a tradição Taquara. In: SCHMITZ, Pedro Ignácio. (Editor Responsável). **Documentos 5: Arqueologia no Rio Grande do Sul, Brasil**. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas – UNISINOS. P. 65-100. 2006.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; BECKER, Ítala Irene Basile; NAUE, Guilherme. Os aterros dos campos do Sul: a tradição Vieira. In: SCHMITZ, Pedro Ignácio. (Editor Responsável). **Documentos 5: Arqueologia no Rio Grande do Sul, Brasil**. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas – UNISINOS. P. 101-124. 2006.

SILVA, Bruno Sanches Ranzani da. **Das ostras, só as pérolas Arqueologia pública e arqueologia subaquática no Brasil**. Dissertação de mestrado. UFMG. 2011.

SIVIERO, Fernando Pascuotte. **Educação e patrimônio cultural: uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação**. Escola Politeia, São Paulo, São Paulo. Revista CPC, São Paulo, n. 19, p. 80- 108, jun. 2015.

SOARES, André Luis Ramos; KLAMT, Sergio Celio. **Antecedentes Indígenas**. Porto Alegre: Martins Livreiro. 63 p. 2005.

SOUZA, Laize Carvalho de. **Arqueologia Pública e sua práxis social: uma contribuição necessária para a preservação de recursos arqueológicos e interação social**. In: Cadernos do Lepaarq, v. XV, n.30., p. 80-97, Jul-Dez. 2018.

TARDIVO, Jessica Aline; PRATSCHKE, Anja. **Reflexões sobre as políticas e ações de educação patrimonial no Brasil como instrumento para formação cultural**. In: I Congresso Nacional para Salvaguarda do Patrimônio Cultural. 2017.

TRIGGER, Bruce G. **Alternative Archaeologies: Nationalist, Colonialist, Imperialist**. Man, vol. 19, no. 3, [Wiley, Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland], 1984, pp. 355–70, <https://doi.org/10.2307/2802176>.

THOMAS, Julian & JORGE, Vitor Oliveira. **Archaeology and the politics of vision in a post-modern context**. Cambridge Scholars Publishing. Newcastle, 2008.

TOLKIEN, J. R. R. O Hobbit. Tradução Lenita Maria Rimoli Esteves, Almiro Pisetta; revisão técnica e consultoria Ronald Eduard Kyrmse; coordenação Luis Carlos Borges. –7ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

WASSERMAN, Claudia & GUAZZELLI, Cezar Augusto Barcellos (orgs.). **Ditaduras Militares na América Latina**. Porto Alegre. Editora da UFRGS. 2004. 215 p.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. **Apresentação em evento: Arqueologia no Alto Sertão da Bahia**. O Acervo Gerador do Museu: o caso MASB. 19ª Primavera dos Museus. 2021.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. **Projetar o Futuro para a Arqueologia Brasileira: Desafio de Todos**. Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico. Ano VI. Número 34. Porto Alegre – RS. 2005.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Programa de Educação Patrimonial – Projeto Chapada e Projeto Suruca. Município de Alto Horizonte, Estado de Goiás – Relatório Final.** Relatório Técnico. São Paulo. 2014.

ZARANKIN, Andrés & PELLINI, José Roberto. **Arqueologia e companhia: Reflexões sobre a introdução de uma lógica de mercado na prática arqueológica brasileira.** Revista de Arqueologia. Volume 25, n.2. 2012.

ZUCCARATTO, João. <http://www.revistapelomundo.com.br/construcao-da-usina-hidreletrica-de-itaipu-pode-ser-descrita-como-epopeia-biblica/> 2015. Acessado em 26/03/20.

ANEXO: TABELAS E GRÁFICOS DE ITAIPU

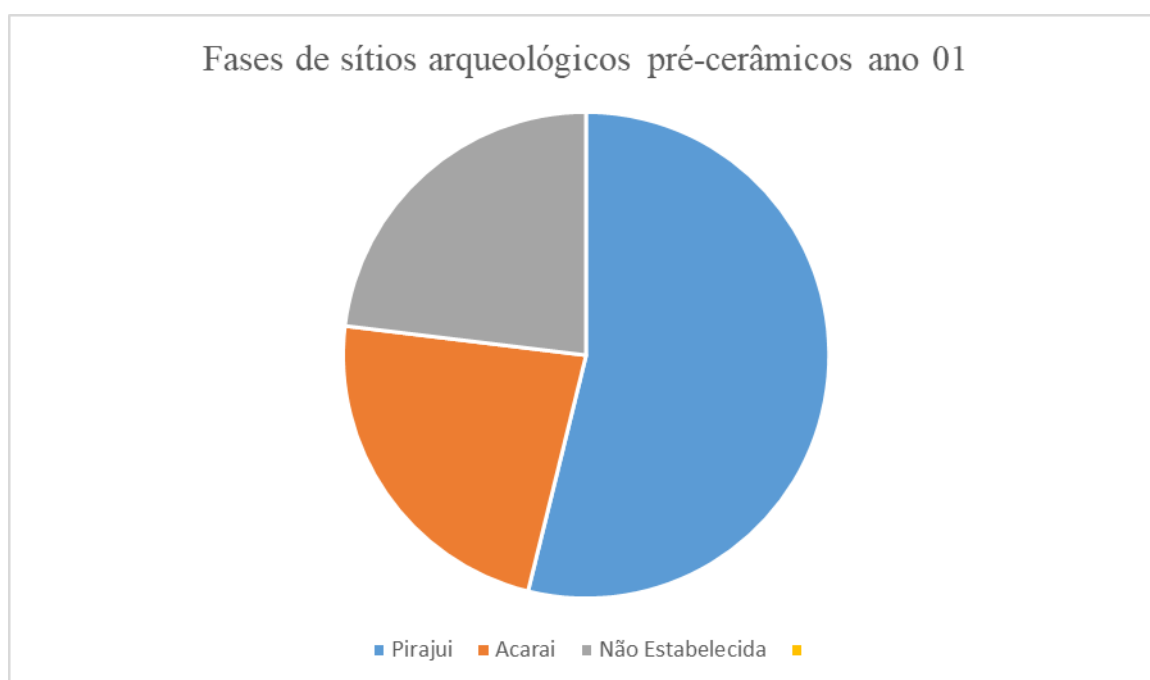
ITAIPU RELATÓRIO 1975/1976

Gráfico 1. Tipos de sítios arqueológicos encontrados na primeira etapa do Projeto Itaipu.



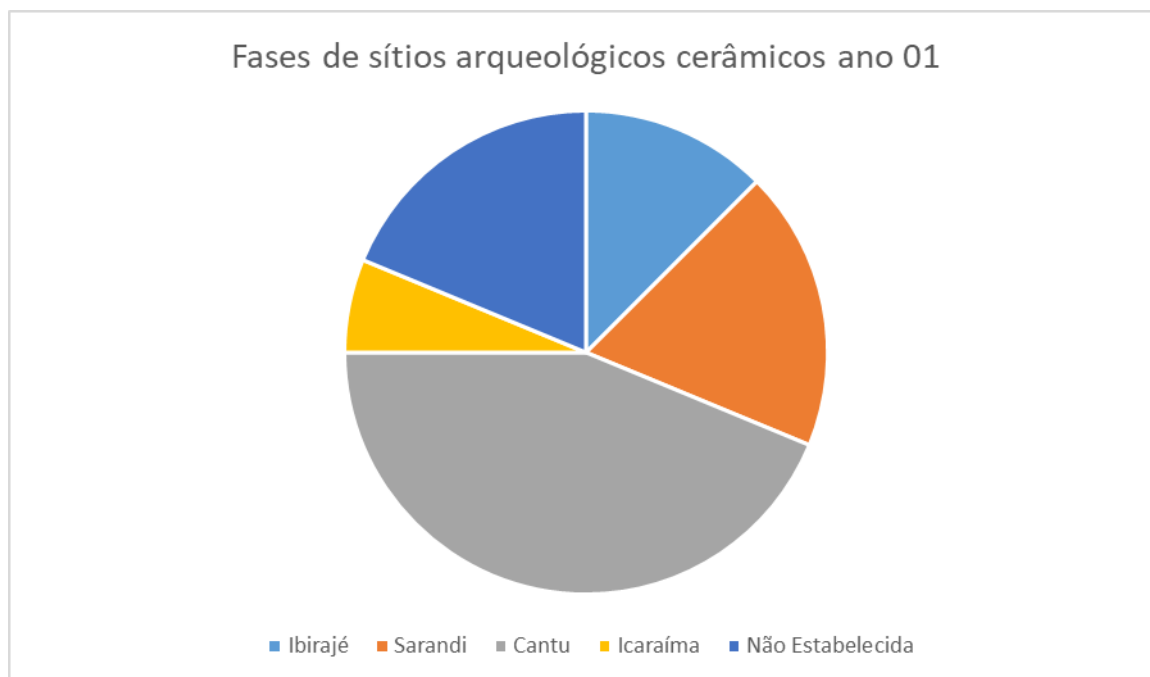
Fonte: Melchiades, 2020.

Gráfico 2. Fases identificadas em sítios pré-cerâmicos do Projeto Itaipu, ano 01.



Fonte: Melchiades, 2020.

Gráfico 3. Fases identificadas em sítios cerâmicos do Projeto Itaipu, ano 01.



Fonte: Melchiades, 2020.

Tabela 1. Tabela de Sítios Arqueológicos do Projeto Itaipu Ano 01.

PROJETO ARQUEOLÓGICO ITAIPU	
SÍTIO	PR FI 21 - PORTO GOMES-1
TIPO DE SÍTIO	Pré-Cerâmico/Lítico
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajui
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO: 15cm / FIM: 65cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	A fase Pirajui está relacionada às fases Timburi e Ivai (Chmyz, 1967:62 e 1969:98) e sítio de José Vieira (Laming & Emperaire, 1959:81)
SÍTIO	PR FI 23 - PEDREIRA DO RIO PARANÁ
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmico/lítico
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajui
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível

RELAÇÃO	A fase Pirajui está relacionada às fases Timburi e Ivai (Chmyz, 1967:62 e 1969:98) e sítio de José Vieira (Laming & Emperaire, 1959:81)
----------------	---

SÍTIO	PR FI 25 - RIO ALMADA-2
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmico/lítico
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajui
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO: 10 ou 12cm/ FIM: 40cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	A fase Pirajui está relacionada às fases Timburi e Ivai (Chmyz, 1967:62 e 1969:98) e sítio de José Vieira (Laming & Emperaire, 1959:81)

SÍTIO	PR FI 26- LAGOA-1
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmico/lítico
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajui
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	A fase Pirajui está relacionada às fases Timburi e Ivai (Chmyz, 1967:62 e 1969:98) e sítio de José Vieira (Laming & Emperaire, 1959:81)

SÍTIO	PR FI 31- TORRE METÁLICA-2
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmico/lítico
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajui
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	A fase Pirajui está relacionada às fases Timburi e Ivai (Chmyz, 1967:62 e 1969:98) e sítio de José Vieira (Laming & Emperaire, 1959:81)

SÍTIO	PR FI 33- CÓRREGO DA PISCINA-2
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmico/lítico
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajui
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	A fase Pirajui está relacionada às fases Timburi e Ivai (Chmyz, 1967:62 e 1969:98) e sítio de José Vieira (Laming & Emperaire, 1959:81)

SÍTIO	PR FI 47- LAGOA-2
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmico/lítico

TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajui
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	A fase Pirajui está relacionada às fases Timburi e Ivai (Chmyz, 1967:62 e 1969:98) e sítio de José Vieira (Laming & Emperaire, 1959:81)

SÍTIO	PR FI 27- CASA ABANDONADA
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmico
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Ipacarai
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	A fase Ipacarai poderia estar relacionada à mesma tradição cultural da fase Andirá, estabelecida no vale do rio Itararé e do Paranapanema(Chmyz, 1967:63)

SÍTIO	PR FI 32- CÓRREGO DA PISCINA-1
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmico
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Ipacarai
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	A fase Ipacarai poderia estar relacionada à mesma tradição cultural da fase Andirá, estabelecida no vale do rio Itararé e do Paranapanema(Chmyz, 1967:63)

SÍTIO	PR FI 48- PORTO GOMES-3
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmico
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Ipacarai
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Sítio não chegou a ser escavado
QUANT FRAGMENTOS	
RELAÇÃO	A fase Ipacarai poderia estar relacionada à mesma tradição cultural da fase Andirá, estabelecida no vale do rio Itararé e do Paranapanema(Chmyz, 1967:63)

SÍTIO	PR FI 43- PORTO GOMES-2
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmico
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Vinitu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO: 20cm/FIM: 80cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	

SÍTIO	PR FI 49- CÓRREGO DA PISCINA-3
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmico
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Vinitu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	

SÍTIO	PR FI 30- TORRE METÁLICA-1
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmico
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Não estabelecida
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	6
QUANT FRAGMENTOS	110 peças
RELAÇÃO	

SÍTIO	PR FI 22- FOZ DO BELA VISTA-1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Corrugada Tupiguarani
FASE	Ibirajé
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO:22 cm/FIM:40cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	A fase Ibirajé pode ser relacionada às fases Tamboara, do rio Ivai, e Guajuvira e Impituva, do rio Iguaçu (Chmyz, 1969a:103; 1969b:113).

SÍTIO	PR FI 24- RIO ALMADA-1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Corrugada Tupiguarani
FASE	Ibirajé
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO:7 cm/FIM: +-40cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	A fase Ibirajé pode ser relacionada às fases Tamboara, do rio Ivai, e Guajuvira e Impituva, do rio Iguaçu (Chmyz, 1969a:103; 1969b:113).

SÍTIO	PR FI 29- LARANJAL-2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Escovada Tupiguarani
FASE	Sarandi
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	20 cm de profundidade
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível

RELAÇÃO	A fase Sarandi mostra similitudes com as fases Caloré e Tibagi, vales dos rios Ivai e Tibagi respectivamente, e com a fase Loreto, do rio Paranapanema (Chmyz, 1947:49)
----------------	--

SÍTIO	PR FI 34-PEDREIRA
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Escovada Tupiguarani
FASE	Sarandi
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	15cm de profundidade
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	A fase Sarandi mostra similitudes com as fases Caloré e Tibagi, vales dos rios Ivai e Tibagi respectivamente, e com a fase Loreto, do rio Paranapanema (Chmyz, 1947:49)

SÍTIO	PR FI 45- ALTO DO BELA VISTA-2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Escovada Tupiguarani
FASE	Sarandi
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	15cm de profundidade
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	A fase Sarandi mostra similitudes com as fases Caloré e Tibagi, vales dos rios Ivai e Tibagi respectivamente, e com a fase Loreto, do rio Paranapanema (Chmyz, 1947:49)

SÍTIO	PR FI 46- POTREIRO
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Pintada Tupiguarani
FASE	Não estabelecida
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	

SÍTIO	PR FI 28- LARANJAL-1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé
FASE	Cantu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	20 cm de profundidade
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	

SÍTIO	PR FI 35- SANGA FUNDA-1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé

FASE	Cantu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	20 cm de profundidade
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	

SÍTIO	PR FI 38- SANGA FUNDA-4
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé
FASE	Cantu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	

SÍTIO	PR FI 39- ALTO DO BELA VISTA -1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé
FASE	Cantu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	20cm de profundidade
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	

SÍTIO	PR FI 40- EIXO DA BARRAGEM-1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé
FASE	Cantu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	

SÍTIO	PR FI 41- EIXO DA BARRAGEM-2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé
FASE	Cantu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	

SÍTIO	PR FI 42- SANGA FUNDA-5
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé
FASE	Cantu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	

SÍTIO	PR FI 36- SANGA FUNDA-2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé
FASE	Não estabelecida
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	

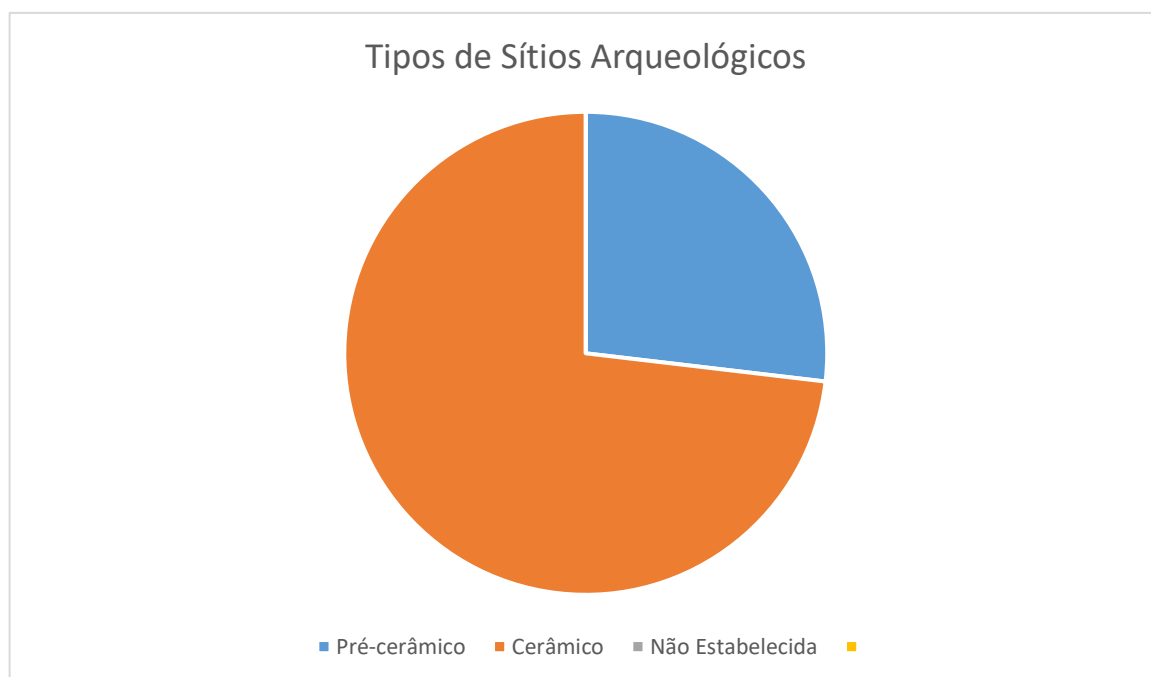
SÍTIO	PR FI 37- SANGA FUNDA-3
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé
FASE	Não estabelecida
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	

SÍTIO	PR FI 44- RIO ALMADA-3
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Icaraíma
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	

Fonte: Relatório de Pesquisas Itaipu Ano 01.

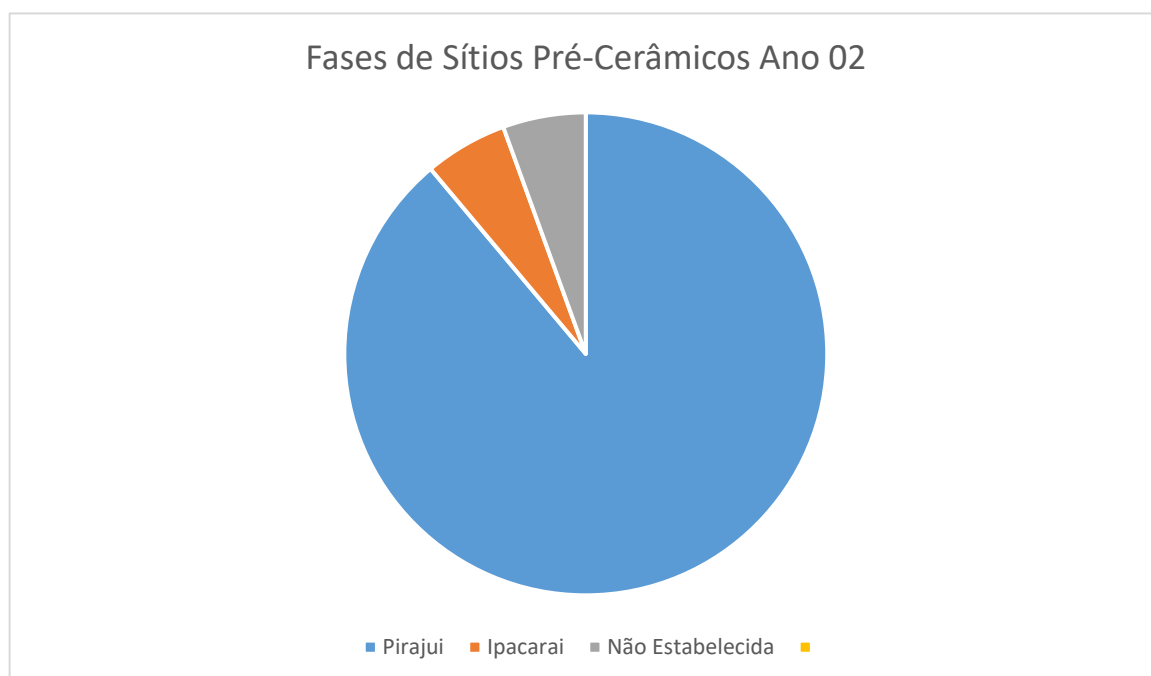
RELATÓRIO 1976/1977

Gráfico 4. Tipos de sítios arqueológicos encontrados na segunda etapa do Projeto Itaipu.



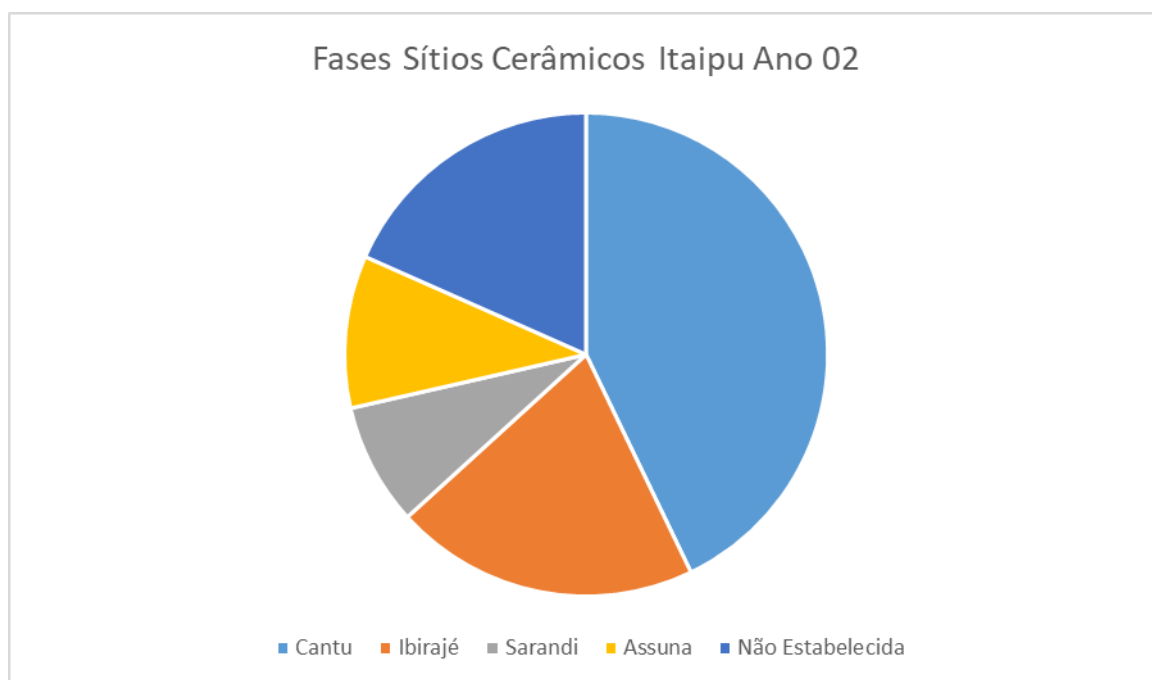
Fonte: Melchiades, 2020.

Gráfico 5. Fases identificadas em sítios pré-cerâmicos do Projeto Itaipu, ano 02.



Fonte: Melchiades, 2020.

Gráfico 6. Fases identificadas em sítios cerâmicos do Projeto Itaipu, ano 02.



Fonte: Melchiades, 2020.

Tabela 2. Sítios arqueológicos Itaipu Ano 02.

PROJETO ARQUEOLÓGICO ITAIPU	
SÍTIO	PR FI 50: PRESSENDO - 1
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmico
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajui
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível
SÍTIO	PR FI 51: PRESSENDO - 2
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmico
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajui
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível
SÍTIO	PR FI 52: ARROIO - 1
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmico
TRADIÇÃO	Humaitá

FASE	Pirajui
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 53: ARROIO - 2
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmico
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajui
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 54: AGOSTINE
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmico
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajui
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	4
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 57: GERHARD - 1
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajui
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: 15cm Fim: 25cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 59: GERHARD - 3
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmico
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajui
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	2
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 60: GATTELLI - 1
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmico
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajui

PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 61: ROSATTO - 1
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmico
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajui
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	9
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 62: ROSATTO - 2
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmico
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajui
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	1
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 67: ROSATTO - 7
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmico
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajui
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	2
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 69: ROSATTO - 9
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmico
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajui
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 70: ARROIO FUNDO - 1
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmico
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajui

PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 71: ARROIO FUNDO - 2
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmico
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajui
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superficial
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 86: OLHO D'ÁGUA
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmico
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajui
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superficial
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 108: ITAVÓ
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmico
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajui
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superficial
QUANT FRAGMENTOS	1
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR GI 68 = ROSATTO - 8
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmico
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Ipacarai
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO 15cm FIM 50cm
QUANT FRAGMENTOS	193
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 92: ÁGUA SANTA - 1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Tupiguarani
FASE	Ibirajé

PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO Superfície FIM aprox. 15cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Sítio PR FI 93 tradição Tupiguarani fase Sarandi (?)

SÍTIO	PR FI 94: BOCA DO PIRATÁ
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Tupiguarani
FASE	Ibirajé
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO superfície FIM 14cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 97: TAQUAPELINGAI
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmico
TRADIÇÃO	Tupiguarani
FASE	Ibirajé
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO 6cm FIM 20cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 98: PORTO ESTAMATO
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Tupiguarani
FASE	Ibirajé
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO 7cm FIM 20cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 99: BOREVI - 1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Tupiguarani
FASE	Ibirajé
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO 5cm FIM 12cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 100: BOREVI - 2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Tupiguarani
FASE	Ibirajé

PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO 5cm FIM 20cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 103: PAINEIRA
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Tupiguarani
FASE	Ibirajé
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO superfície FIM 70cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 104: FAZENDA DONA CARLOTA - 1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Tupiguarani
FASE	Ibirajé
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superficial
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 105: PESQUEIRO - 1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Tupiguarani
FASE	Ibirajé
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO 5cm FIM 10cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 107: PALMEIRA
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Tupiguarani
FASE	Ibirajé
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superficial
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 93: ÁGUA SANTA - 2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Tupiguarani
FASE	Sarandi

PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO superfície FIM 12cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Ocorreu entre as concentrações de outro sítio e tradição Tupiguarani mas pertencente a fase Ibirajé

SÍTIO	PR FI 95: DOIS CÓRREGOS
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Tupiguarani
FASE	Sarandi
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO 5cm FIM 10cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 96: ASSUNA
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Tupiguarani
FASE	Sarandi
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO superfície FIM 14cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 106: PESQUEIRO - 2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Tupiguarani
FASE	Sarandi
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superficial
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 82
TIPO DE SÍTIO	Lito-cerâmico
TRADIÇÃO	Tupiguarani
FASE	Características próxima a fase Sarandi, mas isolado por ser um sítio especial de contato
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	1156
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 79: FIGUEIRA - 2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico

TRADIÇÃO	Tupiguarani
FASE	Não filhado
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO 15cm FIM 20cm
QUANT FRAGMENTOS	28
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 55: LAKUS - 1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé
FASE	Cantu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superficial
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 58: GERHARD - 2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé
FASE	Cantu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superficial
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 63: ROSATTO - 3
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé
FASE	Cantu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superficial
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 64: ROSATTO - 4
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé
FASE	Cantu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superficial
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 65: ROSATTO - 5
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé

FASE	Cantu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superficial
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Mesmas condições de terreno que sítios PR FI 63 e PR FI 64

SÍTIO	PR FI 66: ROSATTO - 6
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé
FASE	Cantu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superficial
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 72: OLARIA - 1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé
FASE	Cantu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superficial
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 73: OLARIA 2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé
FASE	Cantu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superficial
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 76 - VARIATTI
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé
FASE	Cantu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superficial
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 77: CAPOEIRA
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé

FASE	Cantu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superficial
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 78: FIGUEIRA - 1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé
FASE	Cantu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superficial
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 80: FIGUEIRA 3
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé
FASE	Cantu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INICIO superfície FIM 12cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 81: ARROIO SANTO ANTÔNIO
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé
FASE	Cantu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO superfície FIM 12 cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 83: SANGA FUNDA - 6
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé
FASE	Cantu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO 12cm FIM 15cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 84: ALTO DO BELA VISTA - 3
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé
FASE	Cantu

PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superficial
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 85: RANCHINHO
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé
FASE	Cantu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO superfície FIM 12cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 87: PASSO CUÊ - 1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé
FASE	Cantu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Indisponível
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 88: PASSO CUÊ - 2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé
FASE	Cantu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO superfície FIM 12cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 89: PASSO CUÊ - 3
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé
FASE	Cantu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO superfície FIM 10cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 91: PASSO CUÊ - 5
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé
FASE	Cantu

PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO superfície FIM 12cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 102: PASSO CUÊ - 7
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé
FASE	Cantu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superficial
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 56: LAKUS - 2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Neobrasileira
FASE	Assuna
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superficial
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 74: POMBA COÊ - 1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Neobrasileira
FASE	Assuna
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO superfície FIM 12cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Encontradas peças relacionadas à fase pré-cerâmica Pirajui

SÍTIO	PR FI 75: POMBA COÊ - 2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Neobrasileira
FASE	Assuna
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO superfície FIM 12cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Encontradas peças relacionadas à fase pré-cerâmica Pirajui

SÍTIO	PR FI 90: PASSO CUÊ - 4
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Neobrasileira

FASE	Assuna
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO superfície FIM 5cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 101: PASSO CUÊ - 6
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Neobrasileira
FASE	Assuna
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO 5cm FIM 12cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 5: SETE QUEDAS - 4
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmico
TRADIÇÃO	Tupiguarani
FASE	Não estabelecida
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO superfície FIM 55cm
QUANT FRAGMENTOS	154
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 3: SETE QUEDAS - 2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Tupiguarani
FASE	Não estabelecida
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO 6cm FIM 20 cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 4: SETE QUEDAS - 3
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Tupiguarani
FASE	Não estabelecida
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO 8cm FIM 14cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 6 - SETE QUEDAS - 5
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Tupiguarani
FASE	Não estabelecida

PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO 8cm FIM aprox. 15cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 7: SETE QUEDAS - 6
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Tupiguarani
FASE	Não estabelecida
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO 8cm FIM 14cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Material de tradição Itararé encontrado no final da camada arqueológica

SÍTIO	PR FO 2: SETE QUEDAS - 1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé
FASE	Não estabelecida
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO 14cm FIM 20cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

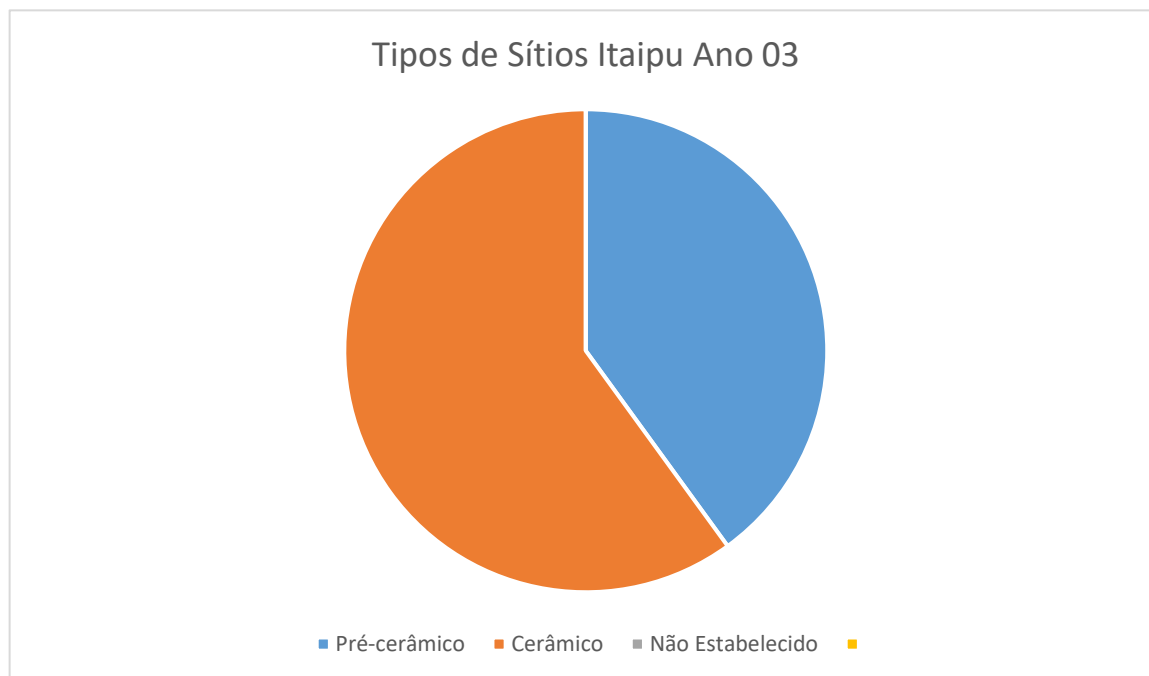
SÍTIO	PR FO 8: SETE QUEDAS - 7
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé
FASE	Não estabelecida
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO 8cm FIM 20cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 9: SETE QUEDAS - 8
TIPO DE SÍTIO	Cerâmico
TRADIÇÃO	Itararé
FASE	Não estabelecida
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	INÍCIO 8cm FIM aprox. 14cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

Fonte: Relatório de Pesquisas Itaipu Ano 02.

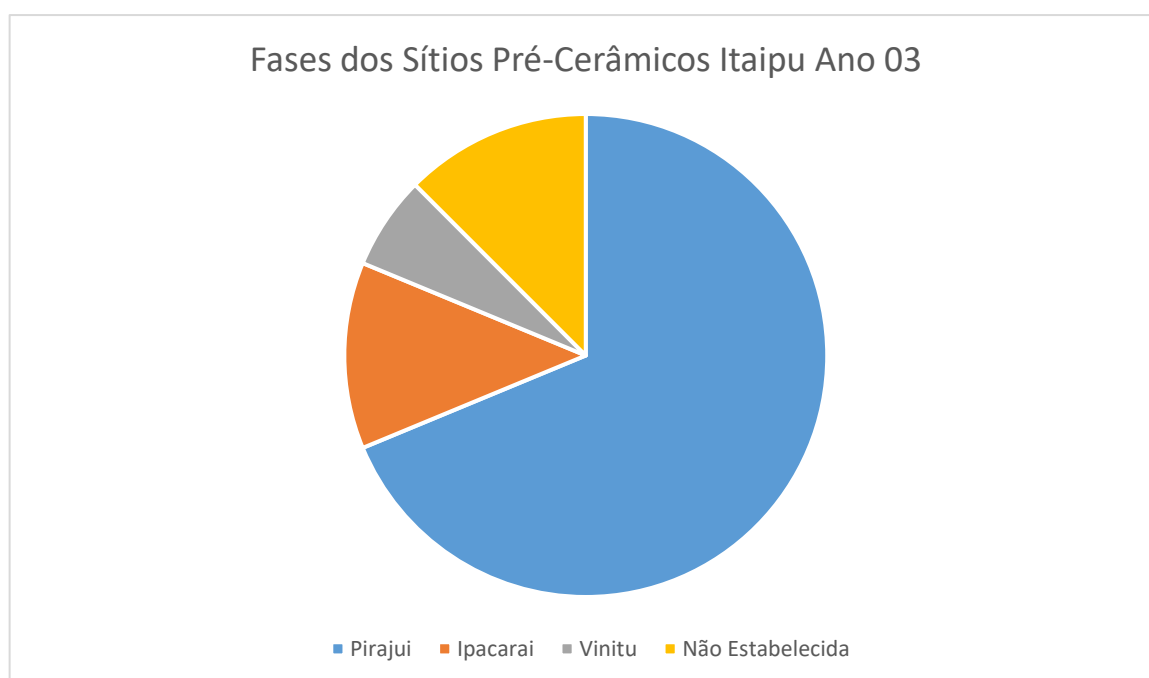
RELATÓRIO 1977/1978

Gráfico 7. Tipos de sítios arqueológicos encontrados na terceira etapa do Projeto Itaipu.



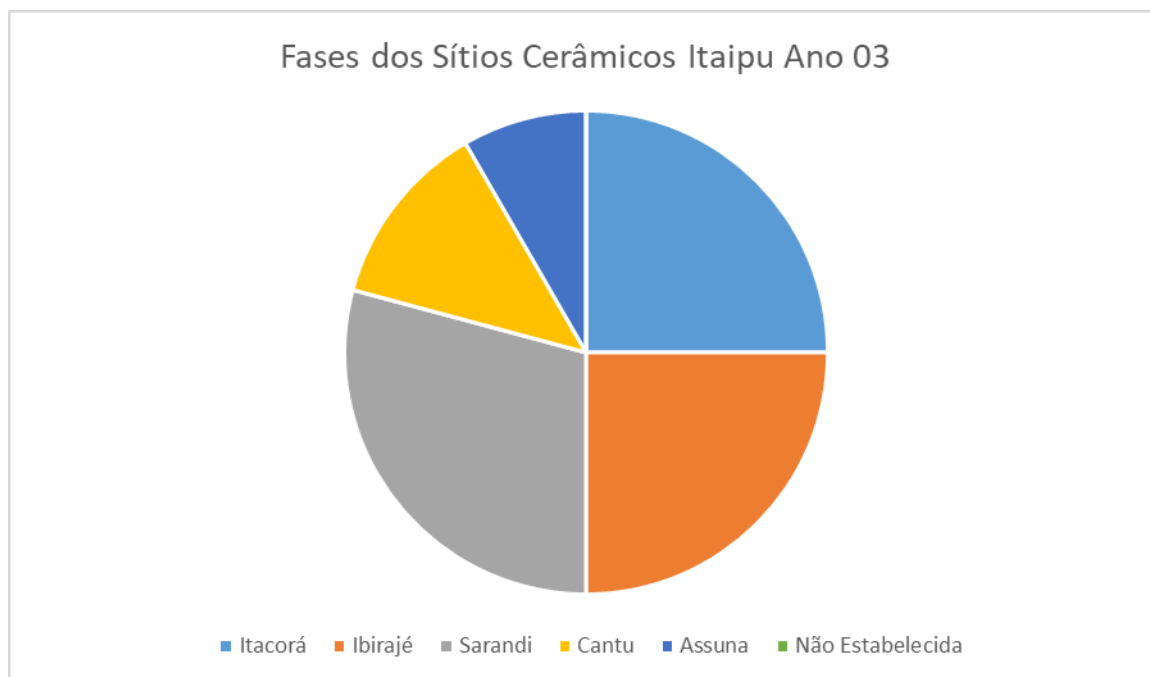
Fonte: Melchiades, 2020.

Gráfico 8. Fases identificadas em sítios pré-cerâmicos do Projeto Itaipu, ano 03.



Fonte: Melchiades, 2020.

Gráfico 9. Fases identificadas em sítios cerâmicos do Projeto Itaipu, ano 03.



Fonte: Melchiades, 2020.

Tabela 3. Sítios arqueológicos Projeto Itaipu Ano 03.

PROJETO ARQUEOLÓGICO ITAIPU	
SÍTIO	PR FI 124: CÓRREGO LAJEADO - 2
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Vinitu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: superfície Fim: 45cm
QUANT FRAGMENTOS	25.468
RELAÇÃO	Indisponível
SÍTIO	PR FI 129: RIO SÃO FRANCISCO FALSO - 3
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajuí
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível
SÍTIO	PR FI 130: RIO SÃO FRANCISCO FALSO - 4
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá

FASE	Pirajuí
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 131: RIO SÃO FRANCISCO FALSO - 5
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajuí
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 132: CORREDEIRA
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajuí
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 3: CÓRREGO DO MEIO - 3
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajuí
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 5: ARROIO FELICIDADE
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajuí
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 8: RIO FRANCISCO VERDADEIRO - 1
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajuí
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 10: RIO FACÃO TORTO - 1
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajuí
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 11: RIO FACÃO TORTO - 2
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajuí
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 12: RIO SÃO FRANCISCO VERDADEIRO - 3
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajuí
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Na porção leste do sítio havia superposição com outro, PR TO 13, da fase Itacorá, pertencente à subtradição Pintada Tupi-Guarani

SÍTIO	PR TO 14: BREJO SECO
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajuí
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	1.558
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 109: CÓRREGO CAMINHO VERDE - 1
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Ipacarai
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: 35cm Fim: 40cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 111: CÓRREGO CAMINHO VERDE - 3
--------------	--------------------------------------

TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Ipacarai
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	54
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 112: RIO SÃO FRANCISCO FALSO - 1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: superfície Fim: 15cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 113: RIO SÃO FRANCISCO FALSO - 2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: superfície Fim: 15cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 1: CÓRREGO DO MEIO - 1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 2: CÓRREGO DO MEIO - 2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 4: LAJEADO PROGRESSO
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível

RELAÇÃO	Indisponível
----------------	--------------

SÍTIO	PR TO 13: RIO FRANCISCO VERDADEIRO - 4
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	3.736
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 114: TRIGAL - 1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Ibirajé
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 116: CAFEZAL - 1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Ibirajé
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: superfície Fim: 15cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 118: LAGOA SECA
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Ibirajé
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: 05cm Fim: 15cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 127: CAFEZAL - 2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Ibirajé
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: 05cm Fim: 35cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 6: FAZENDA CABURÉ - 1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica

TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Ibirajé
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 7: FAZENDA CABURÉ - 2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Ibirajé
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: superfície Fim: 20cm
QUANT FRAGMENTOS	7.150
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 115: CARRETÃO
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Sarandi
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 117: TRIGAL - 2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Sarandi
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 119: PORTO VERDE
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Sarandi
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 120: SÍTIO DA MATA
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Sarandi
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: 04cm Fim: 15cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 122: RIO DOIS IRMÃOS
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Sarandi
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

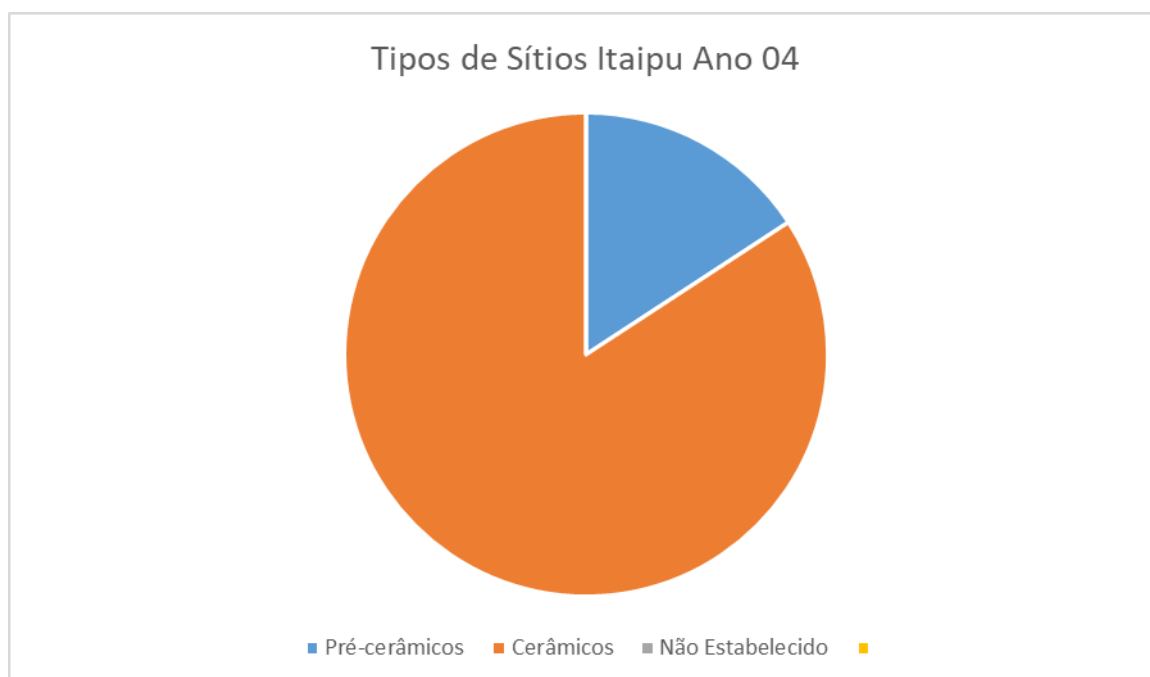
SÍTIO	PR FI 125: AREAL - 1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Sarandi
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 126: AREAL - 2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Sarandi
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: 05cm Fim: 35cm
QUANT FRAGMENTOS	3.216
RELAÇÃO	Indisponível

Fonte: Relatório de Pesquisas Itaipu Ano 03.

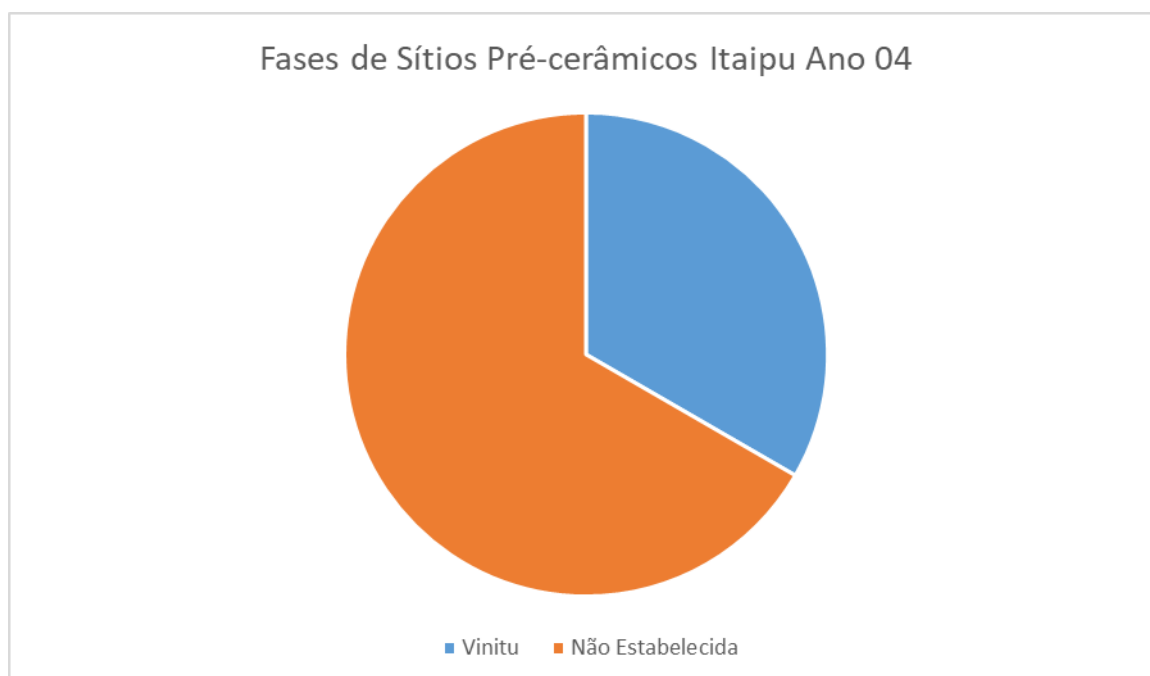
RELATÓRIO 1978/1979

Gráfico 10. Tipos de sítios arqueológicos encontrados na quarta etapa do Projeto Itaipu.



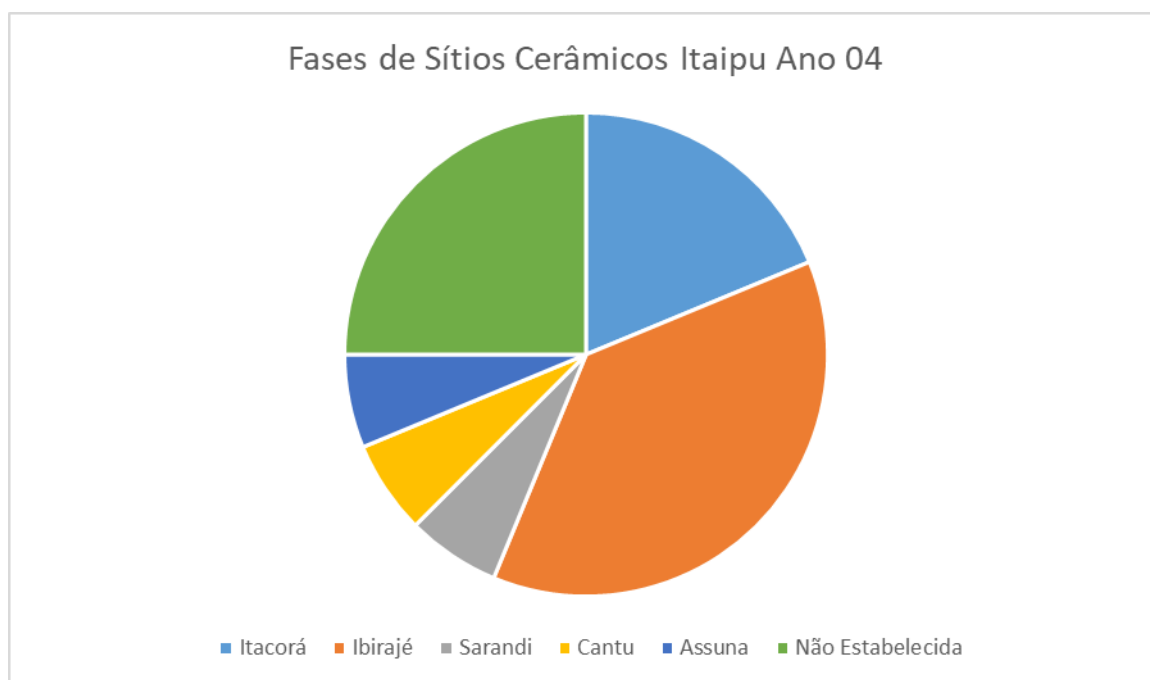
Fonte: Melchiades, 2020.

Gráfico 11. Fases identificadas em sítios pré-cerâmicos do Projeto Itaipu, ano 04.



Fonte: Melchiades, 2020.

Gráfico 12. Fases identificadas em sítios cerâmicos do Projeto Itaipu, ano 04.



Fonte: Melchiades, 2020.

Tabela 4. Sítios arqueológicos Projeto Itaipu Ano 04.

PROJETO ARQUEOLÓGICO ITAIPU	
SÍTIO	PR FI 138 = RIO OCOI - 1
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Vinitu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: 15cm Fim: 20cm
QUANT FRAGMENTOS	779
RELAÇÃO	
SÍTIO	PR FI 136: CÓRREGO BRAÇO DO JACUTINGA - 1
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Não estabelecida
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: superfície Fim: 35cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível
SÍTIO	PR FI 139: URUTU
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica

TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Não estabelecida
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: superfície Fim: 80cm
QUANT FRAGMENTOS	728
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 143: FAZENDA ÁGUA GRANDE - 1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: superfície Fim: 20cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 144: FAZENDA ÁGUA GRANDE - 2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: superfície Fim: 20cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 146: FAZENDA ÁGUA GRANDE - 3
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: 5cm Fim: 60cm
QUANT FRAGMENTOS	2.743
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 103: PAINEIRA
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Ibirajé
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: 5cm Fim: 20cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 104: FAZENDA DONA CARLOTA - 1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida

FASE	Ibirajé
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: superfície Fim: 18cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 105: PESQUEIRO - 1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Ibirajé
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: superfície Fim: 20cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 140: FAZENDA DONA CARLOTA - 2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Ibirajé
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: superfície Fim: 18cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 141: FAZENDA DONA CARLOTA - 3
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Ibirajé
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: superfície Fim: 18cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 142: FAZENDA DONA CARLOTA - 4
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Ibirajé
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: superfície Fim: 30cm
QUANT FRAGMENTOS	5.959
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 106: PESQUEIRO - 2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Sarandi

PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Indisponível
QUANT FRAGMENTOS	409
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 147: RIO OCOI - 2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Não estabelecida
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Indisponível
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 148: CARANGUEJEIRAS
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Não estabelecida
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: superfície Fim: 50cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

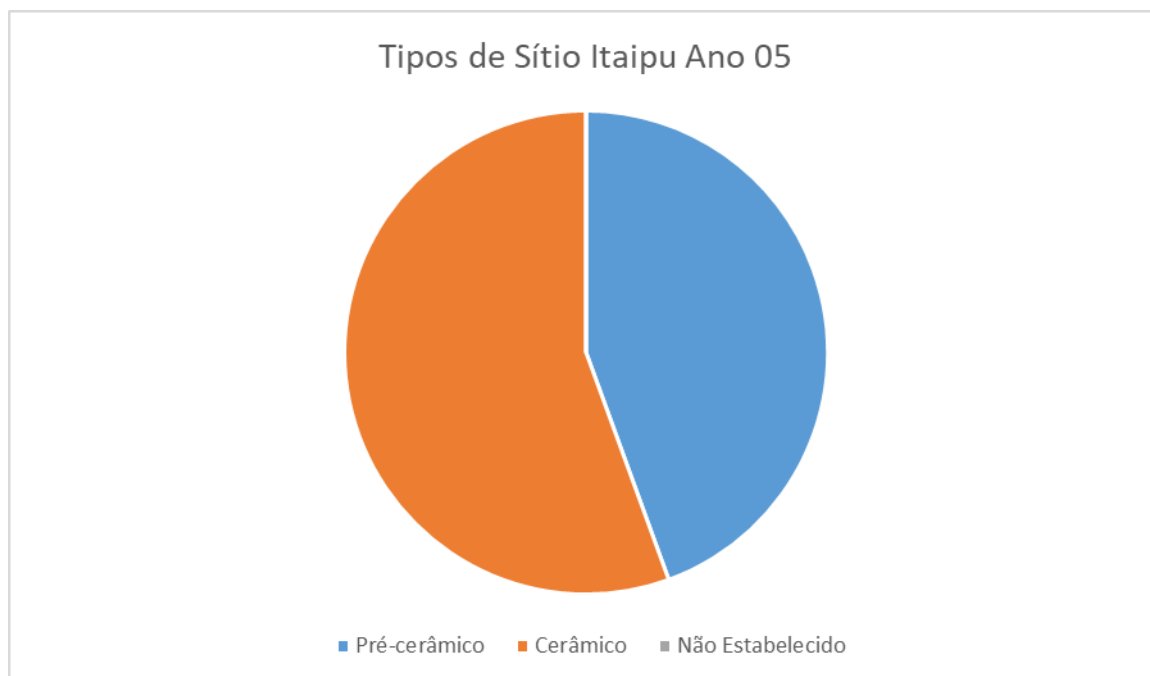
SÍTIO	PR FI 149: RIO OCOI - 3
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecido
FASE	Não estabelecido
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Não estabelecido
QUANT FRAGMENTOS	1529
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FI 145: PALMEIRA CAÍDA
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecido
FASE	Não estabelecido
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: superfície Fim: 12cm
QUANT FRAGMENTOS	715
RELAÇÃO	Indisponível

Fonte: Relatório de Pesquisas Itaipu Ano 04.

RELATÓRIO 1979/1980

Gráfico 13. Tipos de sítios arqueológicos encontrados na quinta etapa do Projeto Itaipu.



Fonte: Melchiades, 2020.

Tabela 5. Sítios arqueológicos Projeto Itaipu Ano 05.

PROJETO ARQUEOLÓGICO ITAIPU	
SÍTIO	PR TO 28: BALNEÁRIO SÃO FRANCISCO
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Vinitu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: 35cm Fim: 50cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível
SÍTIO	PR TO 30: RIO SÃO FRANCISCO VERDADEIRO - 16
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Vinitu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 31: RIO SÃO FRANCISCO VERDADEIRO - 17
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Vinitu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 32: SALTO SÃO FRANCISCO VERDADEIRO
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Vinitu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: superfície Fim: 42cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 33: RIO FACÃO TORTO - 4
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Vinitu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 35: CORREDEIRA - 1
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Vinitu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 36: CORREDEIRA - 2
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Vinitu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 37: RIO SÃO FRANCISCO VERDADEIRO - 18
--------------	---

TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Vinitu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 38: RIO COQUEIRO - 1
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Vinitu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 39: RIO COQUEIRO - 2
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Vinitu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 40: CORREDEIRA - 3
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Vinitu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 41: CORREDEIRA - 4
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Vinitu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: superfície Fim: 10cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 42: SERRARIA
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica

TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Vinitu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 43: ESTRADA FAZENDA BRITÂNIA
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Vinitu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 48: RIO BRANCO
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Vinitu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: 60cm Fim: 80cm
QUANT FRAGMENTOS	6.966
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 15: ACAMPAMENTO
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajuí
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: 10cm Fim: 40cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 16: ARROIO FUNDO - 1
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajuí
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 18: RIO SÃO FRANCISCO VERDADEIRO - 6
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá

FASE	Pirajuí
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: 22cm Fim: 25cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 22: RIO SÃO FRANCISCO VERDADEIRO - 10
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajuí
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: superfície Fim: 40cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 23: RIO SÃO FRANCISCO VERDADEIRO - 11
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajuí
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: superfície Fim: 40cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 24: RIO SÃO FRANCISCO VERDADEIRO - 12
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajuí
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 25: RIO SÃO FRANCISCO VERDADEIRO - 13
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajuí
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: 35cm Fim: 40cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 26: RIO SÃO FRANCISCO VERDADEIRO - 14
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajuí

PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: 8cm Fim: 20cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 27: RIO SÃO FRANCISCO VERDADEIRO - 15
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajuí
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 29: RIO FACÃO TORTO - 3
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajuí
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 34: TRÊS LAGOAS
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajuí
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	3.429
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 17: RIO SÃO FRANCISCO VERDADEIRO - 5
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 19: RIO SÃO FRANCISCO VERDADEIRO - 7
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá

PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: superfície Fim: 35cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 20: RIO SÃO FRANCISCO VERDADEIRO - 8
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 21: RIO SÃO FRANCISCO VERDADEIRO - 9
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 44: PETRÔNIO CUÊ
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 46: APEPU
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 47: PORTO BRITÂNIA - 2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá

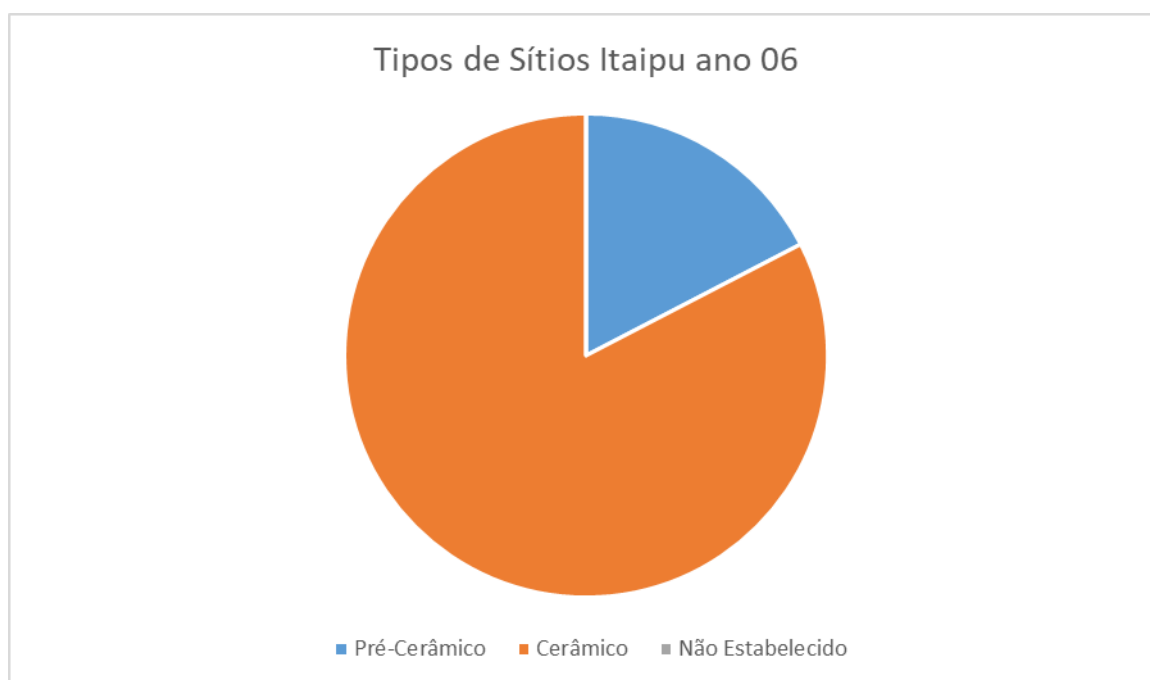
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 64: CORREDEIRA - 5
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	2.832
RELAÇÃO	Indisponível

Fonte: Relatório de Pesquisas Itaipu Ano 05.

RELATÓRIO 1980/1981

Gráfico 14. Tipos de sítios arqueológicos encontrados na sexta etapa do Projeto Itaipu.



Fonte: Melchiades, 2020.

Tabela 6. Sítios arqueológicos Projeto Itaipu Ano 06.

PROJETO ARQUEOLÓGICO ITAIPU	
SÍTIO	PR TO 61: ARROIO SÃO LUIZ - 2
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica

TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Vinitu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: superfície Fim: 30cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 63: ARROIO IGUAÇU - 1
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Vinitu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: 75cm Fim: 90cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Primeiros 60cm de entulho retirados

SÍTIO	PR FO 11: RIO SALAMANCA - 1
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Vinitu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: superfície Fim: 30cm
QUANT FRAGMENTOS	1358
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 60: ARROIO SÃO LUIZ - 1
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Pirajuí
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Indisponível
QUANT FRAGMENTOS	17
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 50: SALTO LAJEADO SÃO CRISTÓVÃO
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Indisponível
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 51: BARRA DO LAJEADO SÃO CRISTÓVÃO
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível

RELAÇÃO	Indisponível
----------------	--------------

SÍTIO	PR TO 52: ARROIO PEQUENO
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 53: VALE SECO - 1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 54: VALE SECO - 2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 55: PORTO MENDES
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 57: SANGA PORVIR - 2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 58: LAGOA COMPRIDA
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá

FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 59: MORRO DO CONE TRUNCADO
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 10: FERNANDEZ - 1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 12: RIO ZORORÓ - 1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 13: RIO ZORORÓ - 2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 14: RIO ZORORÓ - 3
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 15: CÓRREGO DO BANANAL
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 19: FERNANDEZ - 2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 20: GRANDE ILHA
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	13.348
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 56: SANGA PORVENIR - 1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Ibirajé
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR TO 65: ARROIO GUAÇU - 2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Ibirajé
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	208
RELAÇÃO	Indisponível

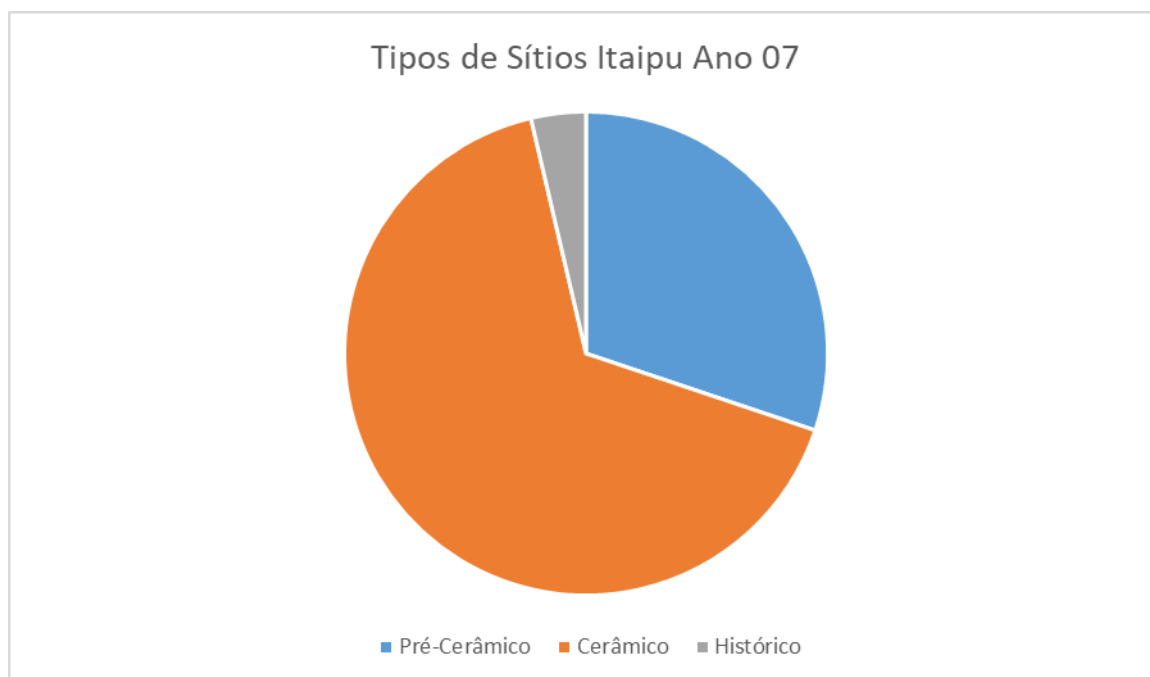
SÍTIO	PR TO 62: BARRA DA SANGA ALEGRE
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Não estabelecida
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície

QUANT FRAGMENTOS	472
RELAÇÃO	Indisponível

Fonte: Relatório de Pesquisas Itaipu Ano 06.

RELATÓRIO 1981/1983

Gráfico 15. Tipos de Sítios Arqueológicos Itaipu Ano 07



Fonte: Melchiades, 2020.

Tabela 7. Sítios arqueológicos Projeto Itaipu Ano 07.

PROJETO ARQUEOLÓGICO ITAIPU	
SÍTIO	PR FO 17: RÁPIDOS SANTA MARIA - 1
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Vinitu
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: superfície Fim: 40cm
QUANT FRAGMENTOS	884
RELAÇÃO	Indisponível
SÍTIO	PR FO 28: RIO TATUÍ - 4
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida

FASE	Tatuí
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 32: JAPU - 2
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Tatuí
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: 15cm Fim: 80cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 33: PRAINHA - 1
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Tatuí
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: 30cm Fim: 140cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 36: ILHA DO ALEMÃO - 2
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Tatuí
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: 65cm Fim: 80cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	MS PA 1: PORTO SANTA ISABEL
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Tatuí
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: 15cm Fim: 55cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	MA PA 2: PORTO CORONEL RENATO
TIPO DE SÍTIO	Pré-cerâmica
TRADIÇÃO	Não estabelecida
FASE	Tatuí

PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: 17cm Fim: 85cm
QUANT FRAGMENTOS	7.768
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 21: CÓRREGO PACITÁ
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 25: ARROIO TATUÍ - 2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 26: ARROIO TATUÍ - 3
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 27: CARUMBEÍ
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 31: JAPU - 1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá

PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 37: PARQUE DAS SETE QUEDAS
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: superfície Fim: 15cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 39: PRAINHA - 3
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Itacorá
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: superfície Fim: 20cm
QUANT FRAGMENTOS	4.941
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 16: ARROIO TATUÍ - 1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Ibirajé
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 18: RÁPIDOS DE SANTA MARIA - 2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Ibirajé
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: superfície Fim: 30cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 22: POMAR
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Ibirajé

PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 29: RIO CARUMBEÍ - 3
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Ibirajé
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 30: RIO CARUMBEÍ - 4
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Ibirajé
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: superfície Fim: 25cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 34: CÓRREGO DO MEIO
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Ibirajé
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 35: ILHA PACU
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Ibirajé
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Superfície
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 38: PRAINHA -2
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Ibirajé

PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: superfície Fim: 20cm
QUANT FRAGMENTOS	Indisponível
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 40: PRAINHA - 4
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Humaitá
FASE	Ibirajé
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: superfície Fim: 20cm
QUANT FRAGMENTOS	8.427
RELAÇÃO	Indisponível

SÍTIO	PR FO 24: ILHA DO ALEMÃO - 1
TIPO DE SÍTIO	Cerâmica
TRADIÇÃO	Tupiguarani
FASE	Não estabelecida
PROF. MATERIAL INÍCIO/FIM	Início: 10cm Fim: 35cm
QUANT FRAGMENTOS	3.757
RELAÇÃO	Indisponível

Fonte: Relatório de Pesquisas Itaipu Ano 07.